



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

RITA DE CÁSSIA AGUIAR E SOUZA SILVA

**ESTUDANTE, TRABALHADORA E MÃE:
múltiplas jornadas e múltiplos papéis de mulheres do curso técnico de
Enfermagem do IF Sudeste MG - Barbacena**

BELO HORIZONTE

2025

RITA DE CÁSSIA AGUIAR E SOUZA SILVA

**ESTUDANTE, TRABALHADORA E MÃE:
múltiplas jornadas e múltiplos papéis de mulheres do curso técnico de
Enfermagem do IF Sudeste MG - Barbacena**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Quirino.

Linha de pesquisa: Processos Formativos na Educação Profissional e Tecnológica.

BELO HORIZONTE

2025

S586e Silva, Rita de Cássia Aguiar e Souza
Estudante, trabalhadora e mãe: múltiplas jornadas e múltiplos papéis de mulheres do curso técnico de Enfermagem do IF Sudeste MG - Barbacena / Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva. – 2025.
103 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.

Orientadora: Raquel Quirino.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Mães – Condições sociais – Teses. 2. Mães trabalhadoras – Teses. 3. Educação de mulheres adultas – Teses. 4. Enfermagem – Ensino técnico – Minas Gerais, Sudeste – Teses. 5. Divisão trabalho por sexo – Teses. I. Quirino, Raquel. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 374.110815



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

RITA DE CÁSSIA AGUIAR E SOUZA SILVA

**ESTUDANTE, TRABALHADORA E MÃE: múltiplas jornadas e múltiplos
papéis de mulheres do curso técnico de Enfermagem do IF Sudeste MG
Barbacena**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 18 de dezembro de 2024, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelas professoras:

Documento assinado digitalmente
 **RAQUEL QUIRINO**
Data: 18/12/2024 16:52:33-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Raquel Quirino – Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Documento assinado digitalmente
 **SABRINA FERNANDES PEREIRA LOPES**
Data: 18/12/2024 16:57:42-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Sabrina Fernandes Pereira Lopes
Universidade Federal de Minas Gerais

Documento assinado digitalmente
 **THATIANE SANTOS RUAS**
Data: 18/12/2024 18:32:57-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Thatiane Santos Ruas
Universidade do Estado de Minas Gerais

*À minha tia Glorinha, exemplo de força, garra e coragem.
Ao meu digníssimo, fonte de apoio e incentivo.
Aos meus filhos: Felipe e Mateus, meus amores.
À minha mãe, pelo exemplo de determinação.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais este presente da vida.

Ao meu digníssimo e aos meus filhos, Felipe e Mateus.

À minha mãe e ao meu pai.

Aos meus avós maternos e paternos (quem não conheci). Lembro-me vagamente do pai da minha mãe, o vovô.

Aos tios e tias.

Aos primos.

Aos primos parceiros, irmãos (Ina, Quinho, Davi, Preta, Tyle).

Ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - *Campus* Barbacena, por ser exemplo e estímulo para mim nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, me motivando a buscar aprimoramento para que eu possa contribuir de maneira mais efetiva em todas essas áreas.

Agradeço também ao referido Instituto, por me proporcionar dedicação exclusiva ao mestrado, por meio de afastamento de minhas atividades laborais.

Aos meus queridos colegas de colegiado do Curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG – *Campus* Barbacena: Professora Mestra Bruna Magalhães, Professor Doutor Dênis Derli Damasceno, Professora Doutora Elaine de Paula Amaral, Professora Mestra Estephania Carvalho Garcia e Professora Mestra Renata Condé. Tenho tanto apreço e admiração por vocês! Obrigada pelo apoio e incentivo! Obrigada por tudo e por tanto!

Agradeço ao CEFET-MG - *Campus* Nova Gameleira, por todo o conhecimento que nele adquiri e pelas oportunidades de produção a nós oferecidas.

Aos Professores: Doutor Alexandre Ferry, Doutora Adélia Costa, Doutora Márcia Goretti Grossi, Doutor José Geraldo Pedrosa e Doutora Raquel Quirino, por não medirem esforços para dividir seus conhecimentos, que contribuíram para minha evolução pessoal e profissional.

Aos membros do colegiado do PPGET do CEFET-MG, por seu empenho em elevar o nível do curso. Tantas atribuições, tantas aulas, publicações, orientações... Hoje o curso é conceito quatro! E podem esperar que esse conceito vai subir. O sete os espera!

À minha querida orientadora, Professora Doutora Raquel Quirino, a quem tudo devo nesse processo formativo! Obrigada por ter me escolhido, obrigada por ter me aceitado, obrigada por ter me acolhido, obrigada por ter me ensinado tantas coisas! Ensinaamentos para além do mestrado! A senhora me colocou na frente do espelho e disse: esta é você. Eu: uau! Nunca tinha me visto dessa forma! - *Rita, essas são suas fragilidades, esses são seus pontos fortes. Quais você escolhe?* (Em outras palavras, logicamente). É muito difícil estar diante de nós mesmos, pelo menos eu assim o considero, no auge dos meus quarenta e dois anos. A senhora, professora, abalou uma raiz, que, apesar de sólida, se rompeu e a árvore caiu! O que foi oportuno, pois agora estão nascendo brotinhos, vários! Que se tornem árvores frondosas e frutíferas. Obrigada em nome dos pássaros que descansarão à sombra dessas árvores e se alimentarão de seus frutos. Obrigada pelas árvores que serei!

Aos alunos do mestrado da turma 2022, de quem tive o prazer de ser colega de classe, aprendendo com as ideias, vivências e opiniões.

À minha amiga Tamiris, que ajudou a tornar mais leves minhas estadias em BH. Dividimos quarto de hotel, risadas, pizzas, cafés (eu como pouco no café) e transporte.

Por falar em transporte, gostaria de agradecer ao meu amigo Wagner, que sempre dava um jeitinho em sua agenda para poder me levar e trazer de BH. Wagner, obrigada pelas risadas, pelos pães com linguiça! Você foi meu irmão na vida passada!

Obrigada à Graciela, minha psicóloga! Tô brincando. A Graci foi minha mentora por três meses, mas, infelizmente, por eu não estar *tão lá essas coisas* emocionalmente, não soube fazer jus ao seu empenho e dedicação. Em nossas reuniões, queria falar mais de mim do que da dissertação. Hoje, graças a você, eu tenho uma psicóloga mesmo! Eu que era tão resistente à terapia.

À Talita Carvalho, minha psicóloga. Indispensável durante esse processo! Que pena não ter começado antes a fazer terapia! A primeira pergunta durante a terapia é: o que você fez por você esta semana? Isso aciona várias engrenagens no cérebro.

Agradeço aos meus familiares (aqueles que são amigos de verdade).

Aos meus cunhados: Flávio, Marcelo e Cris (esposa do Marcelo), pelas risadas e conversas quando nos encontramos. Espero que haja mais encontros no próximo ano!

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Simone de Beauvoir

"A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma anti-physis: ela não sofre passivamente a presença da Natureza, retoma-a antes nas suas mãos.

Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; efetua-se objetivamente na práxis. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade.

Ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou à humanidade".

Simone de Beauvoir

RESUMO

Apesar de a educação profissional tecnológica de nível médio subsequente significar a primeira oportunidade de profissionalização e do fato de haver um contingente expressivo de mulheres matriculadas nos cursos, alguns estudos evidenciam peculiaridades do público feminino que podem interferir em seu processo formativo. Dentre essas peculiaridades, pode-se citar a divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, além do trabalho remunerado quando a estudante também é responsável pela renda de seu grupo familiar, integral ou parcialmente. Dos cursos técnicos profissionalizantes de nível médio subsequente ofertados em instituições públicas ou privadas, nota-se que o curso técnico em Enfermagem se destaca por seu quantitativo de alunas matriculadas. Nesse cenário, esta pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) - *Campus Barbacena*, com o objetivo geral de compreender como as estudantes do curso técnico em Enfermagem, na modalidade subsequente dessa Instituição, vivenciam juntamente a maternidade, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e a vida estudantil. Para o cumprimento desse objetivo, foram delineados quatro objetivos específicos: (i) identificar, no curso técnico em Enfermagem, as estudantes com o seguinte perfil: trabalhadoras remuneradas, mães que residem com filhos dependentes de seus cuidados e de seu auxílio financeiro; (ii) analisar as motivações dessas mulheres para procurarem um curso técnico, sobretudo na área de Enfermagem; (iii) analisar como essas estudantes vivenciam as múltiplas jornadas e os diversos papéis sociais nos quais estão inseridas e (iv) evidenciar as estratégias de resistência e de luta dessas mulheres para conseguirem permanecer no curso. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, realizada por meio de questionário e entrevistas semiestruturadas *online*. Para embasamento teórico, foram utilizadas teorias da divisão sexual do trabalho advindas do feminismo materialista francês, além de estudos sobre a feminização e a feminilização da Enfermagem (Birolli, 2018; Urpia; Sampaio, 2009; 2011; Leal, 2005; Bagnato *et al.*, 2007, dentre outros). Para a análise dos dados, foi utilizada a Análise Crítica do Discurso (ACD) preconizada por Norman Fairclough (2001). Por meio de estudos e análise dos dados empíricos, esta pesquisa revelou que as estudantes que são mães passam por dificuldades para estudar, o que faz com que se atrasem ou desistam de seu curso, por não conseguirem conciliar uma jornada múltipla de trabalho. A partir disso, este estudo concluiu que a flexibilização de horários, a criação de espaços para cuidados infantis, bem como a oferta de auxílio financeiro são medidas que poderiam mitigar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que buscam conciliar a maternidade e o trabalho com os estudos.

Palavras-chave: Mães estudantes; Divisão sexual do trabalho doméstico; Curso técnico em Enfermagem.

ABSTRACT

Although post-secondary career and technical non-higher education programs represent the first opportunity for professionalization, and despite the significant number of women enrolled in such programs, studies highlight peculiarities of female students that may interfere with their educational process. Among these peculiarities, we can mention the gendered division of household labor and childcare, in addition to remunerative work when the student is also responsible for part or all of the income of her family group. Moreover, amid the upper secondary non-higher education technical-vocational courses offered in public or private institutions, the technical course in nursing stands out for its large number of female students. In view of the above, we carried out the research presented in this paper to understand how the female students of the nursing technical course of the Federal Institute of Science and Technology of Southeast Minas Gerais (IF Sudeste MG) - Barbacena Campus experience the combination of motherhood, household labor, remunerative work, and student life. In order to achieve this general objective, four specific ones have been set: (i) identify in the nursing technical course students with the following profile: paid workers, mothers who live with children dependent on their care and financial assistance; (ii) analyze their motivation for choosing a technical course, especially in the area of nursing; (iii) analyze how these students experience their multiple life journeys, and their various social roles; and (iv) highlight the strategies of resistance and struggle that these women use to remain in the course. This is a qualitative research, whose data collection we conducted through questionnaires and semi-structured online interviews. For theoretical support, we relied on theories of the gendered division of household labor from French materialist feminism, as well as studies on feminization and feminization of nursing (Birolli, 2018; Urpia; Sampaio, 2009; 2011; Leal, 2005; Bagnato et al., 2007, etc.). For data analysis, we used Critical Discourse Analysis (CDA) by Norman Fairclough (2001). Our findings revealed that students who are mothers face difficulties to study, which causes them to delay or leave the course due to the challenges of balancing their multiple life journeys. Based on this, the study concluded that flexible schedules, creation of childcare spaces, and financial aid are measures that could mitigate the difficulties faced by women who are trying to balance motherhood, paid employment, and studies.

Keywords: Student mothers; Gendered division of household labor; Technical course in Nursing.

LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COREN	Conselho Regional de Enfermagem
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETPNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
IF Sudeste MG	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
IFET	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPGET	Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DA PESQUISA.....	16
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	24
3.1 Natureza e procedimentos	24
3.2 Percurso metodológico	25
3.3 Aspectos éticos	27
4 LÓCUS DA PESQUISA	29
4.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, <i>Campus Barbacena</i>	29
4.2 O Curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG, <i>campus Barbacena</i>	31
4.2.1 Estrutura do Curso Técnico em Enfermagem	31
4.2.2 Objetivos do curso.....	31
4.2.2.1 Objetivo geral do curso.....	31
4.3 Estágios supervisionados	32
5 REVISÃO DE LITERATURA: MULHERES MÃES, ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM SUBSEQUENTE.....	34
5.1 Achados da pesquisa de levantamento	34
6 REFERENCIAL TEÓRICO.....	38
6.1 Divisão sexual do trabalho	38
6.2 Onde tudo começou? Duas espécies naturalmente distintas?	38
6.3 Feminismos e suas ondas.....	42
6.3.1 Primeira onda dos feminismos	42
6.3.2 Segunda onda dos feminismos, o Feminismo Materialista Francês.....	43
6.4 O trabalho de cuidado	46
6.5 A divisão sexual do trabalho doméstico e seus impactos na vida profissional e estudantil das mulheres que são mães	48

6.6 Feminização e feminilização da Enfermagem.....	52
6.7 O trabalho emocional: mais uma jornada de trabalho enfrentada pelas mães, estudantes e trabalhadoras	54
7 AS MULHERES MÃES, TRABALHADORAS E ESTUDANTES: SUJEITOS DA PESQUISA EMPÍRICA	56
7.1 Sujeitos da pesquisa.....	56
7.2 Escolha de um curso técnico	57
7.3 Enfermagem: profissão ou missão?	58
7.4 A Enfermagem é uma profissão feminizada ou feminilizada?	61
8 SER MÃE, ESTUDANTE E TRABALHADORA REMUNERADA É MATAR UM LEÃO POR DIA	65
8.1 Vivências de múltiplas jornadas e de múltiplos papéis	65
9 VENCER E NÃO DESISTIR: A RESILIÊNCIA E A FORÇA DAS ESTUDANTES MÃES E TRABALHADORAS.....	72
9.1 Estratégias de luta e de resistência	72
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO	86
APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA	93
APÊNDICE 3 - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA	94
APÊNDICE 4 - TCLE–QUESTIONÁRIO APLICADO VIA GOOGLE FORMS	95
APÊNDICE 5 - TCLE–ENTREVISTA	97
APÊNDICE 6 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ E/OU IMAGEM....	100
APÊNDICE 7 - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL	101
ANEXO I - DECLARAÇÃO DE OLYMPE DE GOUGES (1791)	102

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se na linha III (Processos Formativos na Educação Profissional e Tecnológica) do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), que tem por objetivo estudar os Processos Formativos na Educação Tecnológica. Considerando a importância dos processos formativos nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a linha de pesquisa focaliza o âmbito educacional e as relações sociais e de trabalho, enfatizando processos históricos, sociais, psicossociais e culturais, além de abarcar o desenvolvimento e a mobilização de saberes e competências profissionais e docentes. Ela também dá ênfase nas relações entre trabalho, educação, ciência, tecnologia e sociedade nas suas várias interfaces.

Esta é uma pesquisa cujo objeto consiste na vivência do processo formativo do curso Técnico de Enfermagem, modalidade subsequente, de um Instituto de Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, sendo os sujeitos participantes estudantes matriculadas no referido curso, nos anos letivos de 2022 a 2024. Trata-se de estudantes que também são mães e trabalhadoras remuneradas, cujos filhos são seus dependentes.

Abordar a vivência do processo formativo dessas estudantes significa estar diante de um vasto campo de estudos que perpassa pela divisão sexual do trabalho, notadamente a divisão sexual do trabalho doméstico e o cuidado, a feminilização e a feminização da profissão de enfermagem, além da vivência de múltiplas jornadas e diversos papéis sociais, sendo mães, trabalhadoras remuneradas e estudantes.

Diante do exposto, faz-se importante explicitar que a pesquisa aqui relatada teve por objetivo compreender como as estudantes do curso técnico em Enfermagem, na modalidade subsequente, do Instituto Federal escolhido como *lócus* da pesquisa empírica, vivenciam a maternidade, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e a vida estudantil. Foram investigadas as motivações dessas mulheres para a procura do curso técnico mencionado, o modo como elas experienciam essas múltiplas jornadas, bem como suas estratégias de luta e de resistência para permanecerem e concluírem sua formação.

A exposição do percurso desta pesquisa está organizada em oito capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. O capítulo *Apresentação do processo da pesquisa* inicia-se expondo a motivação da pesquisadora para a realização do estudo: suas experiências, seus incômodos e seus questionamentos. Em seguida, trata da contextualização do problema: questão de pesquisa, os objetos e objetivos, assim como o *lócus* e os sujeitos da pesquisa

empírica. Constan também nesse capítulo a metodologia utilizada, as técnicas e os instrumentos, bem como as categorias de análise e os métodos escolhidos para tratar os dados colhidos.

A contextualização do problema de pesquisa perpassa pelo aumento dos cursos técnicos ofertados em todo o Brasil a partir de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. Dos cursos ofertados, enfatizam-se nesta pesquisa os cursos técnicos de nível médio subsequentes, mais especificamente o curso técnico de Enfermagem, que é procurado/frequentado por um público majoritariamente feminino. Os sujeitos da pesquisa são mulheres, mães, trabalhadoras remuneradas e estudantes, e o objeto de pesquisa é a vivência dessas mulheres durante seu processo formativo no curso técnico em Enfermagem de uma Instituição Federal de Minas Gerais.

Já o capítulo *Metodologia da pesquisa* encontra-se dividido em duas subseções: (i) *Natureza e procedimentos da pesquisa*, na qual são descritos os subsídios teóricos que contribuíram para a escolha das técnicas utilizadas no percurso metodológico, e (ii) *Percurso metodológico*, em que são descritos tanto as técnicas utilizadas para a obtenção de conhecimentos científicos e de dados empíricos quanto todo o caminho percorrido até a obtenção dos dados coletados. Nesse subitem, também são apresentados os aspectos éticos, bem como o método por meio do qual foram escolhidos os sujeitos da pesquisa.

O próximo capítulo, *Locus da pesquisa*, divide-se em duas subseções: (i) o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), em que é apresentado o *Campus Barbacena*, contando a história de sua criação desde 1910, como escola Agrotécnica Federal de Barbacena, até os dias atuais, nos quais são oferecidos cursos técnicos em duas modalidades, assim como cursos de graduação e pós-graduação, e (ii) Curso técnico de Enfermagem, em que é apresentado o curso em sua modalidade subsequente: estrutura, carga horária, objetivos e estágio supervisionado.

Em seguida, há o capítulo de *Revisão de literatura: mulheres mães, estudantes do curso técnico em Enfermagem Subsequente*, que tem dupla finalidade: via levantamentos bibliográficos de estudos recentes, objetivou aproximar literatura e objeto de pesquisa. Por meio desse levantamento, objetivou detectar fragilidades na literatura, principalmente no que tange ao perfil dos sujeitos desta pesquisa.

O *Referencial Teórico*, por sua vez, é o capítulo que tem como objetivo tratar das teorias que alicerçaram a realização desta pesquisa. Ele está dividido em quatro subseções: (i) Divisão sexual do trabalho; (ii) A divisão sexual do trabalho doméstico e seus impactos nas

vidas profissional e estudantil das mulheres que são mães; (iii) Feminização e feminilização da Enfermagem e (iv) Trabalho emocional, mais uma jornada na vida da mulher.

Já o capítulo *Mulheres mães, trabalhadoras e estudantes: sujeitos da pesquisa empírica* aborda o misto entre o sentimento de altruísmo e a necessidade de profissionalização que levam as mulheres sujeitos dessa pesquisa a buscarem a Enfermagem como missão.

Ser mãe, estudante e trabalhadora remunerada é matar um leão por dia é o título do capítulo que apresenta como é a vivência do processo formativo do curso técnico de Enfermagem.

Em sequência, o capítulo *Vencer e não desistir: a resiliência e a força das estudantes mães e trabalhadoras* traz o dado que, apesar de todo o esforço necessário e de todo o cansaço vivenciado por essas estudantes, a maioria não desiste de seus sonhos, estabelecendo estratégias de luta e de resistência para conseguir completar seus processos formativos.

Por fim, nas *Considerações finais*, são abordados todos os dificultadores que as mulheres vivenciam em seu processo formativo, incluindo políticas institucionais de ensino, que, na tentativa de tratar todos os alunos de maneira igualitária, cometem a injustiça de se esquecer que essas mulheres já se encontram em desvantagem por não conseguirem se profissionalizar antes de se tornarem mães.

2 APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DA PESQUISA

Inicialmente, explanamos o título da pesquisa: *ESTUDANTE, TRABALHADORA E MÃE: múltiplas jornadas e múltiplos papéis de mulheres do curso técnico de Enfermagem do IF Sudeste MG – Barbacena*. Durante meus estudos para desenvolver a pesquisa, deparei-me com os seguintes conceitos que definiam esse “*sevirismo*” das mulheres que são mães, trabalhadoras remuneradas e estudantes.

Quando o conceito *múltiplas jornadas* é mencionado, objetiva-se abordar, de acordo com Silva e Mendes (2024), diferentes tarefas desempenhadas ao longo do dia. No caso das mães, estudantes e profissionais, elas vivenciam, ao longo do dia, as jornadas de cuidar da casa e dos filhos, de profissionais remuneradas e de estudantes. Inerente às múltiplas jornadas, existem também os diversos papéis sociais desempenhados por essas mulheres, os quais estão atrelados às atividades, às responsabilidades e aos comportamentos expectáveis pela sociedade na qual essa mulher está cumprindo sua jornada (Almeida, 2007).

É importante ressaltar também que, no contexto desta pesquisa, optei pelo conceito *mulheres*, no plural. Fiz isso na expectativa de que pressurosamente haja, em nossa sociedade, o reconhecimento das diversidades e das identidades femininas. Por conseguinte, ao usar o termo *mulheres*, reconheço essa pluralidade e promovo a inclusão de todas as vozes, experiências, necessidades e desafios, contribuindo, assim, para a igualdade e, talvez, para a equidade.

Esse fato vai ao encontro da Teoria Social do Discurso proposta por Norman Fairclough (2001), que foi, aliás, utilizada para a análise dos dados desta pesquisa. Ele será abordado mais amplamente na sessão Metodologia e Procedimentos metodológicos.

Contribuindo para as discussões sobre a temática “múltiplas jornadas e múltiplos papéis sociais das mulheres que são mães, profissionais e estudantes”, Urpia e Sampaio (2009) afirmam que as mulheres constituem um grupo social com especificidades que as colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino, e ressaltam, dentre essas especificidades, a maternidade. Isso faz com que muitas regressem à sala de aula, muitos anos depois, para se profissionalizarem. Destarte, acredito veementemente na importância do Ensino Técnico de nível médio subsequente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Criada em 2008, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro (Brasil, 2008), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituiu-se em um marco na ampliação,

interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no Brasil. Os cursos de educação profissional e tecnológica (EPT) previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) são: Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio (ETPNM); Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação (Brasil, 2021).

Brasil (2021) destaca que a Educação Profissional de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao ensino médio:

I - A articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:

- a) integrada: ofertada somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da educação básica;
- b) concomitante: ofertada a quem ingressa no ensino médio ou já esteja cursando-o, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino;
- c) concomitante da seguinte forma: uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;

II - A subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o ensino médio (Brasil, 2021).

Dentre os cursos que são abarcados pela EPT, tratamos especificamente da EPTNM em sua modalidade subsequente. Por manter o foco nas principais disciplinas teóricas e práticas de cada processo formativo e suas aplicabilidades no mercado de trabalho, essa modalidade propicia maior rapidez na conclusão do processo formativo escolhido, quando comparada à graduação (Brasil, 2008).

Por ser uma modalidade subsequente ao ensino médio, o corpo discente desses cursos destaca-se por sua diversidade etária, social e cultural. Assim, a sala de aula de um curso técnico subsequente é constituída por alunos com distintas histórias de vida e, consequentemente, com especificidades no que se refere às suas motivações, vivências e necessidades durante o processo formativo.

Brasil (2021) aponta que, nos últimos anos, a oferta da educação profissional e tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras. Segundo dados do Censo Escolar 2020 (INEP, 2021), do total de 1,8 milhão de matrículas nos cursos do ensino técnico de nível médio, 59,6% são de estudantes do sexo feminino.

Apesar dos dados mencionados, as autoras Urpia e Sampaio (2009), em seus estudos sobre jovens universitárias, evidenciam que as mulheres estudantes apresentam peculiaridades que as colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino. Dentre essas, as autoras destacam a maternidade, quando vivenciada sob os moldes impostos pela sociedade contemporânea, peculiaridade cuja associação com o trabalho doméstico e com as atribuições da vida estudantil torna o processo formativo doloroso e até mesmo inviável.

Para Bittencourt (2011), a conciliação entre estudo e maternidade é vivenciada como um período ainda mais desafiador por grande parte das mães estudantes que participam ativamente do mercado de trabalho. Concordando com a autora, Nunes e Silva (2020) destacam a existência de vários óbices para o ingresso e a permanência dessas mulheres nos cursos que escolheram e a obtenção de bons resultados neles. Dentre esses estão os múltiplos trabalhos exercidos por essas mulheres quando, além da maternidade e da vida estudantil, há ainda a necessidade de que elas também exerçam trabalho remunerado.

Em seu estudo, Emídio e Castro (2021) apontam para a idealização da maternidade pela sociedade como uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na construção de seu lugar na sociedade, no mercado de trabalho e na consolidação de sua carreira. Dessa forma, de acordo com Mendes e Fonseca (2020), a maternidade chega acompanhada de um sentimento de culpa, tanto pessoal quanto profissional, tornando-se um *verdadeiro dilema*. Assim, notam-se com frequência histórias de mulheres que abandonaram suas carreiras profissionais, por falta da chamada *rede de apoio*.

Além do exposto, Birolli (2018) nos esclarece que o principal ônus da maternidade se encontra sobretudo no contexto da divisão sexual do trabalho, na qual a mulher deve cuidar dos filhos e do lar. Assim, ela acaba experienciando uma maternidade sufocada por sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia, que, por outro lado, delinea de forma precária a vida da mulher principalmente no que tange à educação e carreira.

Ainda de acordo com essa pesquisadora, o tempo e o esforço dedicados à família, sendo desfavoráveis às mulheres, implicam na pouca disposição de tempo, recursos e dedicação para sua educação, profissionalização e trabalho. Por isso, mesmo que na atualidade as mulheres ocupem vários espaços que antes lhes eram restritos, a desigualdade ainda persiste no que concerne às possibilidades de efetiva ascensão do grupo como um todo.

Em concordância com Nunes e Silva (2020), de que há necessidade de mais pesquisas sobre mulheres estudantes que são mães e trabalhadoras remuneradas e, considerando que a

pesquisadora responsável por esta dissertação tem sua vivência profissional iniciada e desenvolvida como docente da educação profissional de nível médio subsequente, mais especificamente do curso técnico de Enfermagem subsequente, esta pesquisa tem como objeto a vivência do processo formativo do curso técnico de Enfermagem por mulheres com esse perfil, na modalidade subsequente.

Tendo os seus últimos dezoito anos dedicados à docência no curso técnico de Enfermagem na modalidade subsequente, a autora deste estudo muitas vezes presenciou algumas de suas alunas atrasando seu processo formativo ou desistindo de sua formação por não conseguirem conciliar a vida estudantil com suas múltiplas jornadas de afazeres domésticos, cuidados com filhos e serviço remunerado.

Ao buscar referências na literatura de estudos realizados com mães estudantes, encontramos alguns referentes a estudantes que são mães na graduação, no mestrado e doutorado. Porém, em se tratando de pesquisas sobre mães estudantes da educação profissional de nível médio subsequente, sobretudo na área de Enfermagem, pudemos notar que são poucas nessa temática. É para o preenchimento dessa lacuna que a presente pesquisa visa aportar contribuições.

Abordar a vivência no processo formativo dessas estudantes significa estar diante de um vasto campo de estudos que perpassa pela divisão sexual do trabalho, notadamente a divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado, pela feminização da profissão de enfermagem e pela multiplicidade das jornadas dessas mulheres como mães, trabalhadoras remuneradas e estudantes. Diante disso, buscamos na literatura diversos trabalhos empíricos sobre as referidas temáticas.

Frente ao exposto, a pesquisa tem por **objetivo geral** compreender como as estudantes do curso técnico em Enfermagem, na modalidade subsequente de um Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, vivenciam juntamente a maternidade, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e a vida estudantil. Foram investigadas as motivações dessas mulheres pela procura do curso técnico ora mencionado, a maneira como elas experienciam essas múltiplas jornadas, bem como suas estratégias de luta e resistência para permanecerem e concluírem sua formação.

O curso técnico em Enfermagem em foco tem uma carga horária de 1600 horas, das quais 400 são dedicadas a atividades práticas em hospitais, Unidades Básicas de Saúde e instituições de longa permanência para idosos. Trata-se de um curso noturno, em que a parte prática é oferecida nos períodos matutino e vespertino.

Seu alunado é majoritariamente constituído por estudantes do sexo feminino: dos 93 alunos matriculados, 77 são do sexo feminino e 16 do sexo masculino, o que significa que as mulheres representam 83% os estudantes do curso.

Essa desproporção pode ser explicada pela teoria da feminista francesa Hirata (2016), segundo a qual, por ser um trabalho que vai ao encontro das necessidades dos outros, o cuidado foi exercido durante muito tempo por mulheres, no espaço doméstico, na esfera “privada”, de forma gratuita e por amor, o que fez com que se destacasse como modelo das desigualdades sobrepostas ao gênero.

De acordo com Lopes e Leal (2005), a enfermagem se desenvolveu como profissão regulamentada por meio de instituições religiosas. Bagnato *et al.* (2007, *apud* Costa *et al.*, 2013), por sua vez, afirmam que foi na década de 1970 que os cursos de auxiliar e técnico de Enfermagem passaram a integrar a educação profissional de nível médio, sendo oferecidos como cursos técnicos profissionalizantes de curta duração, com duração mínima de um ano, e como cursos técnicos de nível médio, com duração mínima de dois anos.

Porém, apesar de ser uma profissão cuja *vocação* esteja culturalmente relacionada ao gênero feminino, com base na minha experiência como docente do curso técnico de Enfermagem, posso afirmar que é notória a dificuldade que as mulheres enfrentam para concluir esse curso, a qual decorre da vivência de interseções inerentes ao estudo, ao trabalho remunerado, às atividades domésticas e à maternidade.

Esse fato é explicitado, também, nos estudos de Nunes e Silva (2020) sobre a formação acadêmica de mães universitárias, quando essas destacam a existência de vários óbices para o ingresso, a permanência e a obtenção de bons resultados nos cursos escolhidos. O estudo citado também faz menção aos múltiplos trabalhos domésticos exercidos por essas mulheres, quando há a necessidade de que elas também exerçam trabalho remunerado. Assim, as autoras ressaltam a importância de mais estudos que abordem, dentre outras intersecções vivenciadas pelas mulheres estudantes, a maternidade e o trabalho.

Dessa maneira, surge para mim a necessidade de aprofundar os estudos sobre a vivência do processo formativo do curso técnico em Enfermagem pelas estudantes que são mães e trabalhadoras. Para tanto, propus minha pesquisa, cujo *lócus* foi o IF Sudeste MG - *Campus* Barbacena e cuja centralidade abrange as perspectivas dessas estudantes. Com base nesse interesse, despontou-se a seguinte **pergunta norteadora**: como as estudantes mães e trabalhadoras remuneradas do curso técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG - *Campus* Barbacena vivenciam a maternidade, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e a vida estudantil?

Partindo dessa questão norteadora, realizei uma revisão de literatura que me levou a pesquisar, no Banco de Dissertações e Teses da Capes e no Portal de Periódicos da Capes, estudos realizados no recorte temporal de 2010 a 2023, utilizando como palavras-chave: Mães Estudantes; Divisão sexual do trabalho doméstico; Curso técnico em Enfermagem. As buscas realizadas utilizando essas três palavras simultaneamente não trouxeram resultados significativos para que eu pudesse traçar o panorama de estudos publicados até momento. Quando pesquisadas separadamente, foi possível encontrar mais estudos que possibilitaram a produção da revisão de literatura da presente dissertação. Todavia, são escassas as publicações que analisam os desafios das mães estudantes da educação profissional e é essa lacuna que a pesquisa realizada visou preencher.

A finalidade da pesquisa, *a priori*, é promover o conhecimento da existência desse perfil de estudantes por parte das Instituições de Ensino e do Estado. Em seguida, identificar suas dificuldades em relação à dinâmica do processo formativo, podendo, assim, contribuir para a elaboração de políticas institucionais que favoreçam a permanência e a formação dessas estudantes, partindo do pressuposto de que a educação profissional, para muitas mulheres, é a primeira porta que se abre para a sua inserção no mercado de trabalho.

A fim de alcançar o objetivo geral ora definido, alguns **objetivos específicos** foram delineados: (1) identificar no curso técnico em Enfermagem as estudantes com o seguinte perfil: trabalhadoras remuneradas, mães que residem com filhos dependentes de seus cuidados e de seu auxílio financeiro¹; (2) analisar as motivações dessas mulheres para procurarem um curso técnico, sobretudo na área de Enfermagem; (3) analisar como essas estudantes vivenciam as múltiplas jornadas e os diversos papéis sociais no quais estão inseridas e (4) evidenciar as estratégias de resistência e luta dessas mulheres para conseguirem permanecer no curso.

A pesquisa se fundamenta principalmente em teorias sobre a feminilização da profissão na área da Enfermagem e em teorias sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, que, para Hirata (2010), é gerador de desigualdades significativas, maiores ainda do que se diz respeito à divisão sexual do trabalho profissional. Baseia-se também nos aportes das pesquisadoras Yannoulas (2011), Birolli (2018), Urpia e Sampaio (2009; 2011), Muraro

¹ De acordo com Instrução Normativa nº 15/01 da Secretaria da Receita Federal, Artigo 38, inciso III, são considerados filhos(as) ou enteados(as) dependentes aqueles de até 21 anos ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho. O parágrafo 1 desse mesmo artigo informa-nos que a dependência é extensiva também às pessoas do inciso III maiores até 24 anos de idade, se estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau. http://www.tjes.jus.br/PDF/manuais_normas/nomeacao/COMPROVANTE_DEPENDENCIA_IMPOSTO_RENDA.pdf. Acesso 13 nov. 2023.

(1992). No que concerne à feminilização e à feminização da Enfermagem, o estudo se ancorou nas contribuições de Lopes e Leal (2005) e Bagnato *et al.* (2007).

No que concerne à divisão sexual do trabalho, esse referencial teórico não podia deixar de se fundamentar em Daniele Kergoat (1978), a pioneira na utilização do conceito *Divisão Sexual do Trabalho*, juntamente com Hirata.

Birolli (2016) e Monticelli (2021), sob a perspectiva de Hirata e Kergoat (2007), identificaram dois princípios básicos da divisão sexual do trabalho, quais sejam: o que distingue homens e mulheres, serviço de homem e serviço de mulher, e o da hierarquização, em que o trabalho masculino tem mais valor social que o feminino.

Seria inviável traçar esse referencial teórico sem citar algumas grandes teóricas, cujas obras contribuíram e nos levam ou nos encaminham ao entendimento da divisão sexual do trabalho. Referimo-nos a Simone de Beauvoir e sua obra *O Segundo Sexo*, que critica o patriarcado, no qual a *mulher* é idealizada como o *outro* quando comparada ao homem (Beauvoir, 1949). Outra autora referenciada foi Collete Guillaumin, quem contribuiu significativamente para o feminismo materialista francês, de acordo com Abreu (2016).

No que se refere à **metodologia**, trata-se de uma abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, utilizamos, conforme detalhamento a seguir, o questionário e a entrevista semiestruturada, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2021), é um método no qual a entrevista é guiada por pontos de interesse do entrevistador e o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.

A parte empírica da pesquisa ocorreu em duas etapas, sendo a primeira por meio de um questionário eletrônico do *Google Forms*, enviado para o *e-mail* das alunas matriculadas no curso técnico de Enfermagem nos anos letivos de 2022 a 2024, com o objetivo de identificar as que são mães e trabalhadoras, bem como o contexto social no qual essas estudantes estão inseridas.

Identificar esse contexto social foi de extrema importância para a análise dos dados coletados na entrevista, que se baseou na Análise do Discurso Crítica, proposta por Norman Fairclough. Com efeito, essa teoria exige do pesquisador a análise do contexto social no qual os sujeitos de pesquisa estão inseridos e, a partir disso, segue a análise mais aprofundada do discurso, que leva em consideração o discurso como reflexo do meio em que é produzido (Fairclough, 2001).

Com base na tabulação das respostas aos questionários, procedemos à seleção das estudantes cujos perfis se adequam ao objetivo da pesquisa proposta. Essas estudantes foram

convidadas, via *e-mail*, para a segunda etapa da pesquisa: a entrevista semiestruturada, cujo detalhamento encontra-se no capítulo de metodologia.

As estudantes que preferiram participar virtualmente da entrevista receberam por *e-mail*, juntamente com o *link* para a entrevista, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constava informação sobre entrevista em ambiente virtual, no que tange à forma de anuência, bem como à proteção de seus dados e sigilo conforme a Resolução 466/2012 (Brasil, 2012), além do Termo de Autorização para Voz e Imagem e a Declaração de Compromisso da pesquisadora responsável.

Como suporte teórico-metodológico para a análise dos dados empíricos, utilizamos as teorias da divisão sexual do trabalho advindas do feminismo materialista francês, além de estudos sobre a feminização e a feminilização da Enfermagem, na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) preconizada por Norman Fairclough (2001).

Como categorias de análise das entrevistas elencamos: motivação para a procura do curso técnico, sobretudo na área de Enfermagem; vivência das múltiplas jornadas / trabalho doméstico e cuidados; estratégias de resistência e luta das mulheres para conseguirem permanecer no curso.

Tendo apresentado a temática, as motivações e o percurso da pesquisa, passamos a tratar sobre os aspectos metodológicos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Natureza e procedimentos

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que, de acordo com Minayo (2013), se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais.

O procedimento que utilizamos para a coleta de dados foi o de levantamento. Na pesquisa de levantamento, seleciona-se uma amostra significativa do universo a ser investigado. Segundo Medeiros (2019), esse tipo de pesquisa é realizado para a obtenção de dados ou informações sobre características, opiniões ou vivências de um grupo de pessoas selecionado como representante de uma população, em termos estatísticos.

Por ser um tipo de pesquisa de campo, utilizamos o levantamento para poder interrogar diretamente as estudantes, sujeitos de pesquisa, e levantar informações que possibilitassem a compreensão de suas vivências em relação às suas múltiplas jornadas como mães, estudantes e trabalhadoras. Para tal, as técnicas e os instrumentos que utilizamos foram questionários *online* e entrevistas semiestruturadas, propostas em formato presencial ou *online*, de acordo com a disponibilidade das participantes (as técnicas e os instrumentos estão detalhados a seguir).

O método de análise que usamos foi o dialético, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2021), busca penetrar o mundo dos fenômenos por meio de uma ação recíproca, da contradição e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Empregado na pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica, crítica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos, as opiniões e os comportamentos não podem ser analisados fora do contexto social, político, econômico cultural etc.

Em síntese, empregamos o método dialético na pesquisa, buscando as inter-relações e as contradições inerentes às vivências das estudantes em suas múltiplas jornadas e múltiplos papéis sociais, como mães, estudantes e profissionais, partindo da premissa de que suas relações e conexões não são rígidas, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança. Dessa forma, procuramos entender por meio da análise como suas estratégias de luta, de resistência e de enfrentamentos são evidências de que tais mulheres não são vítimas,

mas protagonistas de sua própria história, não obstante as dificuldades, os obstáculos e os desafios evidenciados por elas.

Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) preconizada por Norman Fairclough (2001), abordamos as teorias da divisão sexual do trabalho, advindas do feminismo materialista francês, na análise dos dados empíricos.

A ACD é entendida como a teoria social que analisa o discurso como prática social por meio do uso da linguagem, significando um modo de agir sobre o mundo e, especialmente, como modo de representação da realidade. Nessa abordagem, os sujeitos de pesquisa são considerados, ideologicamente, capazes de agir de maneira criativa, realizando articulações próprias entre as ideologias e práticas, sendo ao mesmo tempo expostos a efeitos ideológicos e como sujeitos ativos (Onuma, 2020).

Pelo fato de a pesquisadora ser docente do curso técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG - *Campus* Barbacena, *lócus* da presente pesquisa, seu engajamento e participação no campo de pesquisa foram um trunfo e um dificultador, haja vista a necessidade de distanciamento do objeto pesquisado. Por um lado, Albarello (2004) postula que o engajamento traz força e originalidade à pesquisa, pois permite o conhecimento aprofundado do problema, as zonas de sombra, os efeitos perversos e os aspectos simbólicos. Por outro lado, o mesmo autor (2004) alerta para a necessidade de distanciamento, para que a pesquisadora tenha um outro olhar sobre a realidade.

Portanto, engajamento e distanciamento são complementares, mas necessitam de um equilíbrio dialético. Sendo o engajamento subjetivo, irracional e imaginário em contraste com o distanciamento, que é objetivo, racional e controlado (Penido, 2020, p. 385), a pesquisadora procedeu à análise dos dados empíricos à luz das teorias elencadas, minimizando as implicações subjetivas e buscando o referido equilíbrio dialético.

3.2 Percurso metodológico

A coleta de dados foi realizada após a assinatura da Declaração de Anuência e Autorização pela Diretoria Geral do IF Sudeste MG - *Campus* Barbacena e a aprovação do projeto de pesquisa tanto pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) quanto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CEFET-MG, em 16 de maio de 2024.

Inicialmente, realizamos o estudo documental sobre o curso de Enfermagem do IF Sudeste MG - *Campus* Barbacena, com o intuito de verificar quantas mulheres estavam

matriculadas no referido curso nos anos letivos de 2022 a 2024. Extraímos os dados sobre o curso por meio do *site* da instituição e, os dados sobre as matrículas, do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), por meio do qual também levantamos os *e-mails* das estudantes, para o estabelecimento de contato.

Em seguida, enviamos para o *e-mail* das estudantes selecionadas o questionário *online* elaborado no *Google Forms*, que possibilitou traçar perfil social, econômico e cultural de cada uma delas, além de possibilitar coletar dados referentes às suas motivações, dificuldades, desafios e estratégias de luta e de resistência (Apêndice 1). Anteriormente a seu acesso ao questionário, enviamos às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice 4), contendo a forma e as condições de sua participação da pesquisa, para que elas as avaliassem e dessem ou não seu consentimento.

Para Gil (2019) e Fachin (2005), o uso do questionário em pesquisa científica de cunho teórico-empírico possibilita o levantamento de percepções, opiniões, crenças, sentimentos e interesses em relação a um determinado fenômeno, fato, acontecimento ou objeto. Tal descrição justifica o fato de termos adotado o questionário como um dos instrumentos de coleta de dados.

Enviamos o questionário para 40 mulheres, estudantes do curso técnico em Enfermagem subsequente do IF Sudeste MG - *Campus* Barbacena, das quais 20 responderam. Posteriormente, realizamos a respectiva tabulação dos dados, o que possibilitou a identificação das estudantes com o perfil que definimos. Com base nas respostas, selecionamos 5 dessas estudantes para participarem da entrevista semiestruturada, com o objetivo de aprofundar os dados coletados no questionário. A seleção desse quantitativo deveu-se à saturação dos dados, garantindo que a amostra fosse representativa e suficiente.

De acordo com Marconi e Lakatos (2021), a entrevista semiestruturada é aquela guiada por pontos de interesse do entrevistador, mas o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Essas entrevistas foram conduzidas *online*, via *Google Meet*, devido à indisponibilidade das estudantes para participarem de maneira presencial. O formato remoto permitiu maior acessibilidade, garantindo adesão e engajamento das estudantes na pesquisa.

O roteiro das entrevistas (Apêndice 2) contemplou questões que possibilitaram compreender, por meio do discurso das estudantes, suas vivências em suas múltiplas jornadas como mães, estudantes e trabalhadoras.

As entrevistas ocorreram de maneira dialógica, sem duração pré-estabelecida, tendo como intuito permitir que as participantes compartilhassem suas experiências de forma livre,

porém mantendo o foco nos temas principais da pesquisa. Feitas as perguntas norteadoras, deixamos as entrevistadas dissertarem à vontade e livremente, sem interrupções ou contestações por nossa parte. A duração média foi de 45 minutos.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a quantidade de entrevistas não foi um fator considerado relevante, nem foi definida *a priori*, uma vez que a relevância foi dada à qualidade do conteúdo das falas, de forma a responder à questão de pesquisa e atender aos objetivos propostos.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Após as transcrições, selecionamos excertos de falas, que analisamos dialeticamente à luz dos referenciais teóricos. A escolha do número de entrevistadas e dos excertos de fala denomina-se amostragem intencional, técnica que permite que o próprio pesquisador defina o número de sujeitos que farão parte do estudo. Dessa maneira, fala-se em amostragem não probabilística ou amostragem intencional não probabilística.

Por outro lado, trata-se de uma amostragem homogênea, pois nos concentramos em um subgrupo específico, no qual todos os sujeitos são semelhantes e atendem às variáveis pré-estabelecidas: (i) ser aluna do curso técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG, (ii) ter filhos dependentes financeiramente, sob os cuidados e morando na mesma residência que si e (iii) ser profissional remunerado.

A escolha da combinação dos instrumentos questionário *online* e entrevistas *online* foi para maximizar a flexibilidade e a intencionalidade da pesquisa. O questionário permitiu uma triagem eficiente e abrangente das participantes, e as entrevistas possibilitaram uma exploração mais profunda das experiências individuais.

3.3 Aspectos éticos

Segundo Morin (2002), atender ao princípio ético na pesquisa é reconhecer e explicitar os conflitos humanos, sem tentar resolvê-los. A partir do conhecimento em diferentes áreas, a ética nos permite analisar a situação sem fazer julgamentos, revelando as contradições para compreendê-las melhor.

Na pesquisa, é fundamental manter rigor, sigilo e confiança durante a coleta de dados. É preciso observar atentamente os métodos e a análise, evitando qualquer manipulação das informações. Nesse contexto, convidamos as possíveis participantes para a pesquisa, momento em que explicamos o propósito da entrevista, os objetivos da pesquisa e os

procedimentos metodológicos envolvidos, assegurando que não haveria despesas para elas, nem remuneração pela participação.

A coleta de dados, como já explanado, foi realizada em duas etapas: aplicação de um questionário via *Google Forms*, precedida da assinatura de TCLE, e realização de entrevistas semiestruturadas, igualmente autorizadas por meio da assinatura de outro Termo (Apêndice 5). Esse documento garantiu que a pesquisa não colocaria as participantes em situações constrangedoras ou que causasse sofrimento, e que as perguntas não seriam intrusivas ou de caráter pessoal, exceto aquelas inevitáveis para o interesse do estudo.

O cuidado com a rotina das participantes foi uma prioridade. Permitimos que elas escolhessem se a entrevista seria presencial ou *online*, sendo gravada em áudio e imagem, com a autorização expressa no TCLE. Consideramos a entrada da estudante na sala de reunião *online* uma anuência de sua parte. A identidade das participantes foi protegida, respeitando sua individualidade e privacidade, sem divulgar informações que possam identificá-las.

É importante destacar que passamos às participantes estas informações essenciais: (i) que, mesmo após aceitar participar e assinar ou dar a entrevista via *Google Meet*, elas tinham o direito de mudar de ideia a qualquer momento, de se retirar da pesquisa ou de solicitar novos encontros para esclarecimentos; (ii) que poderiam interromper a entrevista sempre que achassem necessário; (iii) que poderiam solicitar acesso à transcrição da entrevista a qualquer momento e (iv) que, para garantir a transparência, daríamos retorno a elas sobre os dados coletados na pesquisa.

4 LÓCUS DA PESQUISA

4.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, *Campus Barbacena*

Esta seção tem como objetivo a apresentação do *lócus* de pesquisa, bem como do curso técnico em Enfermagem, em que se formaram vários técnicos e técnicas de enfermagem ao longo dos anos.

Preliminarmente, contamos a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), que foi criado em 29 de dezembro 2009, por meio da Lei nº 11.892 (IF Sudeste MG, 2024).

O *campus* Barbacena tem uma história que se originou da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena, fundada em 9 de novembro de 1910 pelo então presidente Nilo Peçanha. Atualmente, a instituição é composta por *campi* localizados nas cidades de Barbacena, Bom Sucesso, Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Del Rei e Ubá. O *campus* de Juiz de Fora abriga, ainda, a reitoria do Instituto.

As atividades da escola Agrotécnica de Barbacena começaram em 14 de julho 1913, durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca. Ao longo dos anos, a instituição passou por várias mudanças de nome e subordinação até se tornar uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, em 1993 (IF Sudeste MG, 2024).

Com a criação do IF Sudeste MG, a escola Agrotécnica de Barbacena foi integrada ao novo Instituto, tornando-se o *campus* Barbacena. Hoje o *campus* oferece uma gama de cursos técnicos de graduação e pós-graduação e continua a desempenhar um papel importante na educação e no desenvolvimento da região (IF Sudeste MG, 2024).

Atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - *Campus Barbacena* oferece os seguintes cursos, todos gratuitos e de qualidade:

(i) Cursos técnicos:

Os cursos técnicos capacitam o aluno com conhecimentos teóricos e práticos, de forma mais focada e rápida, para atuação no setor produtivo. Buscam formar profissionais para o mercado de trabalho, mas também ofertam uma formação mais ampla, permitindo ao aluno prosseguir nos cursos superiores. Eles possuem as seguintes modalidades: integrada, concomitante e subsequente, comentadas a seguir.

Técnico Integrado: nessa modalidade, o aluno faz o curso técnico integrado ao ensino médio, ou seja, ao mesmo tempo, e ambos no IF Sudeste MG. Para ingressar, o candidato deve ter concluído o ensino fundamental até a data da matrícula. Nessa modalidade, no *campus* Barbacena, são oferecidos os cursos de Agroindústria, Agropecuária, Hospedagem e Química.

Técnico Concomitante: nessa forma de oferta, o aluno faz o curso técnico e o ensino médio ao mesmo tempo também, mas somente o curso técnico é feito no IF Sudeste MG. Assim, o aluno faz o ensino médio em outra instituição de ensino e, conseqüentemente, estuda em dois turnos diferentes. Esse é o caso do curso Técnico em Informática.

Técnico Subsequente: é o curso técnico voltado para quem já concluiu o ensino médio. Por isso, para ingressar nessa modalidade, o aluno deve ter esse nível de escolaridade completo até a data da matrícula. São estes os cursos oferecidos nessa modalidade: Enfermagem, Meio Ambiente, Nutrição e Dietética e Segurança do Trabalho.

(ii) Cursos de Graduação:

Os cursos de graduação são cursos superiores que oferecem uma visão ampla de uma determinada área. Ser graduado é necessário para exercer certas profissões regulamentadas. No *Campus* Barbacena, são oferecidos os cursos de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Gestão Ambiental, Bacharelado em Nutrição, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Química, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Sistemas para Internet.

(iii) Cursos de Pós-graduação:

Os cursos de pós-graduação buscam formar profissionais mais especializados em determinadas áreas de atuação, tanto no âmbito acadêmico como no profissional. No *campus* Barbacena, é oferecida especialização *latu sensu* em Planejamento e Gestão de Áreas Naturais Protegidas.

Além disso, o *campus* desenvolve, por meio dos professores, alunos e servidores diversos, projetos de pesquisa e extensão que atendem a comunidade interna e externa de Barbacena (IF Sudeste MG, 2024).

4.2 O Curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG, *campus* Barbacena

O curso foi implantado na Instituição no ano 2000, por meio da Portaria Nº 164/EAFB/CONSELHO DIRETOR, de 20 de dezembro de 2000, publicada no Diário Oficial de 11 de junho de 2001 – Seção 1. É voltado para estudantes que já concluíram o ensino médio e desejam obter uma formação técnica na área de Enfermagem. Ele tem como objetivo principal capacitar profissionais para atuar de forma competente e ética no setor de saúde (IF Sudeste MG, 2024).

De acordo com o IF Sudeste MG (2024), o curso apresenta-se e atua como um curso de nível médio que promove a formação de profissionais e se responsabiliza pelo desenvolvimento do indivíduo na conduta e na ética, com um melhor desempenho na vida profissional. Ademais, ele tem como princípio empenhar-se pela valorização da pessoa humana, entendida como um ser em relação com o mundo sociocultural e com seu semelhante, tendo em vista a formação dos profissionais com uma visão humanista, a fim de atuarem na prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde.

4.2.1 Estrutura do Curso Técnico em Enfermagem

O Curso Técnico em Enfermagem da referida instituição é estruturado em períodos que combinam aulas teóricas e práticas, além de estágios supervisionados. A carga horária total é dividida entre disciplinas que abordam conhecimentos técnico-científicos, éticos e políticos essenciais para a prática da Enfermagem (IF Sudeste MG, 2024).

4.2.2 Objetivos do curso

O curso persegue um objetivo geral, cujo cumprimento o leva a estabelecer seis objetivos específicos, conforme descrevemos a seguir.

4.2.2.1 Objetivo geral do curso

Em consonância com IF Sudeste MG (2024), o objetivo geral do curso consiste em, a partir de uma sólida base humanística, científica e tecnológica, formar profissionais aptos e tecnicamente qualificados para atuar nos diversos níveis de assistência para a promoção,

prevenção, manutenção e recuperação da saúde, observando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.2.2.2 Objetivos específicos do curso

- (1) Atender a demanda da sociedade de Barbacena e região, formando profissionais qualificados e críticos capazes de atuar em diversos contextos socioculturais, visando à promoção da saúde e a efetiva prestação de serviços aos indivíduos e à coletividade;
- (2) conhecer os principais problemas de saúde que afetam a população e os indivíduos na sociedade atual e seus determinantes;
- (3) desenvolver competências e habilidades humanas que favoreçam a atuação profissional pautada na análise crítica da realidade política, social e econômica do país, tendo por princípio básico o bem-estar da coletividade, cumprindo e fazendo cumprir a legislação em vigor;
- (4) promover e estimular o desenvolvimento das capacidades básicas, cognitivas e pessoais para lidar com situações diversas;
- (5) promover a articulação teórico-prática de forma a estimular a aplicação dos conhecimentos técnicos e científicos, com reflexão sobre a dinâmica do contexto, as massivas e contínuas mudanças na área de Ambiente e Saúde, além das expectativas e necessidades dos seres humanos;
- (6) proporcionar infraestrutura acadêmico-tecnológica (biblioteca, laboratórios e outros) de apoio para as ações de pesquisa e extensão do Instituto, visando à promoção do desenvolvimento regional (IF Sudeste MG, 2024).

4.3 Estágios supervisionados

Os estágios supervisionados são uma parte crucial do curso, pois permitem que os alunos adquiram e apliquem conhecimentos em situações reais de trabalho. Esses estágios são realizados em instituições de saúde parceiras, proporcionando uma experiência prática valiosa e preparando os alunos para o mercado de trabalho.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Técnico em Enfermagem, modalidade subsequente do IF Sudeste MG – *Campus Barbacena*, possui duração de 400 horas, conforme

o parecer normativo COFEN 01/2019, e é item obrigatório para a conclusão do curso (IF Sudeste MG, 2024).

5 REVISÃO DE LITERATURA: MULHERES MÃES, ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM SUBSEQUENTE

Nesta seção, referenciamos estudos recentes sobre as diversas jornadas e os múltiplos papéis sociais da mulher. Sua relevância se dá pela aproximação com nosso objeto de pesquisa, que é a vivência do processo formativo do Curso Técnico em Enfermagem por estudantes que são mães e trabalhadoras remuneradas. Então, com o objetivo de saber se foram realizadas pesquisas de pós-graduação que pudessem auxiliar a construção do referencial teórico desta pesquisa, realizamos uma busca no Banco de Teses e Dissertações e Periódicos da Capes. Ao utilizar as palavras-chave desta pesquisa: *mães, trabalhadoras, curso técnico de Enfermagem subsequente*, não encontramos nenhum estudo publicado. Porém, ao utilizá-las separadamente, identificamos trabalhos que aportaram para a construção deste capítulo.

5.1 Achados da pesquisa de levantamento

Ávila (2019), em sua dissertação, pesquisou sobre como a maternidade permeia a constituição identitária e os papéis de mulheres que trabalham no setor privado. Os dados foram coletados por meio das técnicas do método de pesquisa História de Vida e analisados por meio da análise de narrativa. As participantes eram mulheres que são mães e trabalham no setor privado em Curitiba/PR. Segundo a autora, as entrevistadas veem o trabalho como uma necessidade que vai além do material; para elas, o trabalho significa autorrealização, possibilidade de serem elas mesmas, uma expressão de suas vidas e escolhas. O trabalho desempenha um papel central na identidade dessas mulheres e é uma referência em suas identidades. A autora chegou à conclusão de que a maternidade ressignificou a maneira como essas mulheres lidam com o tempo, dinheiro, suas vontades, prioridades, relação com amigos e familiares (pai, mãe e irmãos), perspectivas para o futuro e relação com o trabalho.

Copatti (2022), em *(H)À mulher para além de mãe*, constatou que, na contemporaneidade, assiste-se a uma angústia feminina frente ao instável arranjo social que se coloca como parâmetro do que é ser mulher, tornando difícil a tarefa de entender-se como sujeito. Ademais, a autora sustenta que, a partir das experiências colocadas pelas mulheres, a maternidade necessita ser vista como um evento multifacetado, o qual não se restringe ao conceito de instinto materno, senão sofre ressonâncias da cultura, do tempo e do período histórico no qual nos construímos e vivemos.

Malluf e Kahhali (2009), em *Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea*, avaliaram a relação de mulheres executivas com a realização profissional, a maternidade e a contemporaneidade, e propuseram uma reflexão cujos resultados mostraram que, dentre mulheres pesquisadas, parte está em um momento de construção e parte está conflitada. Elas administram a qualidade de vida criando possibilidades, o que desconstrói a literatura. Até hoje acreditou-se que pessoas que trabalham de 10 a 14 horas/dia têm a qualidade de vida extremamente comprometida e não é o caso das mulheres pesquisadas. Apesar de declararem acreditar que a maternidade é um fundante do feminino, não se comportam e/ou não fizeram escolhas norteadas pela maternidade. Declararam que, para ter filhos, é necessário ter condições financeiras e um companheiro que também queira ter filhos. Declararam também que a busca pela realização profissional trouxe relações mais igualitárias para as instâncias profissionais e pessoais. Concluindo, as autoras afirmam que essas mulheres vivem um momento histórico complexo e contraditório por estarem divididas entre o desejo de se afirmar como protagonistas que constroem história junto com os homens, não só profissional como econômica, política e socialmente, e entre o desejo da maternidade e seu exercício pleno em relação ao acompanhamento do desenvolvimento dos filhos.

Beltrame (2012) trouxe considerações sobre a experiência da maternidade, em relação à separação do primeiro filho no período de adaptação da criança na escola de educação infantil, devido ao fim do período de licença-maternidade e o retorno ao trabalho. A pesquisa mostrou o valor que as participantes atribuem ao trabalho; o conflito das mães que sabem das suas responsabilidades para com os bebês, mas se sentem mais adaptadas no ambiente profissional; a visão da escola como um ambiente que possibilita a socialização do bebê e as estratégias para conciliar os papéis de mãe e de profissional.

Vasconcelos (2021), em sua dissertação intitulada *Existência e permanência: um estudo das mulheres na educação profissional e tecnológica*, em que relata seu estudo realizado com docentes da educação profissional e tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Maria, nos mostrou que a discussão de gênero é marcada pelo lugar de fala dos sujeitos, construída por agentes e instituições dentro de uma sociedade constituída sobre as raízes opressoras representadas pelo patriarcado-racismo-capitalismo.

Scholmeier (2020), para a elaboração de sua dissertação *Mulheres na educação profissional: movimentos dos cursos subsequentes do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria*, realizou uma pesquisa em que entrevistou alunas e egressas do curso técnico subsequente e que tinham filhos. Como resultado, descobriu que, para facilitar a permanência

e a formação das estudantes que são mães, seria mais viável que o curso técnico subsequente ocorresse à noite, para que elas pudessem ter mais oportunidade de obterem uma rede de apoio.

Prates e Gonçalves (2019), por sua vez, realizaram um estudo com estudantes que se tornaram mães durante a graduação em Pedagogia. As autoras afirmam que, apesar de as mulheres conquistarem espaço no mundo acadêmico, quando ocorre a gravidez, elas se deparam com dificuldades, ficando sobrecarregadas, pois, durante os três meses de licença maternidade, os professores enviam atividades domiciliares. Além disso, as alunas consideram pouco o tempo de afastamento. As autoras ainda ressaltam que, apesar dos desafios vivenciados pelas 34 mães acadêmicas participantes da pesquisa, 91,16% delas deram continuidade ou conseguiram concluir o curso.

Salgado (2019) realizou uma pesquisa sobre mães, estudantes e profissionais. O estudo mostrou que, apesar do fato de o conceito qualidade de vida ser externamente subjetivo e internamente particular, o índice de boa qualidade de vida de nenhuma das entrevistadas encontra-se acima de 67,4%.

Já Gripp (2016) colocou em pauta o exercício da *maternagem* como ação carregada de valores sociais e buscou entender quais são os padrões sociais atribuídos às mulheres mães no âmbito familiar, político e econômico, salientando a necessidade de Programas e Auxílios que contemplem as demandas das mulheres mães e universitárias, e principalmente de conscientizá-las sobre seus direitos. O texto ilustra a importância dos movimentos sociais, com aprofundamento no movimento estudantil.

Em consonância com as autoras supracitadas, Mota-Santos e Carvalho-Neto (2021) afirmam que a relação da mulher com o trabalho e o lar ainda é marcada por questões culturais relacionadas ao gênero e reforçadas por elas mesmas, que se sentem mais responsáveis pelos cuidados com os filhos e pelas tarefas domésticas do que os companheiros, a ponto de relativizarem e até enaltecerem qualquer participação deles nessas atividades.

Mesmo com as constantes tentativas de invisibilização, as mulheres estão cada dia mais distantes da subjugação que outrora lhe foi imposta e decididas a investir em sua carreira profissional, conferindo a ela uma importância nunca oferecida.

Dorneles e Maraschin (2022), em seu estudo *Quem são as mulheres dos cursos técnicos subsequentes do CTISM*, constataram que a maioria das mulheres tem entre 18 e 30 anos, são solteiras, sem filhos e possuem uma renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos. Além disso, notaram a necessidade de políticas e propostas para que essas mulheres não sejam invisibilizadas nos espaços profissionais e sociais que ocupam.

Por sua vez, Monteiro e Andrade (2018) estudaram sobre professores(as) enfermeiros(as) do ensino técnico de Enfermagem, na dimensão das relações de gênero. Na pesquisa, com referencial teórico e metodológico relativo à divisão sexual do trabalho e à história oral, as autoras entrevistaram quatro professoras e dois professores. O estudo revelou diferenças na forma como os homens e as mulheres iniciaram suas carreiras e no desenvolvimento de suas trajetórias profissionais, no que diz respeito à interferência de aspectos familiares, como casamento e filhos. Constataram, no entanto, similitudes no trabalho dos profissionais de ambos os gêneros quanto ao ato educativo: homens e mulheres se preocupam com a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem, e fazem da educação um espaço de cuidado do outro.

Nesse levantamento de pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTC) e nos periódicos da Capes, encontramos trabalhos valiosos, cujos objetos de pesquisa se entrecruzam. Dentre eles, destacam-se dois trabalhos científicos em que os autores também se incomodaram com a situação das mulheres na educação profissional de nível médio. Porém, não foram encontrados na literatura estudos suficientes sobre como estudantes do curso técnico em Enfermagem, que são mães e trabalhadoras remuneradas, vivenciam seu processo formativo. É para o preenchimento dessa lacuna que esta pesquisa visa aportar contribuições.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, com o objetivo de proporcionar conhecimentos referentes sobre onde tudo começou, no que se refere às diversas jornadas e aos múltiplos papéis sociais vivenciados pelas mulheres, abordamos conceitos e teorias sobre a divisão sexual do trabalho, o trabalho e o cuidado.

6.1 Divisão sexual do trabalho

O conceito “divisão sexual do trabalho” aplica-se na França em duas situações distintas. De um lado, estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (Hirata; Kergoat, 2007).

Neste subcapítulo, estudamos as duas situações, com ênfase na divisão sexual do trabalho e no trabalho de cuidados. Ademais, tratamos de questões que concernem ao patriarcado, primeira e segunda onda dos feminismos, a feminização e a feminilização da enfermagem, as diversas jornadas e os múltiplos papéis sociais que permeiam a vida das mulheres que são mães e trabalhadoras, e o trabalho emocional que se agrega aos demais aspectos.

6.2 Onde tudo começou? Duas espécies naturalmente distintas?

O Verbo, a Palavra, um símbolo abstrato, uma entidade arbitrária, pode dar vida a qualquer realidade, por mais imaginária e inexistente que seja. E a palavra pode até distorcer o sentido das realidades físicas mais óbvias, tais como o fato de a mãe dar à luz a criança e amamentá-la, e inaugurar a dominação do macho, através da fabricação de papéis (Muraro, 1992, p.61).

Nessa conjuntura, Muraro está em consonância com Beauvoir (1949, p. 9), quando esta declarou: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para Beauvoir, o gênero é uma construção criada por padrões sociais e culturais e não por um destino biológico. O que reiteram Guillaumin *et al.* (2014, p. 27) quando argumentam que o patriarcado se enraizou tanto na natureza que *difere* homens e mulheres, colocando a mulher como biologicamente inferior, tornando turva a visão da sociedade, fazendo com que fossem criadas práticas sociais

a partir dessa dissociação, justificando e perpetuando a dominação feminina. Concordando ainda com Beauvoir, Guillaumin *et al.* (2014) elucidam que:

Quando nasce um bebê macho, ele nasce como futuro sujeito, que terá de vender sua força de trabalho, mas não sua própria materialidade, sua própria individualidade. E, mais ainda, proprietário de si mesmo, ele poderá igualmente adquirir a individualidade material de uma fêmea. E, ademais, irá dispor igualmente da força de trabalho da mesma, que ele usará da maneira que lhe convenha, inclusive demonstrando que não a utiliza (Guillaumin *et al.*, 2014, p. 28).

Muraro (1992, p. 61) correlaciona a dominação natural dos machos com o patriarcado, que se naturalizou como forma biológica, no convívio entre homens e mulheres.

Os machos não são dominadores por natureza, como mostramos exaustivamente através do que vimos escrevendo neste trabalho, da mesma maneira biológica que as fêmeas dão à luz. E é a Palavra, o patriarcado que quer fazer da dominação masculina um fato “natural” e biológico. E o patriarcado é de tal modo hoje uma realidade bem-sucedida que muitos não conseguem pensar na organização da vida humana de maneira diferente da patriarcal, em que o macho domina de direito e de fato (Muraro, 1992, p. 61).

Em concordância, Guillaumin *et al.* (2014) nos expõem tipos de violência e apropriação vivenciados pelas mulheres: “Com efeito, o roubo, a espoliação, o desvio, são ocultados, e, para apropriar-se de homens machos, é preciso uma guerra. Não é o caso dos homens fêmeas, quer dizer, das mulheres... Elas já são propriedade” (Guillaumin *et al.*, 2014, p. 28).

Muraro (1992) afirma que, com a divisão sexual do trabalho, reforçada pelo patriarcado, a maior parte dos trabalhos passa a ser feita pelas mulheres, o que vai ao encontro do que defende Hirata (2018) quando destaca a divisão sexual do trabalho doméstico como gerador de desigualdades significativas, maiores ainda do que se diz respeito à divisão sexual do trabalho profissional.

Para Guillaumin *et al.* (2014), até os hábitos verbais exprimem a força de dominação. Segundo as autoras, a apropriação da mulher é explícita, por meio do reporte pelos homens às mulheres pelo sexo e, como exemplo, citam o jornalista Castro Batista: “eles assassinaram dezenas de estudantes, de mulheres” (Guillaumin *et al.*, 2014).

De acordo com Guillaumin *et al.* (2014, p. 8), essas expressões em termos de informações exatas são expressão da sociedade aos seres humanos “fêmeas, traduz a sua condição efetiva nas classes sociais, aquelas que de ser, em primeiro lugar, é fundamentalmente mulheres”. As autoras completam, dizendo que “somos mulheres, e este não é um predicado entre outros, é nossa definição social. Loucas as que acreditam que não é

senão uma característica física, uma “diferença” e que, a partir desse “dado”, múltiplas possibilidades nos seriam abertas” Guillaumin *et al.* (2014, p. 8).

Muraro (1992, p. 62-63) versa sobre a defesa da propriedade dos excedentes, da terra, que mais tarde, com a expansão da agricultura, viria a se tornar propriedade de alguns poucos em detrimento da comunidade. Nessa época, o sexo feminino é também dominado e a mulher fica reduzida ao âmbito do privado e a fornecer o maior número possível de filhos para arar a terra e defender a terra e o Estado. Segundo a autora, a competição, pelas mulheres, pelos excedentes e pela propriedade foi pouco a pouco dando origem à supremacia masculina e a uma cultura competitiva.

Guillaumin *et al.* (2014) destacam ainda que a apropriação feminina e as palavras de inferiorização destinadas às mulheres “estão presentes na sabedoria popular à grosseria de bar, da teoria antropológica sofisticada aos sistemas jurídicos, não param de nos sugerir que somos apropriadas” Guillaumin *et al.* (2014, p. 30).

As autoras refletem ainda:

Raiva de nossa parte no melhor dos casos, atonia na maioria das circunstâncias. Porém, seria sem dúvida um erro político rejeitar, sem o examinar, um propósito tão constante que, vindo da classe antagonista, deveria, ao contrário, suscitar em nós o mais vivo interesse e a mais atenta análise. Afinal, para dar-se conta dele, basta escutar, sem se esquivar, o discurso banal e cotidiano que desvenda a natureza específica da opressão das mulheres: a apropriação (Guillaumin *et al.*, 2014, p. 30).

Beauvoir (1960), em *O Segundo Sexo: fatos e mitos*, explica que o patriarcado é um sistema social opressor, subordinativo das mulheres aos homens. Para a autora, o patriarcado, como a raiz da opressão feminina, utiliza-se de raízes biológicas culturais e sociais para manter a desigualdade de gênero. Para ela, o patriarcado define a mulher como *o outro*, com uma conotação de inferioridade em relação ao homem, que é considerado o sujeito universal, para quem a mulher foi criada, a quem está destinada a servir em todos os aspectos.

Em convergência com Beauvoir, Guillaumin *et al.* (2014) explicitam ainda que, em uma sociedade separada por castas, a situação feminina ainda era pior, como se não bastasse a mulher ser biologicamente inferiorizada. Segundo a cultura da época, as mulheres ainda serviam de objeto de troca entre homens, conforme apontado por Muraro (1992):

A classe dominante defendia a propriedade dos excedentes, da terra, que mais tarde, com a expansão da agricultura, viria se tornar propriedade de alguns poucos em detrimento da comunidade. Nesta época, o sexo feminino é também dominado e a mulher fica reduzida ao âmbito do privado, a fim de fornecer o maior número possível de filhos para arar a terra e defender a terra e o Estado. A competição, pois, pelas mulheres, pelos excedentes e pela propriedade foi pouco a pouco dando

origem à supremacia masculina e a uma cultura competitiva. Até o aparecimento das recentes pesquisas, prevaleciam as teorias do parentesco de Lévi-Strauss, que achava “natural” que as mulheres fossem trocadas entre homens para fazer e consolidar alianças desde o começo da espécie. Mas, como vimos, isto não acontece nas culturas mais primitivas matrilineares, e o conhecimento disto é fato bastante recente (Muraro, 1992, p. 62).

Em concordância, Guillaumin *et al.* (2014, p. 31) aprofundam-se sobre a existência de um fato material e um fato ideológico. O primeiro é “uma relação de poder”, o ato de força permanente que é a apropriação da classe das mulheres pelos homens. O outro é um efeito ideológico: a ideia de “natureza”, que supostamente explica o que seriam as mulheres.

Na primeira parte, *A apropriação das mulheres*, veremos a apropriação concreta, a redução das mulheres ao estado de objeto material. Na segunda parte, *O discurso da natureza*, veremos a forma ideológica assumida por essa relação, isto é, a afirmação de que as mulheres são “mais naturais” que os homens (Guillaumin *et al.*, 2014, p. 31).

Falando-se em natureza, essa contribuiu para o surgimento e o poder do patriarcado. Muraro (1992) explica detalhadamente essa origem, que foi gradual e lenta. As sociedades possuíam laços fracos de dominação, que se criaram mediante laços fortes entre mães e filhos, principalmente filhas, sendo os machos elementos periféricos e instáveis nos grupos (os mais fracos). A maior parte dos trabalhos era feita pelas mulheres (como é até hoje, tanto nas sociedades simples quanto nas complexas). Elas se responsabilizavam por seus filhos e, por extensão, pelo grupo inteiro. As mulheres proviam o alimento e os homens faziam as tarefas mais pesadas, como a caça, a pesca e a limpeza das terras aráveis. Não obstante, eles eram mais ociosos que as mulheres, o que os fez desenvolver suas armas e inventar cultos específicos para o sexo masculino, dos quais excluía as mulheres.

De repente, de acordo com Muraro (1992), um grau de transcendência pairou sobre os homens: isso se deu pela descoberta do papel masculino na procriação.

Neste instante, o macho pôde assumir o controle da sexualidade das mulheres e, portanto, o poder sobre elas, juntamente com a natureza. Do conceito abstrato de controle vem o conceito da superioridade/transcendência do homem sobre a natureza e a mulher. Nascem então mitos e crenças sobre um deus todo-poderoso e transcendente, e não mais imanente, como nas sociedades matrilineares (Muraro, 1992, p. 64).

Com o passar do tempo, de acordo com essa autora (1992), após a queda da monarquia francesa, as novas cidadãs foram requerer seus direitos na assembleia do povo, que tinha acabado de redigir a declaração dos direitos dos homens e que foi interpelada por mulheres, as

quais exigiram que fosse redigida a declaração dos direitos das mulheres. Sendo-lhes negada a declaração, elas mesmas a providenciaram. Mas, quando a autora Olympe de Gouges foi apresentá-la na assembleia, os deputados do povo responderam que a revolução francesa era uma revolução de homens e, então, Olympe de Gouges foi decapitada.

Nesta subseção, objetivamos mostrar, por meio da literatura referenciada, como originou-se o patriarcado, que se consolida até os dias atuais em algumas culturas, países e até mesmo núcleos familiares. Outra informação importante a ser considerada é que, com a junção desse grupo de mulheres que reivindicaram seus direitos, surgiu a faísca dos feminismos, que, de acordo com Pinto (2010), se caracterizam por um movimento de mulheres que produzem suas teorias e críticas.

6.3 Feminismos e suas ondas

Nesta seção, tratamos da primeira e da segunda ondas dos feminismos, pois com elas se relaciona o objeto desta pesquisa.

Feminismos: optamos pela utilização do conceito feminismos (no plural) pelo mesmo motivo que utilizamos o conceito *mulheres* ao invés de *mulher*: cada vertente reivindica e luta por uma causa diferente. Como nos diz Pinto (2010), o movimento feminista produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria que se origina das razões do grupo social, que reivindica algo. Para a autora, o movimento feminista, no século XX, produziu inúmeras teorias baseadas nas necessidades de cada grupo de mulheres.

Mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral (Pinto, 2010).

6.3.1 Primeira onda dos feminismos

Pinto (2010) nos remete à primeira onda dos feminismos, que surgiu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo o de votar o primeiro a se popularizar. As *sufragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias

vezes e fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, uma delas se jogou na frente de um dos cavalos da competição e veio a falecer.

Os feminismos da chamada “primeira onda” procuraram introduzir a mulher no meio político e decisório das sociedades às quais pertenciam, conforme nos mostra a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de Gouges, em 1791. Eram um movimento estritamente de mulheres brancas pertencentes à classe média e relacionadas com a intelectualidade; tal movimento foi mais comum em países economicamente mais desenvolvidos (Narvaz; Koller, 2006, p. 648).

De acordo com Muraro (1992), na França, elas também lutavam por direitos igualitários aos dos homens: pelo poder sobre si mesmas, pela mesma igualdade, fraternidade e liberdade a que os homens tinham direito. Um exemplo de luta por esse tipo de causa foi a declaração escrita por Olympe de Gouges, como citado anteriormente, que foi transcrita por Rocha *et al.* (2020), conforme consta do Anexo 1.

Em seu livro *O Segundo Sexo*, Beauvoir estabeleceu o seguinte preceito: “Não se nasce mulher, se torna mulher”. Segundo a autora, esse livro marcará as mulheres e será fundamental para a formação da segunda onda feminista (Pinto, 2010).

De acordo com Fraser (2010), essa segunda onda ocorreu também pela desestabilização econômica mundial. Naquele tempo, o salário do homem era expressivamente maior que o da mulher, já que o dela era considerado um mero complemento ou receita extra (Fraser, 2016).

6.3.2 Segunda onda dos feminismos, o Feminismo Materialista Francês

De acordo com Siqueira e Bussinguer (2020), o feminismo surge com objetivos de liberdade e de igualdade relacionadas aos indivíduos no século XIX, especialmente em decorrência dos ideais da Revolução Francesa, que passaram a garantir aos homens uma série de direitos em detrimento das mulheres. Segundo essas autoras, o papel das mulheres as restringia a uma esfera privada, com mitigação de direitos e preconceitos.

Esse fato corrobora o dizer de Beauvoir (1970), de que a consciência que a mulher adquire sobre ser mulher é um fato histórico e coletivo que reflete a forma como a sociedade é estruturada e não apenas uma questão sexual.

Nesse cenário, de acordo com a análise de Engels (1981, *apud* Siqueira; Bussinguer, 2020), a opressão sofrida pelas mulheres é um fenômeno anterior ao surgimento das classes

trabalhadoras. Engels argumenta que o primeiro antagonismo de classe registrado na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre os gêneros masculino e feminino.

A partir do posicionamento de Engels, as autoras evidenciaram o fato de a mulher ser a primeira classe oprimida, enquanto a classe trabalhadora inicia um processo de luta por direitos sociais dos homens e passa a vê-los garantidos pelo Estado. Porém a situação feminina não sofre maiores alterações, já que as trabalhadoras do sexo feminino continuam a sofrer discriminação por sua condição de inferioridade, levando-se em consideração que, na época, o objetivo principal era a valorização do salário do trabalhador homem, que era visto como o provedor, enquanto quaisquer ganhos da mulher seriam considerados como complemento ou valores extras que não iriam compor diretamente o sustento da família.

Segundo Kergoat (1978), na sociedade da época, dizia-se operários, trabalhadores, sem sequer mencionar de que sexo são. Segundo a autora, quando faziam menção a alguma mulher, essa menção era rapidamente justificada. Para esses, as mulheres ainda eram diferentes, difíceis de compreender. A autora fala ainda sobre o baixo número de mulheres sindicalizadas na França naquela época, o que nos remete à defasagem de direitos à qual eram submetidas.

Há alguns anos, entretanto, o movimento operário passou por uma certa evolução. Foi atingido em cheio pela evolução dos comportamentos femininos em relação ao emprego e às reivindicações e fortemente interpelado pelo (re)nascimento do movimento feminista (Kergoat, 1978, p. 23).

De acordo com Cisne (2018), o feminismo marxista francês defende que a opressão das mulheres está intimamente ligada ao capitalismo. Segundo a autora, para Marx, o sistema capitalista se beneficiava do trabalho não remunerado das mulheres, principalmente o trabalho doméstico e de cuidado, que garante a reprodução da força de trabalho, ignorando a opressão que essas mulheres vivenciavam em casa devido ao patriarcado. Não obstante, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), a conceitualização marxista foi criticada pela primeira, vez do ponto de vista do gênero, nos anos 70.

Hirata e Kergoat (2007) referenciam Christine Delphy (1977), que expôs como o pertencimento de classe para a mulher foi construído com base em um referencial masculino (marido, pai), se tinham bom emprego ou não, sem que fossem levadas em consideração as atividades da própria mulher. Segundo essas autoras (2007), as classes sociais sempre foram tratadas como se o gênero não implicasse nenhuma heterogeneidade.

Ainda de acordo com essas pesquisadoras, no livro *O Capital*, de Marx, as mulheres não existem como sexo social. Quando o tema era abordado, a cultura cedia logo lugar à natureza e, assim, o marxismo não era suficiente para mostrar nitidamente a opressão feminina.

Nessa perspectiva, Abreu (2016) argumenta que se pode dizer que o materialismo representa, em um primeiro momento, um recurso para a construção de uma análise não naturalista da opressão, uma via que possibilitava afirmar que não é a biologia, nem as funções reprodutivas, que constitui a base da opressão das mulheres. O fundamento da opressão deveria ser buscado no trabalho doméstico que alimentaria um antagonismo que não poderia ser reduzido ao antagonismo capital-trabalho, mas homem-mulher.

Apesar do que faltou mostrar sobre a opressão feminina e a falta de menção do patriarcado por Marx, segundo Hirata e Kergoat (2007), o marxismo contribuiu para a maneira de conceitualizar uma série de noções, a começar pela de classes sociais, apesar de ter sido preciso primeiro tornar visível a construção histórica cultural do sexo social (ou gênero) contra o naturalismo e o fatalismo que impregnam a representação da mulher como inferior, subordinada por razões de ordem biológica.

As autoras Hirata e Kergoat (2007) destacam ainda que as relações sociais não se limitam a um único contexto, mas organizam a totalidade das práticas sociais, seja em casa ou no local de trabalho. Por isso, as relações de classe e de sexo devem ser analisadas em conjunto, pois uma exerce influência sobre a outra.

Para Ávila e Ferreira (2020), com base nas pesquisas realizadas por Hirata e Kergoat (2007), quando a mulher sai de casa e vai para o trabalho, aquele sujeito que era *eu* torna-se nós, pela luta dos direitos pela igualdade e pela emancipação, fatos esses que contribuíram para a construção e a manutenção dos feminismos.

Na década de 1970, o conceito “divisão sexual do trabalho” surge na França a partir de Danièle Kergoat. Esse conceito aplica-se nesse país em duas situações distintas: de um lado, estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição. De outro lado, analisa-se como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (Hirata; Kergoat, 2007).

Hirata (2010) relaciona a precarização das condições de vida a que as mulheres estão subordinadas à precarização familiar. A autora defende que a divisão sexual do trabalho profissional não pode ser alterada sem que haja mudanças na divisão do trabalho doméstico, na divisão sexual do poder e do saber na sociedade.

Há a necessidade de se pensar em uma “nova equação entre Estado, Mercado e família” para que mudanças ocorram na divisão sexual do trabalho atual, que constitui uma divisão desigual que discrimina a mulher e não configura a esperada igualdade de gênero.

A desproporção do tempo e do esforço dedicados à família, sendo desfavorável às mulheres, implica na disposição de tempo, recursos e dedicação para sua educação, sua profissionalização e seu trabalho. Por isso, mesmo na atualidade e com as mulheres ocupando vários espaços que antes lhes eram restritos, a desigualdade ainda persiste em relação às possibilidades de efetiva ascensão do grupo como um todo, principalmente quando se compreende que, dentro dessa coletividade, ainda há agravantes sob sua condição, como a raça e a classe (Biroli, 2018). Nesse sentido; Probst (2016, p. 4) afirma: “As mulheres dedicam-se tanto ao trabalho quanto o homem e, quando voltam para casa, dedicam-se com a mesma intensidade ao trabalho doméstico. Embora alguns homens ajudem em casa, não chegam nem perto da energia que a mulher tende a dar”. Assim, concluímos que, apesar de a mulher vivenciar múltiplos papéis, como estudantes, trabalhadoras e mães, na esfera privada, continua existindo a divisão sexual do trabalho, na qual este é de sua responsabilidade.

6.4 O trabalho de cuidado

Para Hirata (2016), o trabalho de cuidado é um exemplar de desigualdades. Por ser um conjunto de práticas que vai ao encontro das necessidades do outro, o trabalho de cuidar de crianças pequenas, idosos e deficientes foi exercido durante muito tempo por mulheres, na esfera familiar e privada, gratuitamente e por amor. Com a mercantilização e o desenvolvimento desse ofício, com o desenvolvimento de profissões ligadas ao cuidado e com o aumento da população idosa, o que era informal, restrito, gratuito e invisível na esfera privada se torna visível, considerado como trabalho, remunerado, com progressão e carreira, podendo até mesmo ser realizado por homens.

Ainda de acordo com essa pesquisadora (2016), no caso brasileiro, são as redes sociais (redes familiares, redes de vizinhança, redes sociais mais amplas) que são centrais na provisão do cuidado. Para a autora, a família é ainda o lugar predominante do cuidado, que é da responsabilidade de seus membros, sobretudo das mulheres, mas também das empregadas domésticas e das diaristas que são recrutadas para as tarefas domésticas e levadas a cuidar das pessoas idosas e das crianças da família.

Ao terminar sua pesquisa sobre o trabalho de cuidado, uma das conclusões de Hirata (2016) foi sobre a existência de uma hierarquização das profissões em detrimento da

interdisciplinaridade. Para ela, essa hierarquização coloca a razão e a cognição como aspectos superiores às emoções e aos afetos, desafiando um dos paradigmas da sociologia geral, que hierarquiza e interioriza a emoção e os sentimentos em relação à razão e à cognição.

Em consonância com Hirata (2016), Lopes (1988) evoca a necessidade de análise que considere a posição que a enfermeira ocupa em relação ao médico no processo de divisão do trabalho. Da mesma maneira, o técnico comparado ao politécnico (médico e enfermeira).

Lopes (1988) ainda argumenta que a realidade da enfermagem mostra um trabalho de exploração, gerador de tensões, com carga excessiva de trabalho, mal remunerado e com pouquíssimo poder de barganha frente à classe dominante (os médicos). Um exemplo disso está nos apelos que visam restringir a própria liberdade de contestação dessas condições de trabalho na área de saúde.

Para a autora, romper com a ordem patriarcal, tomando consciência da opressão, requer que a mulher que trabalha com cuidados de outrem profissionalmente (enfermeiros, atendentes, técnicos e outros) se identifique como objeto dessa opressão e compreenda todas as nuances e todos os apelos ideológicos de que se reveste. Repensar o discurso, às vezes "progressista", enquanto mulheres, e suas práticas cotidianas conservadoras é uma conduta necessária.

Em uma segunda ponderação, Hirata (2016) questionou a centralidade do trabalho nas mãos femininas, tendo em vista de que tanto em casa quanto em instituições as mulheres carregam a responsabilidade do trabalho de cuidar do outro, seja de forma remunerada ou não.

Numa terceira reflexão, Hirata (2016) diz sobre as desigualdades raciais e de classe que, juntamente com as desigualdades de gênero, acabam por desenhar a figura da cuidadora de pessoas idosas, sendo que isso ocorre em qualquer que seja o país onde ela tenha estudado: no Brasil, na França ou no Japão.

No que toca a essas desigualdades, a autora nos convida a refletir sobre as relações de raça, classe e gênero, considerando que são relações de poder consubstanciais: a interdependência das relações de raça, de gênero e de classe enquanto relações de poder e a não hierarquização dessas três dimensões são características essenciais do paradigma interseccional, sendo assim, a interseccionalidade pode ser considerada um instrumento de conhecimento e ao mesmo tempo um instrumento de ação política. Para a autora, o reconhecimento dos limites de um enfoque a partir do gênero, que não leva em conta nem o pertencimento a uma classe social ou raça, é um ponto de partida crítico de uma perspectiva que não considera a opressão imbricada das diferentes relações sociais.

Com relação ao conceito consubstancialidade, elaborado por Danièle Kergoat na década de 1970, a autora explica que

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 94).

Para a autora, que defende a existência de três tipos de relações sociais: a de classe, a de gênero e a de raça, que, para ela, são fundamentais devido à exploração, os homens exploram as mulheres por meio do trabalho doméstico, do trabalho em tempo parcial, do estupro etc., explorações estas que, segundo a autora, são realizadas por coisas materiais e por violência. De fato, existe uma relação de poder e de opressão (Kergoat, 2006).

Ainda sobre o conceito *consubstancialidade*, Danièle Kergoat, em uma entrevista concedida à Grecco (2023) no ano de 2017, afirmou que é um conceito religioso, mas que ela não podia pensar em algo melhor que a ideia de Pai, Filho e Espírito Santo para falar de classe, raça e gênero. Nessa entrevista, quando questionada sobre a interseccionalidade, afirmou que é um conceito que diz tudo e não diz nada, é uma palavra da moda, no que se refere a múltiplas dominações, sendo isso impossível na sua totalidade.

Voltando ao trabalho de cuidar e à desvalorização sobre a qual nos relata Hirata (2016), Lopes (1988) analisa a subordinação da mulher em uma perspectiva patriarcal, no sentido de se captar a Enfermagem como uma profissão feminina. De acordo com a autora, a exploração capitalista do trabalho da mulher também está posta no sentido de entender a realidade da categoria profissional de Enfermagem.

A partir dos estudos das autoras mencionadas, cujos relatos são constituídos na desvalorização e no grande volume da presença feminina na profissão de cuidar, seguiremos abordando a feminização e a feminilização da Enfermagem.

6.5 A divisão sexual do trabalho doméstico e seus impactos na vida profissional e estudantil das mulheres que são mães

Ao abordarem sobre as jornadas de discentes mães, Silva e Mendes (2024) apontam que um dos desafios centrais da maternidade está em conciliar os múltiplos papéis exigidos das mães, em especial àquelas que se esforçam nos estudos em busca de formação profissional.

Almeida (2007), por sua vez, versa sobre essa multiplicidade da mãe trabalhadora, afirmando que o trabalho feminino sempre esteve presente nas famílias brasileiras. Porém, a partir dos anos de 1960, tem ocorrido uma grande valorização do trabalho feminino por parte das mulheres da classe média. Assim, essas mães se veem diante de um processo já conhecido pelas mães trabalhadoras das camadas populares: a necessidade da incorporação do papel de trabalhadora.

De acordo com a autora, a família não somente reflete a sociedade em si, mas atua na formação da sociedade. Dentro da família, as pessoas se constituem como sujeitos, membros da sociedade.

Na sociedade atual, ainda é atribuído à mulher o papel principal na criação e no cuidado com os filhos. Diante dessa tarefa de cuidado, as mulheres que são mães e trabalhadoras da classe média recorrem às redes de apoio: avós, tias, babás, creches e escolas. Algumas, eventualmente, podem contar com o auxílio do marido. Devido à divisão sexual do trabalho em nossa sociedade, sobretudo do trabalho doméstico, é limitada a ajuda de seu parceiro nas atividades familiares e domésticas (Ridenti, 1998; Rocha-Coutinho, 2003; Almeida, 2007).

Nas camadas médias, o trabalho feminino é um projeto individual, elaborado no interior de uma história familiar (Velho, 1987; Almeida, 2007). É uma atividade voltada para a satisfação pessoal, que, de acordo com Almeida (2007), além de proporcionar *status*, leva ao crescimento pessoal, faz parte do processo de constituição da identidade. No entanto, mesmo as mulheres tendo conquistado o direito ao trabalho e à escolarização, continuam a lhes ser atribuídos antigos valores e funções, tais como submissão, abnegação, tarefas domésticas, cuidados infantis, entre outros (Biasoli-Alves, 2000; Almeida, 2007).

Assim, de acordo com Almeida (2007), apesar de o papel de mãe se antagonizar ao papel de trabalhadora remunerada, muitas mulheres não conseguem desvinculá-los de sua identidade.

Urpia e Sampaio (2009) classificam a mulher como um grupo social com especificidades que a colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino. Dentre essas especificidades, destaca-se a maternidade que, nos termos de Biroli (2018), é marcada por sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia.

Isso se dá, de acordo com Almeida (2007), pelo fato de as mulheres continuarem tentando abarcar tarefas atribuídas ao sexo feminino e ao trabalho remunerado. Nas famílias de baixa renda, o trabalho feminino assume muito mais o sentido de um benefício para a família do que uma afirmação de individualidade (Sarti, 2003; Almeida, 2007).

Urpia e Sampaio (2009) destacam também as relações de gênero, o próprio papel de esposa e o exercício da maternidade como indicadores de que a sociedade ainda enxerga a mulher como principal responsável pelo cuidado com os filhos e com os trabalhos domésticos, muitas vezes sem nenhuma colaboração paterna no dia a dia, aumentando ainda mais a sobrecarga física e emocional.

Estudos evidenciam o quanto as mães estudantes passam por dificuldades e não conseguem estudar por estarem cansadas, o quanto elas atrasam ou desistem de seus cursos por não conseguirem conciliar uma jornada quádrupla de trabalho constituída pela maternidade, afazeres domésticos, estudo e trabalho remunerado fora de casa (Bitencourt, 2017; Amorim, 2012; Urpia; Sampaio, 2011).

Silva e Mendes (2024), citando Vieira *et al.* (2019), afirmam que muitas estudantes que são mães abandonam seus estudos devido à falta de motivação, à impotência, à cobrança, ao estresse, ao medo e à culpa em deixar os filhos sob os cuidados de outras pessoas, fatos esses que as impedem de concluir seu curso e obterem crescimento profissional.

Urpia e Sampaio (2009), Pontes *et al.* (2022), Menezes *et al.* (2012) e Gonçalves e Ternovoe (2017) indicam alguns aspectos que comprometem o bom desempenho acadêmico das mães estudantes, aumentando a sobrecarga física e mental, a saber: relações de gênero, divisão sexual do trabalho doméstico, o exercício da maternidade. “Enquanto cuidado continuar a ser uma atribuição primordial e quase exclusiva das mulheres, dificilmente a sua maior escolaridade poderá se traduzir em posições de destaque e de equidade de gênero” (Ricoldi; Artes, 2016, p. 159).

Nesse cenário e no que diz respeito ao trabalho, Almeida (2007) afirma que, em todas as camadas sociais, essa ideia está inerente na maioria das famílias. Segundo a autora, denominar o trabalho de atividade extrafamiliar pode ser considerado impreciso.

Segundo Vieira (2018), fica evidente que a autocobrança por parte das mães estudantes é, sem dúvida, um dos principais desafios dessas mulheres, visto que, além dos papéis de mãe e de estudante, ainda têm que administrar a culpa gerada pela ideia de *deixar* os filhos para estudar. Tal situação leva as mulheres não somente à dúvida de seu potencial como mãe, mas também em relação à busca da realização profissional, em que não conseguem dar total atenção às suas tarefas universitárias e, conseqüentemente, ficam desmotivadas e com dúvida quanto ao curso de graduação escolhido.

Em se tratando desse cenário educacional, nos últimos anos, a oferta de educação profissional e tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras. Todavia,

apesar desse crescente aumento nas matrículas de estudantes do sexo feminino na educação profissional, é possível afirmar que algumas dessas estudantes vivenciam dificuldades durante seu processo formativo, que podem levá-las inclusive à evasão do curso. A partir disso, ressaltamos o pensamento de Santos (2011), quando afirma que vale mais designar a área do acesso como a área do acesso/permanência ou área do acesso/permanência/sucesso, uma vez que o mais importante que garantir o acesso seja garantir o acesso à permanência e o sucesso para estudantes oriundos de classes ou grupos discriminados.

Para Gonçalves e Ternovoe (2017), é importante destacar também a falta de flexibilidade por parte das instituições de ensino, com horários rígidos e regimentos, o que constitui outro fator dificultador no processo formativo de mães estudantes. As autoras defendem ainda que, embora a instituição de ensino procure tratar todos os alunos de maneira igualitária, para evitar injustiças, no que se refere ao gênero e à vida pessoal das mães estudantes, é preciso considerar que elas já se encontram em situação desigual porque não tiveram oportunidade de se profissionalizarem quando ainda não tinham filhos e nem tantas responsabilidades domésticas e profissionais. Esse pensamento vai ao encontro da definição de *equidade* dada pelo dicionário *online* Michaelis (2020), ou seja, como "consideração em relação ao direito de cada um independentemente da lei positiva, levando em conta o que se considera justo" (Equidade, 2020).

Segundo Sígolo *et al.* (2022), os movimentos de mulheres e feministas pelo mundo tiveram uma importante atuação na luta e na conquista pelos direitos humanos das mulheres brasileiras. Mas, no que se refere ao direito à educação, a questão do acesso e da escolarização foi vista como resolvida devido ao fato de os indicadores educacionais apresentarem as mulheres como donas de trajetórias escolares mais homogêneas e mais duradouras do que os homens. No entanto, as mesmas autoras, parafraseando Sandra Unbehaum (2014), nos dizem que, considerando a expansão do campo de estudos em gênero e educação no país e os investimentos em políticas educacionais nas duas últimas décadas, pouco se avançou na consolidação da temática nos currículos de formação inicial de professores, bem como na constituição de práticas curriculares.

Sígolo *et al.* (2021) refletem ainda sobre a complexidade própria do estudo do conceito de gênero, que, em sua multifacetada configuração, implica abordar e problematizar a diversidade sexual, os comportamentos e vivências sexuais e as constituições identitárias de gênero. Ao mesmo tempo, abordar esse conceito implica a sua desconstrução, enfrentar as discriminações de gênero, identificar os processos de

generificação das relações sociais, econômicas e políticas, com impacto no mercado de trabalho, nas relações familiares, na ocupação de espaços de participação política, entre outras dimensões das relações humanas, nas quais a ordem patriarcal heteronormativa historicamente atua. As autoras enfatizam que a rejeição de qualquer discussão que utilize o conceito de gênero está também relacionada ao que se pode definir como uma fragilidade da temática de equidade de gênero, sendo esse um problema da sociedade como um todo.

6.6 Feminização e feminilização da Enfermagem

Conforme Yannoullas (2011), o termo *feminização* corresponde a metodologias e técnicas inerentes à profissão associadas ao sexo feminino, enquanto *feminilização* diz respeito ao quantitativo, ao volume de pessoas do sexo feminino em determinada profissão.

A enfermagem moderna como profissão feminina teve início no final do século XVIII, através da sensibilidade de uma mulher ao sofrimento dos homens. Foi para a recuperação física dos soldados feridos na guerra que Florence Nightingale fez aparecer o que durante séculos as mulheres fizeram e permaneceu no limiar do invisível, do natural: o cuidado de outras pessoas, a reprodução e a manutenção da vida (Ferreira, 2012).

Andrade *et al.* (2020) nos trazem um exemplo que nos deixa na dúvida quanto a qual termo utilizar: feminização ou feminilização, ao mencionar que a profissão de Enfermagem é predominantemente feminina e tem como centralidade o cuidado em saúde. Segundo essas autoras, a literatura aponta que essa categoria profissional vivencia situações de violências interpessoais, violência urbana/social, sofrimentos face às desigualdades sociais, além das precárias condições de trabalho.

Porém, Barreto *et al.* (2011) deixam clara a feminilização da Enfermagem, quando apontam que, no Brasil, dos 1.449.583 profissionais registrados no Conselho Regional de Enfermagem (COREN), 87,24% são do sexo feminino, fato que condiz com o apontado por Andrade *et al.* (2020).

A questão da feminização da Enfermagem também é abordada por Hirata (2016) quando relaciona o ato de cuidar do outro com a figura feminina, considerando que isso ocorreu por muito tempo. Com a mercantilização, a prática feminina, gratuita e invisível passou a tornar-se visível e considerada trabalho formal, podendo ser realizado até mesmo por homens.

Contribuindo ainda para as discussões sobre a feminização da Enfermagem, Lopes e Leal (2005) esclarecem que a Enfermagem se desenvolve como profissão regulamentada por meio de instituições religiosas, estando diretamente ligada ao cuidado doméstico às crianças, aos doentes e aos velhos, associado à figura da mulher-mãe: curandeira e detentora de um saber informal de práticas de saúde, transmitido de mulher para mulher.

As mesmas autoras afirmam ainda que a enfermagem brasileira, organizada e estruturada pelo paradigma *nightingaleano*, desenvolveu-se como uma profissão feminina, assim reconhecida em qualquer espaço da sociedade. O termo *nightingaleano*, de acordo com Medeiros *et al.* (2015), refere-se à teoria ambientalista desenvolvida por Florence Nightingale, na segunda metade do século XIX, na Inglaterra. Essa teoria apresenta como foco principal o meio ambiente, interpretado como todas as condições e influências externas que afetam a vida e o desenvolvimento de um organismo, capazes de prevenir, suprimir ou contribuir para a doença e a morte.

De acordo com Lopes (1988), a enfermagem brasileira se profissionalizou naquela época, mantendo os padrões da divisão sexual do trabalho e as características religiosas, expressas por princípios éticos e deontológicos, rígidas normas de conduta, disciplina e empirismo preservados no contingente elevado de atendentes que executam as tarefas de menor prestígio e que então servem à disciplina do capital.

A autora ainda expõe que as bases ideológicas fazem com que a enfermagem sirva ao capitalismo, refletindo as tendências históricas das mulheres em reproduzir a ideologia dominante na sociedade e a assimilação em sua própria conduta dos mitos que os homens carregam a esse respeito. Tais mitos, por sua vez, podem fazer com que as regras masculinas na família e na sociedade continuem sendo impostas e sustentadas.

Ademais, nessa perspectiva de gênero, de acordo com Ferreira (2012), a educação ministrada na Escola de Enfermagem acontece sob o ponto de vista feminista, isso porque o nosso interesse recai na preocupação de entender as relações de poder estabelecidas no seio da enfermagem, a ideologia que a tem alimentado, de modo a fazer com que a enfermagem seja vista como um trabalho feminino e, a enfermeira, como um tipo de “anjo”, guardiã e protetora, deixando de lado seus interesses pessoais a fim de cumprir uma “missão”.

As práticas de cuidado sempre estiveram associadas ao sexo feminino. Segundo consta da história, pode-se constatar, no que se refere ao lugar social das mulheres, que há um mito definido por concepções que remetem as mulheres a uma condição inata de inferioridade atribuída à sua aproximação com a natureza (Coelho, 2017).

Tais representações têm, em seus princípios, relação direta com a capacidade natural da reprodução biológica e com as responsabilidades nos cuidados com o doméstico e com a família (Coelho, 2017; Muraro, 1992; Hirata, 2016).

De acordo com Coelho (2017), a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) tem demonstrado compromisso com a redução de desigualdades sociais e com a superação de um pensamento de que aos homens cabia um espaço de liberdade e, às mulheres, um espaço de obediência e submissão. Segundo o autor, a ABEn nacional, como entidade representativa da Enfermagem, apresenta-se como reconhecedora de que o processo saúde-doença, como construção social, está condicionado à qualidade das relações entre todos os gêneros. Reconhece assim, que a articulação gênero, saúde e enfermagem é mais do que oportuna nesse momento histórico.

Bagnato *et al.* (2007, *apud* Costa *et al.*, 2013) reiteram que, na década de 1970, os cursos de auxiliar e técnico de Enfermagem passaram a integrar a educação profissional de nível médio, sendo oferecidos como cursos técnicos profissionalizantes de curta duração, com duração mínima de um ano, e cursos técnicos de nível médio, com duração mínima de dois anos.

6.7 O trabalho emocional: mais uma jornada de trabalho enfrentada pelas mães, estudantes e trabalhadoras

Hochschild (1983) define o trabalho emocional como o esforço de se manter aparentemente socialmente adequado, o que foi ratificado por Silva e Gondim (2019) anos mais tarde. As autoras também apontam que a dificuldade no exercício de determinados papéis pode tornar necessário o uso de máscaras que artificializam as relações nas interações sociais. Nesse sentido, para as autoras, o trabalho emocional seria justamente o esforço de mobilização emocional do trabalhador para expressar e sentir emoções demandadas no desempenho do papel profissional ou ocupacional.

Para Silva e Gondim (2019), o conceito de trabalho emocional surge para dar conta das mudanças no mundo laboral, principalmente no setor de serviços, em que a interação humana com o cliente/usuário é fundamental. Boa parte das escalas para medir o trabalho emocional não teve sua validade testada no Brasil; além disso, torna-se necessário disponibilizar uma medida de trabalho emocional para o contexto brasileiro das artes, tendo em vista o crescente interesse pelo estudo dessa categoria ocupacional na psicologia.

De acordo com Buzzulini *et al.* (2014), ao se configurar como uma expressão abrangente, relacionada a um processo integrado que inclui exigências emocionais do trabalho, regulação emocional e desempenho emocional, a referida abordagem permite apreender diferentes estratégias de direcionamento de condutas e sentimentos que dão sentido ao trabalho e à organização.

Os autores (2014) destacam também a escassez de estudos sobre o trabalho emocional, sobretudo no que tange ao gênero. Outro ponto importante dessa temática é que existe uma “divisão sexual do trabalho emocional”, fazendo com que as mulheres não expressem suas emoções para que não sejam inferiorizadas em comparação aos homens.

Existem duas estratégias utilizadas para regularizar as emoções: (1) *deepacting*, ou ação profunda, que representa a alteração contínua e intencional das emoções buscando ter a expressão emocional pretendida; (2) *surface acting*, ou ação superficial, que representa a gestão das expressões emocionais (Hochschild, 1983; Buzzulini *et al.*, 2014).

Maia (2022), em consonância com o pensamento ora referenciado, expõe a perspectiva de Hochschild (1983), quando esta faz uma abordagem interessada na “incorporação superficial” para uma voltada à “incorporação profunda”, em que o trabalho de gerenciamento emocional é definido como “o ato de modificar, em grau ou qualidade, emoções ou sentimentos” (Hochschild, 1983, p. 561, *apud* Maia, 2022, p. 52). Trata-se de dois tipos de trabalho: o de evocar emoções socialmente apropriadas, mas inicialmente ausentes, e o de suprimir emoções inapropriadas, mas presentes (Maia, 2022).

7 AS MULHERES MÃES, TRABALHADORAS E ESTUDANTES: SUJEITOS DA PESQUISA EMPÍRICA

7.1 Sujeitos da pesquisa

Neste capítulo, tratamos dos dados da pesquisa empírica. Conforme detalhamos no capítulo de metodologia, os dados da pesquisa foram coletados em duas etapas: a primeira, por meio de um questionário do *Google Forms*, teve o objetivo de reconhecer, entre as mulheres do curso técnico subsequente do IF Sudeste MG – *Campus* Barbacena, as que tinham filhos dependentes financeiros e de cuidado e que trabalhavam de forma remunerada. A segunda, por sua vez, foi por meio de entrevistas semiestruturadas.

As entrevistadas receberam codinomes: Ana, Rita, Joana, Iracema e Carolina, pela relação que esta pesquisadora estabelece entre as alunas, mães e trabalhadoras, e as personagens da música “Ela é bamba”, de Ana Carolina. O perfil de cada uma delas está detalhado a seguir.

1. Ana: 37 anos, casada, mora com os filhos de 7 e 8 anos e com o marido num município que se localiza a 27.900 km de Barbacena. Reside em casa própria. A renda mensal de sua família gira em torno de dois salários mínimos. Apesar de estudarem em escola pública, os filhos, por serem autistas, necessitam de acompanhamento médico e psicológico além de medicamentos que não são disponibilizados pela rede pública de saúde.

2. Rita: 41 anos, viúva, não tem namorado, reside a 28.800 km de Barbacena. Mora com seus filhos de 12, 15 e 21 anos em casa alugada. Sua renda familiar gira em torno de dois salários mínimos, sendo ela a principal provedora financeira de sua família. De sua renda familiar, 30% são utilizados para pagar cursinho pré-vestibular em São João Del-Rei, além de transporte para sua filha de 15 anos, tratamento dentário para sua filha de 12 anos e atividades esportivas para seu filho de 21 anos, que é atleta.

3. Joana: 30 anos, reside a 13.800 km de Barbacena com seus filhos de 4 e de 12 anos, com o pai de seu filho mais novo e com seu sogro e sua sogra. A renda mensal de sua família gira em torno de três salários mínimos, sendo seus sogros os principais provedores financeiros. Seu filho mais novo frequenta creche particular e seu filho mais velho cursa o nono ano em escola pública. Joana exerce atividade remunerada formalizada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e recebe salário comercial.

4. Iracema: 37 anos, divorciada, tem namorado. Reside a 28.800 km de Barbacena, em casa cedida, com seu filho mais novo, de 13 anos, e com seu namorado. O filho mais

velho de Iracema tem 21 anos, é independente financeiramente e não reside com ela. Ela exerce atividade remunerada formalizada pela CLT, de segunda-feira a sábado e, aos finais de semana, exerce atividade remunerada informal em uma pizzaria. Sua renda familiar gira em torno de dois salários mínimos.

5. Carolina: 36 anos, casada, reside na região de Barbacena, em casa alugada, com seu cônjuge e seu filho de dois anos. Exerce atividade remunerada formalizada pela CLT, sendo ela a principal provedora financeira. Sua renda familiar gira em torno de um salário mínimo.

7.2 Escolha de um curso técnico

Nesta seção, apresentamos a justificativa dada pelas alunas para a escolha de um curso técnico, sobretudo pelo curso técnico de Enfermagem, e estabelecemos um diálogo com o que temos na literatura sobre mulheres que escolhem a área de Enfermagem por ofício. Ressaltamos que eventuais nomes citados nas falas das entrevistadas foram substituídos, neste texto, por letras isoladas, como x e y, por exemplo.

Dentre os cursos que são abarcados pela EPT, durante esta pesquisa, tratamos especificamente da EPTNM, em sua modalidade subsequente. Todas as participantes deixaram a entender que a escolha do curso levou em consideração o que trata Brasil (2021), no sentido de cursos técnicos propiciam maior rapidez na sua conclusão, em comparação aos cursos de graduação.

“Escolhi o curso técnico subsequente por ele ser mais curtinho” (Iracema).

“Na minha idade, não dava para encarar uma graduação, por isso, escolhi o curso técnico por ele ser mais curto” (Carolina).

“Eu gostaria de estar me formando mesmo era numa graduação. Eu estou feliz de me formar, mas gostaria de estar mais feliz. Quando eu fizer uma graduação na área de saúde, vou poder cuidar melhor dos meus sogros” (Joana).

“Eu trabalhava no conselho tutelar e vi que abriram as inscrições para o curso técnico de Enfermagem e graças à Deus eu consegui. Na minha situação, agora, só dava para fazer o curso técnico mesmo, por causa das crianças” (Ana).

“Por ser de curto e não precisar pagar, porque eu já gasto com ônibus” (Rita).

Essas falas das entrevistadas estão em consonância com a literatura no que diz respeito aos fatos de a maior procura pelos cursos técnicos ter a ver com sua curta duração e de a maioria das pessoas que ingressa nessa modalidade de curso ser do sexo feminino. No

entanto, durante a entrevista, Rita relatou que nem todas as mulheres que são mães e trabalhadoras conseguiram se formar, que muitas trancaram suas matrículas. Em suas palavras,

Muitas trancaram da turma! Nossa no final! Igual a de agora também! Nessa outra turma também já desistiu muita gente! Exemplo a (x) que é uma das alunas, no final do curso, o marido dela adoeceu e foi uma coisa bem pesada bem complicada e ela foi até o final, mas assim tinha de trabalhar. Então ela estava com a jornada de trabalhar, estudar, estágio e assim ainda cuidar do marido doente e ela tem filho pequeno né? A (y) ainda está agarrada porque ela está trabalhando como contratada. Ela tem 16 anos de auxiliar de enfermagem e ela não está conseguindo fazer o Estágio agora penso: dá para perceber que para ela fazer o estágio está ficando muito complicado (Rita).

Já havíamos visto que, para Urpia e Sampaio (2009) e Birolli (2018), as mulheres constituem um grupo social cuja permanência em instituições de ensino é dificultada por especificidades que elas têm, e que, de acordo com essa última, dentre elas sobressai a maternidade. Essas particularidades se evidenciam no depoimento de Rita.

Um dos motivos da consonância entre a citação de Birolli (2018) e os falares de Rita se dá pela extensa carga horária do curso técnico em Enfermagem: pelo fato de a atuação de um técnico de enfermagem estar diretamente ligada à saúde e à vida, com muitas horas de estágio presencial, em que os horários podem variar entre matutino e vespertino, ou seja, torna-se relativamente complicado conciliar o curso com as diversas jornadas e múltiplos papéis para as mulheres que, além de estudantes, ainda são mães e trabalhadoras.

7.3 Enfermagem: profissão ou missão?

A enfermagem, enquanto profissão, tem suas raízes aprofundadas na história das mulheres e no cuidado doméstico, que está diretamente voltado ao cuidado de crianças, doentes e idosos, e associado à figura da mulher-mãe, detentora de saberes informais transmitidos entre si. Segundo Lopes e Leal (2005), a enfermagem se desenvolveu inicialmente como uma prática ligada a instituições sacras, que estabelece grande vínculo com o cuidado doméstico.

No contexto brasileiro, a enfermagem se estruturou pelo paradigma “*nightingaleano*”, conforme discutido anteriormente, e se consolidou como uma profissão predominantemente feminina. Esse modelo, conforme Medeiros *et al.* (2015), enfatiza a importância do ambiente como fator essencial na prevenção e no tratamento de doenças, tornando a enfermagem uma prática de cuidado integral e essencial. Contudo, sob a ótica de Hirata (2016), o cuidado, por

muito tempo exercido por mulheres no espaço doméstico, tem sido invisibilizado, realizado gratuitamente por amor na esfera familiar, perpetuando assim a desigualdade de gênero.

A educação nas escolas de enfermagem revela ainda a hierarquização e as relações de poder no âmbito da saúde, em que a enfermeira, subordinada ao médico, assume um papel servil e submisso, muitas vezes sacrificando seus próprios interesses em prol de uma missão altruísta (Ferreira, 2012). Esse contexto histórico e social reflete como a enfermagem, enquanto profissão, carrega consigo questões de gênero que influenciam sua prática, reconhecimento e valorização.

Desde criança, quando eu era pequena o meu sonho, eu não sei se não existia ou se é eu que não conhecia. Eu não lembro de falar de SAMU. Mas eu lembro de assistir na televisão da casa da minha mãe eu com uns nove a dez anos mais ou menos eu lembro do pessoal da Cruz Vermelha e eu falava que eu queria ser enfermeira e assim eu falo que a minha alma é muito altruísta, então assim essa questão do serviço, servir. Também desde criança eu sempre gostei muito de ajudar. E eu nunca quis ser médica eu sempre quis ser enfermeira. É assim... o meu olho sempre brilhava eu lembro quando eu via e até hoje é assim. Quando eu vejo a ambulância passando, o meu sonho é estar lá dentro sabe? É o servir mesmo acho que cada um vem com uma missão na Terra e a minha é a enfermagem. Sou católica, sou Mariana... Eu Acredito muito é e eu tenho uma resistência enorme quando é as pessoas vêm falar que não que isso é do mundo, que a religião e que a fé não cura por exemplo quando eu escuto isso eu acho um absurdo. Quando eu era pequena nessa mesma época eu via propaganda da Cruz Vermelha e eu tinha muita vontade de servir a Deus no total, que era servir a Ele com a minha vida mesmo no sentido de ser uma religiosa (Rita).

A fala de Rita expressa exatamente o que é afirmado pelas autoras mencionadas anteriormente. Rita vê a enfermagem como uma missão, uma vocação, uma maneira de servir a Deus e à Maria. Despir-se de tudo: sua vida e sua família para atender ao chamado de Deus, que é servir ao próximo e servir a Deus. Porém, na juventude, Rita encontrou o amor de sua vida, com quem foi casada por mais de uma década e teve três filhos, sendo esses seus dependentes de cuidados e financeiros, especialmente depois da morte do pai. Contudo, o sonho da Enfermagem e de trabalhar no SAMU, isso a vida não lhe tirou.

Ana, por sua vez, afirmou: “Escolhi o Técnico por se profissionalizar em menos tempo e o curso de Enfermagem por gostar de cuidados. Desde pequena sempre gostei de cuidar” (Ana). Por seu turno, Carolina detalhou:

Então eu sempre quis a área da enfermagem né só que é difícil né pra gente que que já tem filho e eu já tenho uma certa idade né já estou com 36. Então fica difícil para estudar conciliar tudo não é estudar trabalhar cuidar da casa do filho e o técnico por ser um menor tempo de estudo para mim foi assim melhor né que aí eu terminaria mais rápido e estaria na área que eu sempre quis a enfermagem. Eu sei que eu adorei

essa parte de cuidar dos outros! A parte de urgência emergência de medicação...Eu preferia mesmo hospital (Carolina).

Ao refletirmos sobre os dizeres de Ana e de Carolina, vêm à mente as brincadeiras infantis: *panelinha*, *cozinhadinho*, joguinho de chá, bonecas, *materialzinho* para curativo etc. As meninas são preparadas para serem mães, esposas, enfermeiras, professoras desde pequenas, cuidando dos irmãos, primos etc. Aqui, inclui-se a pesquisadora deste trabalho.

Carolina gosta da urgência e da emergência, gosta de salvar vidas! Infelizmente, ela se acha com muita idade para dar prosseguimento aos estudos: fazer faculdade etc. Ana é mãe atípica de duas crianças autistas e uma com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Mesmo assim, nunca deixou de honrar com seus compromissos, embora tenha regressado tardiamente para a profissionalização.

A seguir, trazemos um trecho da fala de Joana para vermos se a sua relação com o mundo da saúde é entretida por uma visão de missão ou de profissão.

Então, eu sempre gostei muito da área da saúde a minha vida inteira desde quando eu era pequeninha eu sempre falei que eu queria ser algum profissional da saúde que seja da fisioterapia, enfermagem que fosse eu sempre me interessei. Só que eu nunca conseguia fazer. Eu fui mãe muito nova, então chegou uma época que eu tive que parar de estudar para ser mãe. Fui mãe com 16 anos e aí tive que enfrentar meus pais, enfrentei a sociedade, enfrentei muita coisa. Meu menino nasceu prematuro então foi muita coisa... Aí eu parei de estudar e quando meu menino estava com 7 anos que eu formei o terceiro ano. Quando eu engravidei eu estava no segundo, o terceiro que ficou sem fazer então quando meu menino estava com 7 anos que eu consegui fazer o terceiro ano pelo EJA. Aí eu fiz o terceiro ano passou um tempo fui fazer o curso de socorrista, fui fazer o de bombeiro civil, vi que era isso que eu gostava que era a área da saúde que me interessava até que veio a oportunidade do técnico enfermagem pelo Ifet que foi onde eu me inscrevi e consegui graças consegui uma vaga. Queria estar formando uma graduação, mas o técnico para mim foi mais viável por ser mais curto, por causa do meu filho pequeno, mas se Deus quiser vou fazer medicina (Joana).

A fala de Joana difere da fala de Ana e de Carolina, no sentido de ela querer qualquer curso da área de saúde, porém, por ter sido mãe na adolescência, seus sonhos foram adiados. Com tom de orgulho e ao mesmo tempo de tristeza, ressaltou: “e aí tive que enfrentar meus pais, a sociedade...”. E continuou com tom de tristeza da recordação: “Meu filho nasceu prematuro, então foi muita coisa” (Joana).

Joana nos faz refletir sobre o julgamento social e familiar sobre a adolescente grávida, a discriminação que a mulher sofre por não estar nos moldes impostos pela sociedade. Isso nos remete à fala de Beauvoir (1960), quando nos diz que “a mulher não nasce mulher, torna-se mulher”. Ela torna-se mulher, lapidada, forjada pela sociedade que vai tirar-lhe os direitos,

principalmente o direito aos estudos, o direito de evoluir como cidadã por ser mãe, como constam dos ditados populares: “os filhos são da mãe” e “Quem pariu Mateus que o embale”.

Apresentamos agora os dizeres de Iracema que dizem respeito a de onde partiu seu interesse pela área de saúde.

Eu fiz um curso de segurança do trabalho. Não concluí o estágio. Quando chegou na hora de fazer o estágio eu parei. Mas a parte de primeiro Socorros me encantou, me chamou atenção. Aí eu fiquei com isso na cabeça, a gente quer fazer um curso que tem a ver com o que gosta. Aí um dia estava fuçando na internet e vi o curso de enfermagem no IFET aí eu olhei: o curso é de graça, dá para fazer. Não vai ser tanto gasto assim! Vou tentar. Por ser um técnico, por ser mais curto. Se pudesse fazer a gente fazia uma graduação, mas aí os gastos é maior, mais tempo(...) eu sou de outra cidade. O ônibus sai daqui às 6 horas às vezes eu teria que retornar ... só 11 horas da noite que a gente chega, para levantar no outro dia de manhã para trabalhar e ficava puxado e quantas vezes eu cochilei dentro da do meu serviço lá porque a gente fica cansado com sono. Então por ser um técnico é mais rapidinho, e por ser no IF É mais barato. Barato porque a gente ia gastar só com um lanche e o transporte. Eu espero poder aprender bastante com ela, com a profissão. Eu não queria ficar só no técnico não. Depois com o serviço de um técnico se eu conseguisse, eu queria me aperfeiçoar mais. Quem sabe fazer a graduação e não só a graduação. Mesmo que eu não faça a graduação eu quero fazer uma especialização também (Iracema).

Iracema também teve que interromper seus estudos para cuidar da família, dos filhos, ingressando-se mais tarde em cursos profissionalizantes: o primeiro, técnico de Segurança do Trabalho, não concluído, e, o segundo, técnico em Enfermagem. Por ter começado anteriormente o curso de Segurança do Trabalho e cursado a disciplina de Primeiros Socorros, teve interesse em fazer algo na área de saúde. Ela sempre trabalhou no comércio e até então não tinha tido nenhum contato com a área de saúde, até ter aulas de Primeiros Socorros. Isso fez com que despertasse nela o interesse em se inscrever para o processo seletivo no IFET, para Enfermagem, no qual foi aprovada. E, como Joana, Iracema também quer ir além nos seus estudos, sem se importar com as pedras do caminho.

O desejo de Rita, Ana e Carolina em cursar o técnico em Enfermagem está ligado ao ato de cuidar, enquanto Joana e Iracema apreciam a área de saúde.

7.4 A Enfermagem é uma profissão feminizada ou feminilizada?

Esta subseção está diretamente relacionada à anterior. Refere-se à feminização do cuidado ou à feminilização do trabalho de cuidado.

Como discutido anteriormente, Yannoullas (2011) entende o conceito de feminização como as metodologias e técnicas associadas à profissão que estão relacionadas ao sexo

feminino, enquanto para ela, o conceito feminilização refere-se ao quantitativo ou ao número de mulheres presentes em uma determinada profissão.

A enfermagem moderna, enquanto trabalho feminino, nasceu no final do século XVIII, quando Florence Nightingale liderou um grupo de mulheres que tinha como objetivo cuidar dos soldados feridos na Guerra da Criméia. A partir desse fato, o trabalho de cuidado permaneceu naturalmente relacionado à mulher (Ferreira, 2012).

Lopes e Leal (2005) afirmam que a enfermagem brasileira, estruturada por esse paradigma "nightingaleano", se desenvolveu como uma profissão feminina, sendo reconhecida como tal em diversos espaços da sociedade.

O termo "nightingaleano", de acordo com Carvalho (1989), refere-se à teoria ambientalista desenvolvida por Florence Nightingale. Essa teoria tem como foco principal o ambiente cujas influências externas que afetam a vida, sendo capazes de prevenir, reduzir ou contribuir para a doença e a morte.

Nessa reflexão, pode-se citar Passos (2012), que versa sobre a primeira escola de enfermagem na Bahia, cujas aspirantes a enfermeiras deveriam compor um perfil altruísta, serem moças sérias, devotadas e inteligentes, de modo a serem iguais às escolhidas por Florence Nightingale, quem afirmou, no século XIX, que a enfermeira deveria deixar de lado seus desejos e seus interesses pessoais em benefício dos outros.

Perguntamos às entrevistadas se elas compreendiam a Enfermagem como uma profissão feminina e esta foi a resposta de Ana:

“Ah, é! A gente vê muito mais homens do que mulheres atuando na Enfermagem, e às vezes não são aceitos por pacientes mulheres” (Ana).

Nesse contexto, Ana aponta a existência dos dois conceitos: feminização e feminilização: feminilização, quando ela descreve a diferença numérica entre homens e mulheres na enfermagem; feminização, quando ela menciona que os homens técnicos de enfermagem não são aceitos por pacientes mulheres. Esse último fato/dado nos remete a possíveis traumas vivenciados pelas pacientes no que tange à violação de seu corpo, não podendo elas separar esse trauma de um atendimento profissional de Enfermagem.

Rita, por seu turno, declarou o que segue:

Eu acho que isso vem da época, igual na minha casa: eu sou filha de industrial. Meu pai trabalhou muito tempo na indústria, meu marido também trabalhava na indústria. Meu pai era da fábrica de cimento, meu marido é de mineração de ouro. Agora a minha cabeça está mudando. Porque é eu tinha eu cresci com esse conceito... porque o meu vô também era meu avô trabalhava em Barbacena nesse cimento aí. Então a gente cresceu é... achando que O homem para ser homem ele tinha que trabalhar na empresa ele tinha que trabalhar na metalurgia! Que ele não podia ser outra coisa.

Agora não. A gente vê que isso está mudando. Ah, eu estava até falando isso com as meninas outro dia a questão do do quanto que um técnico homem faz diferença. Igual em hospital que não tem que não tem elevador para subir aquelas rampas lá de maca com paciente no oxigênio... se tiver o homem pela força física se tiver um que for grande na frente e mais uma atrás a gente leva tranquila, agora se for só mulher a gente precisa de uma de cada lado. Então assim é eu acho que é o de uma ajuda de uma valia muito grande, não é dizendo que assim está mudando. Eu acho que ainda vai melhorar mais eu vejo isso pela minha turma que só que tinha o Frederico, o Alberto e o Onório(codinomes). Agora essa turma já tem mais sabe já tem mais já tem mais profissional já tem mais alunos homens eu espero que futuramente seja 50% por 50% (Rita).

Nos falares de Rita, também ficam evidentes os conceitos de feminilização e de feminização da enfermagem. Feminilização, apesar de ver a inserção de pessoas do sexo masculino em sua sala (3 homens, num total de mais de 30 alunos matriculados em sua sala). Nesse contexto, Rita corrobora a teoria da naturalidade de Guillaumin *et al.* (2014, p. 27), ao falar da falta que o homem faz na profissão de Enfermagem, por suas características biológicas: as mulheres têm características físicas e biológicas que as colocam em desvantagem aos homens. Assim surgiu o patriarcado. Outra fala de Rita que chama a atenção é quando diz que, quando era jovem, a sociedade determinava que, para ser homem, tinha-se que trabalhar na indústria, na fábrica, na mineração, “que o homem para ser homem ele tinha que trabalhar na empresa, ele tinha que trabalhar na metalurgia! Que ele não podia ser outra coisa”. E reiterou:

Agora não. A gente vê que isso está mudando. Um técnico homem faz diferença. Igual em hospital que não tem elevador para subir aquelas rampas lá de maca com paciente no oxigênio... se tiver o homem pela força física, se tiver um que for grande na frente e mais uma atrás a gente leva tranquila (Rita).

Ao falar sobre a diferença física entre homens e mulheres, Rita nos remete à Guillaumin (2014), que argumenta que o patriarcado se enraizou na natureza, se nutriu do que difere homens e mulheres, colocando a mulher como biologicamente inferior, tornando turva a visão da sociedade, fazendo com que fossem criadas práticas sociais a partir dessa dissociação, justificando e perpetuando a dominação feminina.

Ao responder à pergunta sobre a feminização e a feminilização da profissão em foco, Joana afirma:

Eu acredito porque infelizmente eu encontro muitas pessoas que quando um homem fala que é enfermeiro se surpreendem quando veem que tem um homem que é enfermeiro. E as pessoas têm maior facilidade de colocar a mulher à frente de mais coisas trabalhistas do que homens, principalmente relativo ao cuidado com a outra pessoa eles sempre colocam como se fosse obrigação mais da mulher. A sociedade infelizmente coloca isso, então eu vejo eu vejo sim (Joana).

Por sua vez, Iracema e Carolina respondem:

“Apesar de ter mais mulheres que homens atuando, acredito que a enfermagem é profissão tanto para homens quanto para mulheres” (Iracema).

“Não, eu acho que tanto homens quanto mulheres podem atuar na enfermagem” (Carolina).

Apesar de duas entrevistas serem opostas no que tange à feminização da Enfermagem, em se tratando de quantitativo de pessoas do sexo masculino na profissão, pode-se dizer que, infelizmente, a Enfermagem é uma profissão feminizada, estigmatizada como uma profissão feminina e feminilizada.

As falas de Joana e de Iracema estão em dissonância com o que vimos até agora na literatura. Os dados obtidos por Barreto *et al.* (2011) deixam-nos clara a feminilização da enfermagem, quando apontam que, no Brasil, dos 1.449.583 profissionais registrados no COREN, 87,24% eram do sexo feminino. A feminização e a feminilização da Enfermagem são um processo cultural que está enraizado na sociedade.

Como se pôde observar no início desta dissertação, o curso técnico em Enfermagem, de onde foram escolhidos nossos sujeitos de pesquisa, nos anos letivos de 2022 a 2024, contava com 83% de pessoas do sexo feminino e 17% de pessoas do sexo masculino. Com isso, pode-se chegar à conclusão de que a Enfermagem é uma profissão feminizada e feminilizada. Ademais, uma das questões aplicadas via do *Google Forms* foi: você acredita que a Enfermagem é uma profissão feminina? O resultado foi: 25% responderam *não* e 85% responderam *sim*. Ao todo, foram 20 respostas.

8 SER MÃE, ESTUDANTE E TRABALHADORA REMUNERADA É MATAR UM LEÃO POR DIA

8.1 Vivências de múltiplas jornadas e de múltiplos papéis

Segundo Bittencourt (2011), a conciliação entre estudo e maternidade constitui um período ainda mais desafiador para muitas mães estudantes que também estão ativamente envolvidas no mercado de trabalho.

Ana, quando questionada sobre sua rotina, relatou: “Levanto bem cedo, faço café, levo os meninos na escola, arrumo a casa, vou estudar”. Ela continuou em sua reflexão: “Quando estou trabalhando é uma loucura! Mal dou conta de cuidar de mim. Higiene comigo eu tenho, mas hidratar cabelo, fazer unha, não dá. Ai, eu me esforcei muito durante o curso” (Ana).

Nesse trecho, não vemos a participação do “pai” dos filhos ou de qualquer outra pessoa que possa ser considerada uma rede de apoio para Ana. Ana mencionou o marido apenas uma vez em todo seu discurso. “Para estudar meu marido fica com as crianças, pois está em casa. Durante o curso, eu estudava quando os meninos estavam dormindo, de madrugada”. Ao ser questionada sobre quando está trabalhando, respondeu: “Pra trabalho eu pago alguém pra ficar com eles pra mim. Com minha mãe eu não posso contar. Ai, eu me esforcei tanto durante o curso! (suspiro)” (Ana).

Conforme discutido por Silva e Mendes (2024), conciliar os múltiplos papéis é um dos desafios centrais da maternidade. Isso podemos observar claramente no discurso de Ana. Para ela estudar, o marido fica com as crianças, mas, para ela trabalhar, não. Ele também não participa dos afazeres domésticos, o que faz com que a vida de Ana seja sobrecarregada. Porém, motivada por seu sonho de se profissionalizar em Enfermagem e obter melhores condições de vida para si e para seus filhos, ela se doa ao máximo a esses três papéis, muitas vezes ultrapassando os limites de seu próprio organismo, abrindo mão de suas necessidades biológicas, como, por exemplo, ter sono de qualidade. Tais sacrifícios são visíveis no seguinte trecho de sua fala: “Estudava de madrugada quando os meninos estavam dormindo. Quando estava muito cansada, exercendo as três funções juntas: eu penso no meu sonho, ponho um som auto no fone e me desligo, só penso no que estou fazendo” (Ana). Ela prosseguiu, dizendo o seguinte:

Eu trabalhava no conselho tutelar, mas acabei não dando conta, sabe? Tive que sair... tive que abrir mão. Não tinha como eu estudar, fazer estágio, trabalhar no conselho todos os dias e tomar cuidado da casa e dos filhos. Agora faço bico de

acompanhante de idosos ou doentes em hospitais. É informal e não é todo dia, tem plantão que é 24 horas. Quando é fim de semana, eu entro na sexta e saio no domingo. E as crianças? Perguntou a entrevistadora. Ficam com o pai ou pago alguém para ficar. O IFET poderia dar um auxílio financeiro para as mães, assim, não teríamos que nos esforçar tanto (Ana).

Nessa parte, o discurso de Ana vai ao encontro do que nos diz Biroli (2018), quando ressalta que o ônus da maternidade surge como uma problemática que circunda as mulheres por serem elas, no contexto da divisão sexual do trabalho, que devem cuidar dos filhos e do lar, gerando uma experiência com a maternidade eivada de sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia, além de delinear de forma precária a vida da mulher nas dimensões sexual, econômica, educacional, profissional e política e, como podemos observar nas falas das alunas, estudantil.

Em sua fala sobre o esforço que faz para estudar e trabalhar, sendo mãe, Ana fez uma reflexão: “O IFET poderia dar um auxílio financeiro para as mães, assim não teríamos que nos esforçar tanto” (Ana). Essa fala de Ana nos faz refletir sobre uma ajuda de custo, um auxílio permanência para que as mães que são estudantes não precisem se desdobrar em mais uma jornada e mais um papel social, e tenham mais tempo para estudar e ficar com seus filhos. Em 10 de março de 2023, foi criado o projeto de Lei 794/23 (Brasil, 2023), que permite o pagamento de adicional de 50% do valor da bolsa estudantil para aluna provedora de família monoparental. A autora da proposta, a deputada Dandara (PT-MG), explica que o objetivo da medida é:

[...] garantir que mães solo tenham acesso e permanência nas instituições de ensino sem que com isso se sobrecarreguem com jornadas triplas ou até mesmo quádruplas de trabalho, além de assegurar o acesso à educação, elemento primordial para que mulheres consigam impulsionar sua carreira acadêmica e profissional (Brasil, 2023).

Quando perguntamos à Joana sobre o que ela faz para dar conta de todos os afazeres, ela respondeu:

É uma prova de resistência... É uma prova de resistência porque eu fico muito afastada dos meninos... apesar deles agora já terem acostumado, mas no início foi bem difícil para o menorzinho principalmente. Ele sentia minha falta e não sabia lidar com aquele sentimento... às vezes ele até me rejeitava quando eu chegava, sabe? Então isso me machucou muito, sabe? Muito mesmo. Mas, eu entendi que era criança que ele sentia minha falta, às vezes ele ficava bravo era por eu não estar aqui. Então quando ele me via ali às vezes não sabe lidar com aquele sentimento então ele às vezes se afastava um pouco aí passava 5 minutinhos ele vinha me agarrava e me abraçava e não saía te perto de mim sabe e só queria ficar comigo então final dezembro eu posso, o que eu consigo. O mais velho é bem compreensivo! É um menino de luz! É uma benção na minha vida. Ele ajuda muito

com o pequeno, ajudar arrumar, ajudar fazer uma tarefinha, mas graças a Deus está tudo lindo ainda eu tenho só que agradecer a Rita, graças a Deus (Joana).

Parece tratar-se de uma prova de resistência física e emocional. Muitas vezes, as estudantes que são mães veem os prazos de entrega de seus afazeres estudantis se extinguindo, juntamente com o acometimento de seus filhos por alguma doença, o que gera desgaste físico e emocional devido à culpa que sentem por estar cuidando de seu filho e não ter tempo para cumprir seus afazeres estudantis, por um lado, ou, por outro lado, por estarem cumprindo seus afazeres e delegando o cuidado dos filhos.

Em seguida, Joana afirma:

Agora o meu dia está organizado da seguinte maneira: eu levanto 5 e meia todos os dias só no sábado que eu levanto 6 e meia que eu pego um pouquinho mais tarde no trabalho. Então eu pego às 6 e vou até às 14h30min no máximo aí eu consigo chegar em casa. Como às vezes tem atividade para eu fazer eu já tomo meu banho fico de banho tomado, Tomo café e vou fazer minhas atividades. O dia que não tem atividade para fazer eu vou fazer alguma coisa aqui na casa que tem para fazer alguma coisa minha, alguma coisa dos meninos, vou estudar em alguma coisa aqui e 17:00 eu saio para poder ir para para aula. Aí eu chego umas 10 e meia 11 horas da noite, mas assim eu chego muito cansada sabe? Às vezes eu chego e já vou direto para a cama pego o menino mais novo, cumprimento o mais velho: filho, tudo bem? Está tudo bem aí? Sério mesmo, eu só falo assim está tudo bem aí? Então vou dormir tchau boa noite. Sabe, tem dia que eu nem vejo direito sabe tem dia que é bem complicado. Mas tem dia que eu tenho que ficar brincando um pouquinho. No dia que eu estou descansada, dou uma atenção, se tiver tarefinha para fazer sento com mais novo, ajudo fazer tarefa, já ajudei o mais velho fazer uma capa de trabalho, uma contra capa... então assim é coisa que me deixa muito feliz de estar fazendo, mas que às vezes eu sei que eu preciso descansar pra eu ter força para acordar amanhã porque senão no outro dia eu não consigo tenho que dormir pelo menos 3 horas diárias né (Joana).

Além da desproporção de tempo e esforços na dedicação familiar, desfavoráveis às mulheres, elas ainda se deparam com a alta jornada de trabalho no Brasil, cuja carga horária é de 44 horas semanais. Caso as estudantes necessitem sair ou chegar um pouco mais cedo, deve haver negociação com o patrão, em que quase sempre elas renunciam a parte de seus direitos, que já são escassos, no que se refere a horário de trabalho. Isso foi pontuado por Iracema.

O horário comercial é de 8h às 18h e a gente tem 1 hora e meia de almoço. Quando fui começar o curso, eu sentei com meu patrão conversei com ele. Ele é bem compreensivo em algumas partes, aí eu sentei com ele falei: eu vou começar um curso não é aqui na cidade, é em Barbacena e o ônibus sai daqui por volta de 6 horas então, o que você poderia fazer para mim? Já vou te dar uma ideia do que poderia ser feito caso se você não tenha ideia. Nós temos 1 hora e meia de almoço. Se eu trazer marmita pro serviço e fazer só meia hora de almoço você consegue estar me liberando às 5h: 00 da tarde, para eu poder ir em casa tomar um banho e descer para pegar o ônibus? De onde eu moro por conta do ônibus é uns 10, 15 minutos. Aí ele

falou: beleza pode fazer isso, não vai interferir em horário de serviço, você vai estar com as 8 horas de serviço. Pode aí que eu faço é eu levanto de manhã eu vou para o meu serviço (Iracema).

Além das dificuldades enfrentadas pela alta jornada de trabalho, Iracema, como as outras entrevistadas, ainda enfrenta dificuldades inerentes à divisão sexual do trabalho doméstico, que Hirata (2018) classifica como geradora de desigualdades significativas, maiores ainda do que se diz respeito à divisão sexual do trabalho profissional. A mãe normalmente chega cansada depois da meia-noite e ainda tem que lavar as louças que foram sujas na preparação da comida para seu filho, que somente a esquentou, alimentou-se e as devolveu à pia, como comprova a seguinte fala de Iracema:

“01: 15 uma da manhã. Fazer a minha marmita e a para o meu outro dia e meu filho estuda de manhã. Aí ele esquenta a comida dele aqui e deixa a cozinha para mim arrumar na hora que eu chego do IF à noite” (Iracema).

Iracema continuou a mencionar o filho de 13 anos: “Quando ele não está na escola, ele estuda de manhã, aí ele fica sozinho aqui. Aqui é até que é bem fechadinho, graças a Deus, não tem perigo nenhum. Quase que ninguém passa na rua e aí ele fica sozinho aqui.”

Então, eu falei poxa vida, eu acho que eu estou sendo um pouco egoísta. Eu estou vendo o meu estudo e não estou vendo o dele, eu estou pensando em mim agora e estou deixando ele de lado. Menino é sempre mais agarrado com a gente, com a mãe tinha dia que eu chegava e ele estava aqui acordado ainda. Me esperando. Aí eu falava: Você não jantou? - não, não jantei. Estou sem fome. Aí eu acabava de fazer a minha marmita minha janta e ele sentava comigo e comia aí ele sentava e comia comigo. Eu falei assim: nossa está sentindo muita falta. Ele está sentindo essa falta porque além de eu estudar e trabalhar durante semana, no fim de semana que eu teria para ficar com ele, eu estava fazendo um bico na pizzeria também. Então eu quase que não via ele e aí a ele arrumou um jeito de me ver na hora que eu chegava da escola ele ficava comigo. Aí eu falei poxa vida essas notas dele caindo na escola é falta. Por mais que ele faz dever sozinho, mas era falta de eu estar junto com ele de cobrar, a questão não é tanto cobrar, mas fica ali perto dele (Iracema).

“Não estar presente gera essa sensação de culpa. Eu pensei: poxa eu estou pensando em estar estudando, conseguir boas notas. Mas ele está sendo deixado de lado e com as notas dele caindo e correndo o risco de ser reprovado” (Iracema).

“Às vezes, eu estava na escola e ficava lembrando assim e agora o meu filho, será que ele fez o dever dele igualzinho eu estou aqui terminando o meu?” (Iracema).

Ah não é criança ele consegue fazer as coisas dele sozinho. Consegue, mas se você não ficar ali em cima de vez em quando dando uma atenção uma cobrada ele relaxa. Então eu ficava assim: eu estou com o meu dever pronto aqui e o dele será como é que está? aí tinha dia, no sábado eu vou pegar os cadernos dele para ver se estava com a matéria copiada. Aí o dia que não estava, eu falei assim e agora eu vou falar

com ele ou não? Por que por parte foi eu que não olhei durante semana e eu vou cobrar dele agora no sábado a matéria copiada? (Iracema).

Os próximos dizeres são da Carolina, que fala a respeito de sua vivência do processo formativo:

Eu só dei conta porque eu tinha minha mãe. Eu Trabalhava de 8 às 18 então eu já saía do serviço já ia pro curso chegava às 10:00, 10 e pouquinho(...) em dias de prova, passava a madrugada inteira estudando para acordar no outro dia cedo então assim eu só dei conta porque eu tinha minha mãe para me ajudar. Porque ela que olhava o meu menino ela que arrumava a casa, que dava conta da comida da roupa eu só ficava mesmo por conta dos estudos se fosse hoje sem ela eu não daria conta eu não conseguiria (...) ela faleceu (Carolina).

“Minha rede de apoio era minha mãe. Quando estava fazendo o curso, eu consegui uma creche pública para meu filho, só que era meio período. Minha mãe ficava com ele o resto da tarde” (Carolina).

Carolina continuou “Senti falta no IFET de um cantinho, para deixar meu filhinho durante as aulas, alguém que pudesse ficar com ele enquanto eu estivesse em sala de aula. Ou um auxílio para poder pagar alguém para ficar” (Carolina).

Tal fala de Carolina remete-nos ao caso de Isadora Kewen, em Goiás. Isadora foi impedida de entrar na faculdade com sua filha de 1 ano e dois meses. Isadora levou sua filha à universidade, pois somente ajudaria na organização de palestras, e pensou que em nada sua filha iria atrapalhar, porém, foi barrada na porta da faculdade. Sentindo-se frustrada e impotente, a estudante procurou os órgãos públicos e tal ação culminou na criação, em 17/05/2022, da Lei Isadora Kewen, que institui a garantia de acesso e permanência da criança no estabelecimento de ensino frequentado por sua mãe, pai e/ou responsável, no âmbito do Estado de Goiás (Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2022).

Em Minas Gerais, tramita o Projeto de Lei 2729/2024, que traz benefícios às gestantes, docentes, alunas de graduação e de pós-graduação, técnicas administrativas e outras servidoras das instituições de ensino superior, privadas ou públicas estaduais. O Art. 2º do referido Projeto apresenta as seguintes diretrizes para a implementação da lei:

- I – A coleta de dados para compreender, monitorar e avaliar o desenvolvimento de políticas sobre parentalidade no ambiente universitário;
- II – A instituição de um regime de licença parental aos estudantes, que permita a continuidade de seus estudos sem prejuízo acadêmico, mediante a assistência e suporte institucional;
- III – a garantia de prorrogação dos prazos nos cursos ou programas de graduação e pós-graduação para a conclusão de disciplinas, entrega dos trabalhos finais de

conclusão de curso, bem como as respectivas sessões de defesa e realização de publicações exigidas pelos regulamentos das instituições de ensino;

IV – a criação e a adaptação nos espaços físicos das universidades para garantir a convivência parental, incluindo áreas de amamentação, fraldários e espaços de acolhimento e convivência infantil;

V – A implementação de políticas de acolhimento e suporte destinadas às mães e gestantes durante os processos seletivos, sendo garantido o direito à amamentação às candidatas lactantes;

VI – A garantia do direito de lactantes e lactentes à amamentação no ambiente universitário, bem como a disponibilização de lactários, salas de apoio à amamentação e a disponibilização de estrutura para a extração do leite humano e seu correto manuseio e armazenamento;

VII – o desenvolvimento de práticas formativas continuadas para toda a comunidade acadêmica visando discutir a maternagem e equidade parental;

VIII – a garantia da destinação de recursos financeiros adequados para a implementação e manutenção das políticas de parentalidade nas instituições de ensino superior;

IX – A criação de políticas específicas de incentivo às mulheres, de acordo com critérios relacionados ao progresso acadêmico, que reconheçam o período de licença maternidade e eventuais prorrogações de prazos;

X – A instituição de auxílios de permanência estudantil em fluxo contínuo, a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica responsável direto por criança ou pessoa com deficiência (Brasil, 2024).

A falta de flexibilidade por parte das instituições de ensino, com horários rígidos e regimentos, é outro fator que estorva o processo formativo das mães estudantes, como denunciam Gonçalves e Ternovoe (2017), assim como Rita no seu depoimento, logo a seguir.

Eu acho que a questão das faltas: essa flexibilidade! Para quem é mãe por exemplo, os atestados eles não tinham que ser só para justificar. Eles tinham que abonar! Eu fiquei por conta de falta não foi por conta de nota! Eu acho que a mãe que tem filhos pequenos é essa poderia ter esse melhor entendimento sabe? Porque é tudo que a gente quer. Por ser mãe e já estar estudando significa que você não está ali para brincar! (Rita).

De acordo com Rita, torna-se importante uma flexibilização da instituição de ensino em relação às estudantes que são mães, pois seus filhos ficam doentes ou até mesmo deprimidos. E questionamos: como uma mãe de filhos pequenos ou adolescentes, por mais independentes que sejam, sai de casa deixando filho com depressão? Como fica a cabeça de uma mulher diante de tantos papéis sociais? Com relação à questão da saúde da própria mulher, presente na nossa última pergunta, Rita disse o seguinte:

Não é só a doença do corpo que acaba com a mulher, mas a doença da mente também e da alma! Eu acho que a questão da psicologia poderia integrar isso muito bem! A gente precisa ter um grupo de mulheres onde tem enfermeiras, psicólogas terapeutas em diversas áreas. Porque o que hoje a gente mais vê são mulheres que são submetidas à muitas coisas terríveis como o abuso, a agressão dentro de casa! E talvez a mulher está tentando ali estudar para ter uma profissão para sair fora desse marido! E essas meninas que estão vindo hoje estou vendo as meninas assim... muito vulneráveis! Eu acho que na escola precisava ter isso ter essa rede de apoio às

meninas! Os adolescentes, principalmente as mulheres! Cada vez a gente vê mais falando sobre os narcisistas eu ou sociopatas e as mulheres estão crescendo, estão convivendo com situações dentro de casa de muita vulnerabilidade! Então eu acho que o IF também poderia ter essas rodas de conversa que coisas poderiam estimular aquela mulher a não desistir porque a evasão é grande. Eu acho que ajudaria muito se eles olhassem para a mulher como um todo, mesmo para tentar amparar ela de várias partes para ter mais profissionais e elas serem bem acolhidas (Rita).

Segundo Silvia e Gondim (2019), o trabalho emocional é o processo de gestão das expressões emocionais e dos sentimentos internos, de acordo com as demandas emocionais exigidas pela ocupação ou pelo contexto de trabalho. Para as autoras, o trabalho emocional envolve o esforço do trabalhador em mobilizar suas emoções para expressar e sentir suas emoções. Esse esforço é exemplificado na fala de Rita, quando nos relata que para os professores nem sempre é possível identificar as questões vivenciadas por seus estudantes.

Tal posicionamento de Rita vai ao encontro do que nos dizem Sígolo *et al.* (2021), segundo as quais os movimentos de mulheres e feministas tiveram uma importante atuação na luta e conquista pelos direitos humanos das mulheres brasileiras. No entanto, as mesmas autoras, parafraseando Sandra Unbehaum (2014), nos dizem que, considerando a expansão do campo de estudos e pesquisa em gênero e educação no país e os investimentos em políticas educacionais nas duas últimas décadas, pouco se avançou na consolidação da temática nos currículos de formação inicial de professores, bem como na constituição de práticas curriculares. Ou seja, em se tratando do direito da mulher à educação, as instituições e a docência ainda não estão preparadas para tratá-las de acordo com suas especificidades e peculiaridades.

Luta-se muito pela igualdade dos sexos, mas se esquece de que, na instituição de ensino, a palavra a ser usada não é igualdade, mas equidade, já que as mulheres que são mães, trabalhadoras remuneradas e estudantes já se encontram em desvantagem por não conseguirem se profissionalizar antes que tantas responsabilidades lhe fossem atribuídas.

9 VENCER E NÃO DESISTIR: A RESILIÊNCIA E A FORÇA DAS ESTUDANTES MÃES E TRABALHADORAS

9.1 Estratégias de luta e de resistência

Faz-se necessário citar novamente Sandra Unbehaum (2014), quando ela ressalta que, apesar das políticas educacionais criadas nas últimas décadas, pouco se avançou no que diz respeito à consolidação da temática nos currículos de formação inicial de professores, pois esses, mesmo sendo mulheres, pouco entendem dessa peculiaridade feminina. Assim, as alunas por si só necessitam traçar estratégias de luta e de resistência para conseguirem permanecer e concluir seu processo formativo.

Iracema utilizou várias estratégias de luta e de resistência para dar conta de concluir seu processo formativo: negociou seu horário de almoço para sair trinta minutos mais cedo do trabalho para não perder o ônibus, haja vista que mora em outro município; pediu ao patrão para deixá-la tirar férias no período de estágio curricular; pediu ao namorado que ajudasse seu filho com as lições de casa. Além disso, teve muita dificuldade em Farmacologia e, como estratégia de luta e de resistência, traçou medidas que deram certo e, assim, conseguiu ser aprovada na referida disciplina. Nas linhas a seguir, há relato de outras estratégias que Iracema usou:

Todo tempo livre no meu serviço eu pegava vídeo baixava vídeo ficava olhando isso em todas as disciplinas eu fiz isso eu me apeguei muito com o duas meninas lá na sala que são bem feras nessa parte e eu fiquei muito com elas assim para pegar macete Era era alguma coisa em dupla eu pedia para fazer junto com elas para poder entrar um pouco na minha cabeça porque nossa eu passei um eu fiquei um desespero com toda vez que o Denis entrava dentro da sala de aula eu ficava desesperada (Iracema).

Joana, apesar de passar o dia trabalhando, colocou seu filho na escolinha. Segundo ela, 80% a 90% dos cuidados à criança são realizados pelo pai, que trabalha com vendas, e, quando este não consegue ficar com o filho, os sogros ficam. Joana tem rede de apoio familiar e a escolinha do filho que lhe dão suporte para trabalhar e estudar. Joana acorda todos os dias às 5h e vai dormir quase meia-noite. Porém, quando tem prova, passa madrugadas estudando, além de prestar bastante atenção na aula. Apesar de todo o sacrifício, Joana sonha em fazer medicina. Ela também já negociou suas férias no trabalho para conseguir concluir os estágios obrigatórios.

Essa situação nos mostra que, mesmo a mulher pleiteando por melhores condições para si e sua família, seu estudo será colocado em segundo plano e a atuação da rede de apoio será considerada ajuda. Além disso, um pai que exerce sua função de pai e parceiro de vida é considerado um super-homem, ao passo que a mulher, mesmo se virando do avesso, perdendo noites de sono, não será vista assim. Ao contrário, será julgada por todos os papéis que assumiu e que, pela limitação biológica de um corpo humano, não consegue exercer 100%. Sem essa *ajuda* que recebe do marido, que deveria ser considerada comum, ela não conseguiria cumprir todas as atividades, e se vê agraciada por isso.

Carolina, por sua vez, morava com a mãe e o filho de dois anos. À época do estágio, ela conseguiu uma creche de meio período para o filho e sua mãe o buscava na parte da tarde. Carolina ia direto do trabalho para o curso. Também negociou as férias para cumprir a carga horária de estágios. Levava seu lanchinho para a escola e para o trabalho, para não comprometer a renda familiar. Carolina se formou em janeiro, um mês antes do falecimento de sua mãe. Na formatura, Carolina entrou segurando o filhinho no colo com uma mão e, com a outra, a foto de sua falecida mãe, que tanto a ajudou e que foi sua rede de apoio.

Na sociedade atual, ainda é atribuído à mulher o papel principal na criação e no cuidado com os filhos. Diante dessa tarefa de cuidado, as mulheres que são mães e trabalhadoras da classe média recorrem a redes de apoio: avós, tias, babás, creches e escolas. Algumas, eventualmente, podem contar com o auxílio do marido. Devido à divisão sexual do trabalho em nossa sociedade, sobretudo do trabalho doméstico, é limitada a ajuda de seu parceiro nas atividades familiares e domésticas (Almeida, 2007).

Durante o curso, Carolina pôde contar com sua mãe. Porém, devido a seu falecimento, se fosse no momento atual, Carolina não conseguiria concluir seu curso e, por isso, durante a entrevista, ela se mostrou um tanto ou quanto desanimada em relação à carreira. Hoje, ela trabalha em uma fábrica de pão e está fazendo curso de bombeiro civil. Seu namorado fica com seu filho para que ela estude a noite.

Rita, no que lhe diz respeito, revezava os afazeres domésticos com os filhos adolescentes, migrou de um emprego formal para um informal, em que ela administrava seu horário, intercalando-o com o estágio. Acordava muito cedo para dar conta de estudar, pois, apesar de o estágio ser às 13h, ela tinha que sair de sua cidade às 9h45min, visto que era o único horário de ônibus disponível para chegar no horário, uma vez que sua cidade tem poucas linhas de ônibus para Barbacena. Ao contar sobre a distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família, ela disse: “Aqui em casa é tudo dividido. Cada um faz a sua parte” (Rita).

Entretanto, apesar de os filhos assumirem suas atribuições, como se pôde observar, Rita também se sente sobrecarregada diante de seus vários papéis como viúva, mãe de três adolescentes, estudante, trabalhadora. Porém, por meio de sua criatividade, ela consegue driblar os obstáculos.

Por seu turno, Ana, em meio a tantas demandas, procurava focar em uma atividade por vez e estudava de madrugada quando seus filhos estavam dormindo. Ana é uma mãe atípica, tem dois filhos com autismo, sendo que um tem autismo e TDAH. Tem como rede de apoio o marido, a escolinha integral dos filhos e as pessoas a quem paga para tomarem conta de seus filhos enquanto trabalha. Tem dias em que não consegue dormir, por causa dos filhos, dos estudos, da preocupação com o trabalho e com a própria saúde. No entanto ela tem a capacidade e a magia de pensar somente no que está fazendo e, assim, ela consegue dar conta de seus múltiplos papéis, como é possível ver na sua fala que reproduzimos, a seguir: “Quando estou estudando, me desligo de tudo, às vezes estudo durante as madrugadas, quando os meninos dormem” (Ana).

Mulheres que são mães, estudantes do curso técnico de Enfermagem, trabalhadoras remuneradas, para alcançarem seus sonhos, passam diariamente por um percurso desgastante, conceituado como labirinto de cristal, que representa um itinerário difícil de perpassar, com muitos obstáculos, pedras, confusões de caminho; labirinto cujos entraves são responsáveis pela lentidão em sua profissionalização e na de várias mulheres. Esse conceito foi criado por Eagly e Carli (2007), para demonstrar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para atingirem determinada condição ou posição na carreira.

Porém, apesar do labirinto de cristal por onde são obrigadas a passar, nada nem ninguém será capaz de colocar um teto de vidro sobre suas cabeças. Esse conceito “teto de vidro”, criado por Morison *et al.* (1987), tem o objetivo de representar uma barreira na ascensão profissional e estudantil das mulheres.

A partir da formação de professores empatas, que se solidarizem com as minorias que constituem parte de seu público discente, talvez o labirinto de cristal fique um pouco menos tortuoso e as mulheres que são mães possam perpassá-lo, ultrapassando a desvantagem de não terem conseguido se profissionalizar antes de se tornarem mães.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma profissão que se desenvolveu por meio de instituições sacras e por estar ligada diretamente a práticas domésticas de cuidado, a Enfermagem ainda é considerada por muitos como uma profissão feminina, o que é reforçado pelo expressivo contingente de mulheres em cursos técnicos em Enfermagem. No entanto, evidencia-se na literatura que o público feminino tem especificidades que tornam difíceis sua permanência em cursos profissionalizantes e a conclusão destes, destacando-se, dentre essas especificidades, o exercício da maternidade.

Quando, a essas especificidades do público feminino, somam-se a divisão sexual do trabalho doméstico — que responsabiliza a mulher pelos afazeres da casa e pelo cuidado com os filhos, muitas vezes sem nenhuma colaboração do pai deles — e o trabalho remunerado, a sobrecarga física e mental das mulheres aumenta.

Por meio de estudos e dados empíricos desta pesquisa, pudemos revelar que as estudantes que são mães passam por dificuldades para estudar, o que faz com que se atrasem ou desistam de seu curso, por não conseguirem conciliar uma jornada múltipla de trabalho. O tempo e o esforço dedicados à família comprometem a disposição de tempo e de recursos para a profissionalização. Isso se deve à divisão sexual do trabalho, mais especificamente, à divisão sexual do trabalho doméstico.

No entanto, durante o levantamento de pesquisas sobre o assunto, observamos a escassez de estudos referentes às mães estudantes da educação profissionalizante de nível médio, principalmente no curso técnico de Enfermagem. Além de ter tentado remediar essa carência de trabalhos acadêmicos sobre a temática, nosso estudo também revelou a necessidade de políticas públicas e políticas institucionais que favoreçam a permanência e a formação dessas mulheres, tendo em vista que elas já se encontram em desvantagem por não terem conseguido se profissionalizar antes de serem mães.

Ademais, durante a pesquisa empírica, as alunas entrevistadas deixaram clara a necessidade de um auxílio permanência durante o processo formativo, pois foi evidente a exaustão que trabalhar, estudar, ser mãe e fazer as atividades domésticas lhes causa, o que seria amenizado caso houvesse auxílio estudantil. É fato que, em Minas Gerais, tramita um projeto de lei em que mães monoparentais estudantes teriam direito a receber 50% do auxílio estudantil, no entanto, acreditamos ser pouco.

Outro ponto reivindicado pelas entrevistadas foi a flexibilidade em relação às faltas e à rigidez de prazos de entrega de trabalhos, pois as estudantes, por serem mães, trabalhadoras

remuneradas e donas de casa, sentem dificuldades em fazer um extenso trabalho em pouco espaço de tempo.

A fala de uma das estudantes nos deixou abaladas: a mulher precisa ser vista como um todo: corpo, mente e alma; existe a necessidade da formação de um grupo de alunas para falarem sobre elas, sobre o que as aflige; existem estudantes que estão fazendo curso para fugirem de seus maridos abusivos.

Faz-se importante que os professores se mantenham atentos para indícios de alunas vítimas de violência doméstica e que as mulheres estudantes, como mencionado por Rita, sejam vistas como um todo, não apenas como estudante.

Diante do exposto, esta pesquisa confirma a tese de que a maternidade e as responsabilidades domésticas, bem como o trabalho remunerado, impactam diretamente a formação acadêmica e profissional das mulheres, principalmente em cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, como o curso técnico em Enfermagem. A flexibilização de horários, a criação de espaços para cuidados infantis, bem como a oferta de auxílio financeiro são medidas que poderiam mitigar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que buscam conciliar a maternidade e o trabalho com os estudos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. L. G. de. **Politizando a anatomia**: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980). 2016. 319 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/982300>. Acesso em: 15 out. 2024.
- ALBARELLO, L. **Devenir praticien-chercheur**: comment réconcilier la recherche et la pratique sociale. Bruxelles : Éditions de Boeck Université, 2004.
- ALMEIDA, L. P. de M. **Qualidade de vida no trabalho**: uma avaliação da percepção dos docentes do curso de Administração. 2007. 23f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.
- AMORIM, T. C. S. **A formação acadêmica das mães universitárias do campus Clóvis Moura**: um olhar para a qualidade. Campina Grande: Editora REALIZE, 2012. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ae0eb3eed39d2bcef4622b2499a05fe6.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- ANDRADE, C. B.; MONTEIRO, I.; RODRIGUES, N. R. Trabalho de cuidado, gênero e violências: estudo com técnicos/as de enfermagem. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 77-84, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230010247>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS. **Documento público**. Disponível em: https://saba.al.go.leg.br/v1/merged/view/sgpd/public/0oCDw_IUviK37IziHzAqv1jY6FGmTX57r4FGoUIO8L7TUervbKOGWc_2K1zLtqtn/pdf/2022010034. Acesso em: 02 ago. 2024.
- ÁVILA, K. M. L. **Como é Ser Mulher, Trabalhadora e Mãe**: um estudo sobre identidade da mulher que trabalha no setor privado. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- ÁVILA, M. B. de M.; FERREIRA, V. M. Reflexões acerca da constituição sexuada do sujeito em Danièle Kergoat. **Política & Trabalho**, UFPB, Paraíba, n. 53, p. 112-128, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51114>. Acesso em: 2022. Acesso em: 10 dez. 2018.
- BAGNATO M. H. S., BASSINELO, G. A. H.; LACAZ, C. P. da C.; MISSIO, L. Ensino médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 279-286, 2007.
- BARRETO, M. de F. S.; SILVA, A. M.; SILVA, A. M. A feminização da enfermagem no Brasil: análise da distribuição por sexo dos profissionais registrados no Conselho Regional de Enfermagem (COREN). **Revista Brasileira de Enfermagem**, Conselho Federal de Enfermagem, v. 64, n. 6, p. 1001-1007, 2011.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BELTRAME, G. R. **A experiência de ser mãe e os desafios frente à carreira e à separação do bebê**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 233-239, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/kj9szsyzT59MGzyQc3d7xnf/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/T5kXnZCWhrDkX6MspyMcTTG/>. Acesso em: 10 out. 2024.

BITENCOURT, S. M. Um estudo etnográfico em escolas públicas de Cuiabá. **Movimentação**, [S. I], v. 3, n. 4, p. 70–88, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/5114>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 29 de dezembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Participação feminina cresce na educação profissional e mulheres se destacam no campo da pesquisa científica**. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/participacao-feminina-cresce-na-educacao-profissional-e-mulheres-se-destacam-no-campo-da-pesquisa-cientifica>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.729, de 29 de outubro de 2024**. Confere o título de Capital Nacional das Malhas ao Município de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais. Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2465247>. Acesso em: 23 de nov. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 794, de 2 de março de 2023**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre o pagamento de adicional de bolsa estudantil para aluna provedora de família monoparental. Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2349830>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BUZZULINI, M. H. F.; GONDIM, S. M. G; RODRIGUES, A. P. G. Expressão e regulação emocional no contexto de trabalho: um estudo com servidores públicos. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 38-65, 2014.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, 2018.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kHzqt9vwyWmMyFd6hZjDmZK/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 22 ago. 2023.

COELHO, R. **Direitos da mulher na contemporaneidade das relações de trabalho**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

COPATTI, A. L. **(H)à mulher além da mãe**. 2022. 83 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise Clínica e Cultural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

COSTA, F. C.; BORGES, E. L.; VIECCELLI DONOSO, M. T. Perfil dos alunos de curso Técnico de Enfermagem de uma escola particular em Minas Gerais. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, UFSJ, São João Del-Rei, v. 3, n. 1, p. 554-568, 2013.

<https://doi.org/10.19175/recom.v0i0.327> Acesso em: 15 dez. 2024.

DORNELES, T.; MARASCHIN, M. S. Quem são as mulheres dos cursos técnicos subsequentes do CTISM. **Revista de Educação Técnica**, v. 10, n. 2, p. 123-145, 2022.

EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. **Through the labyrinth: the truth about how women become leaders**. Boston: Harvard Business School Press, 2007.

EMÍDIO, T. S.; CASTRO, M. F. de. Entre voltas e (re)voltas: um estudo sobre mães que abandonam a carreira profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, e221744, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221744>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ENGELS, F. Caracteres da monogamia. In: ENGELS, F; MARX, K.; LÊNIN, V. **Sobre a mulher**. 3. ed. São Paulo: Global, Coleção Bases, v. 17, p. 22-27, 1981.

EQUIDADE. In: MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. ISBN 978-85-230-0614-3. Disponível em:

<https://sabinemendesmoura.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/08/discurso-e-mudanc3a7a-social-norman-fairclough.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

FERREIRA, A. P. V. M. Enfermagem, mulher e trabalho: uma visão histórica e sociológica sobre a profissão. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, n. 4, p. 567–574, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M. **O Patriarcado desvendado**. Teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Tradução: Jules Falquet e Maira Abreu. Recife: SOS Corpo, 2014.

FRASER, N. A segunda onda feminista e a desestabilização econômica mundial. **Revista de Estudos Feministas**, v. 6, n. 4, p. 45-63, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, J. P.; TERNOVOE, J. dos S. Desafios vivenciados por mulheres universitárias de Mato Grosso do Sul, que são mães, profissionais e donas de casa. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 8, n. 2, ago-dez, p. 116-142, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8e46/c411575420e52fd7409854f294a9e79983f5.pdf> Acesso em: 22 jul. 2022.

GRECCO, F. S. Entrevista com Danièle Kergoat. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 9, n. 16, p. 498-513, 2023. DOI: 10.56267/rdtps.v9i16.15385. Acesso em: 20 abr. 2023.

GRIPP, C. **A maternagem como ação social**: padrões sociais atribuídos às mulheres mães no âmbito familiar, político e econômico. 2016. 257 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HIRATA, H. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**: Tema Trabalho e Gênero. 2010, p. 45-49. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/revista_2edicao_trabalho_dez2010.pdf Acesso em: 20 abr. 2023.

HIRATA, H. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 24, p. 53-64, 2016.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho Necessário**, ano 16, n. 29, p. 14-27, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552/4195>. Acesso em: 20 abr. 2023.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Acesso em: 20 abr. 2023.

HOCHSCHILD, A. R. **The managed heart**: commercialization of human feeling. Berkeley: University of California Press, 1983.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS (IF SUDESTE MG). Institucional. 2024.

<https://www.ifsudestemg.edu.br/barbacena/institucional/o-campus>. Acesso em: 23 ago. 2023.

KERGOAT, D. Ouvriers ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. **Critiques de l'économie politique**, n. 5, p. 95-115, 1978.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Núcleo de Estudos de Gênero**, v. 2, n. 2, p. 93-106, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNNxSrszcVLQGfHFf85kk/>. Acesso em: 06 maio 2022.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. São Paulo: Boitempo, 2007.

LOPES, M. J. M. O trabalho da enfermeira; nem público, nem privado – feminino, doméstico e desvalorizado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 41, p. 211-217, 1988.

LOPES, M. J.; LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 105-125, jan./jun. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/W4mKrfz7znsdGBdJxMHsGPG/>. Acesso em: 10 out. 2024.

MAIA, M. M. Trabalho emocional e significados do feminino no empreendedorismo contemporâneo. **Cadernos Pagu**, v. 64, e226403, 2022. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/18094449202200640003>. Acesso em: 06 jul. 2024.

MALLUF, V. M. D.; KAHHALI, E. M. S. P. Mulher, Trabalho e Maternidade: uma visão contemporânea. **Polêmica**, Revista Eletrônica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 143-160, jul. set. 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MEDEIROS, A.B.A., ENDERS, B.C., LIRA, A.L.B.C. **Teoria ambientalista de Florence Nightingale**: uma análise crítica. *Esc Anna Nery*, v. 19, n. 3, p. 518-524, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n3/1414-8145-ean-19-03-0518> Acesso em: 15 dez. 2024.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**: prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2019.

MENDES, G. da S.; FONSECA, A. B. C. da. Maternidade e carreira: desafios e impactos para as mulheres mães. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 7., 2020, Campina Grande. **Anais**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_EV174_MD1_ID10088_TB67_27052022215736.pdf. Acesso em: 06 jul. 2024.

MENEZES, R. de S.; SANTOS, T.; VELOSO, N. de O.; FREITAS, V. N. de; SANTOS, M. S.; RAHIM, M. A. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Constr. psicopedag.** São Paulo, v. 20, n. 21, p. 23-47, 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542012000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** (13ª Ed). São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2013.

MONTEIRO, M.; ANDRADE, C. B. Estudo sobre professores(as) enfermeiros(as) e relações de gênero no ensino técnico de Enfermagem. **Revista de Estudos de Gênero**, v. 5, n. 3, p. 45-62, 2018.

MONTICELLI, T. Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções? **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 1, e005, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/phBY7c5NGY3vFjBmDNnnKNJ/>. Acesso em: 12 out. 2024.

MORIN, E. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORRISON, A. M.; WHITE, R. P.; VAN VELSOR, E. **Breaking the glass ceiling**: can women reach the top of America's largest corporations? Reading: Addison-Wesley, 1987.

MOTA-SANTOS, C.; CARVALHO-NETO, A. M. Gênero e trabalho: a persistência de questões culturais. **Revista de Estudos de Gênero**, v. 5, n. 3, p. 45-62, 2021.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 63, 1992.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 648, 2006.

NASCIMENTO, M. da G. P. do. **O significado de ser mãe**: uma abordagem existencial. 2002. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

NIGHTINGALE, F. **Notas sobre enfermagem**: o que é e o que não é. Tradução de Amália Correa de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1989.

NUNES, C.; SILVA, L. M. N. Acesso e permanência na educação superior exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e flexibilidade de políticas estudantis. **Direito. UnB**, v. 4, n. 1, p. 41–79, 2020.

ONUMA, F. M. S. Contribuições da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além do seu uso como método. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1984-9270949> Acesso em: 12 out. 2024.

PASSOS, E. **De anjos a mulheres**: ideologias e valores na formação de enfermeiras. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

PENIDO, C. M. F. Trabalhador-pesquisador: análise da implicação como resistência ao distanciamento do objeto. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.1, p. 380-396, 2020.

PINTO, C. R. J. A primeira onda do feminismo: luta pelo direito ao voto. **Revista de História Feminina**, v. 4, n. 1, p. 12-34, 2010.

PONTES, V. V.; QUEIROZ, F. S.; NASCIMENTO, J. S.; FONSECA, F. D. T. Transição para a maternidade na trajetória acadêmica: estratégias de reparação dinâmica do self e de resistência no campo social de jovens universitárias. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 39, e200190, 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200190>. Acesso em 12 out. 2024.

PRATES, S. R.; GONÇALVES, J. P. Educação superior e relações de gênero: atividades domiciliares para mães estudantes de Pedagogia. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 5, p. 1-23, e019030, Campinas, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653753>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

RICOLDI, A. M.; ARTES, A. M. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex aequo**, 33, 149-161, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Arlene-Ricoldi/publication/307956113_MULHERES_NO_ENSINO_SUPERIOR_BRASILEIRO_ESPACO_GARANTIDO_E_NOVOS_DESAFIOS_Arlene_Ricoldi_e_Amelia_Artes/links/57d313d208ae601b39a4255c/MULHERES-NO-ENSINO-SUPERIOR-BRASILEIRO-ESPACO-GARANTIDO-E-NOVOS-DESAFIOS-Arlene-Ricoldi-e-Amelia-Artes.pdf Acesso em: 22 jul. 2022.

RIDENTI, S. G. U. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Org.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ecos/Editora, 1998.

ROCHA, D.; SOUZA, E. A. A. de; SILVA, F. P.; GARBO, K.; PETEFFI, L. H. C. **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges**. Translation, Porto Alegre, n. 17, p. 182-189, 2020. Disponível em: <http://www.siefar.org/wp-content/uploads/2015/09/Gouges-D%C3%A9claration.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023

ROCHA, E. S. **A igualdade de gênero na ciência brasileira**: um estudo da ocupação feminina nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sudeste. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: **Família e casal**: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola. p. 57-77, 2003.

SALGADO, D. G. Qualidade de vida de mulheres com tripla jornada: mães, estudantes e profissionais. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 308-320, 2019. Disponível em: <http://200.229.32.43/index.php/pretextos/article/view/18657>. Acesso em: 3 set. 2023.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SARTI, C. A. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (Org.). **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SARTI, C. A. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (Org.). **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHOLMEIER, T. D. da S. **Mulheres na educação profissional: movimentos dos cursos subsequentes do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21254>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SÍGOLO, A.; SILVA, A. M.; SILVA. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e da discriminação na saúde mental de adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, 2643-2652, 2021. Disponível em <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n7/2643-2652/> Acesso em: 14 maio 2023.

SÍGOLO, V. M.; GAVA, T.; UNBEHAUM, S. Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual. **Cadernos Pagu**, v. 63, e216317, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8668816>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SILVA, M.; SOUZA, J. Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado. **Revista de Estudos Acadêmicos**, v. 12, n. 3, p. 45-62, 2023.

SILVA, S.; GONDIM, M. Educação e formação: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Brasileira de Educação**, 2019.

SILVA, T. A. L.; MENDES, D. C. Maternidade, estudo e trabalho: um olhar sobre as múltiplas jornadas de mães discentes. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 35, n. 1, p.01-22, 2024. <http://dx.doi.org/10.31423/oikos.v35i1.1530> Acesso em: 19 nov. 2023.

SIQUEIRA, C. B. de; BUSSINGUER, E. C. de A. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5585/rtj.v9i1.14977>. Acesso em: 19 nov. 2023.

UNBEHAUM, S. **As questões de gênero na formação inicial de docentes: tensões no campo da educação**. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/9805> Acesso em: 22 ago. 2023.

URPIA, A. M. de O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 30 maio de 2022

URPIA, A. M. de O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 3, n. 2, 2009. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

VASCONCELOS, R. N. T. de. **Existência e permanência**: um estudo das mulheres na educação profissional e tecnológica. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

VELHO, G. **Parentesco, individualismo e acusações**. Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.

VIEIRA, A. C. ; SOUZA, P. B. M de ; ROCHA, Danielle da S. Da P. **Vivências da maternidade durante a graduação**: uma revisão sistemática. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2172/1093>. Acesso em: 16 jun. 2022.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou feminilização da Enfermagem: apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292> Acesso em: 12 out. 2024.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

Prezada Convidada,

A Senhora está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada MULHER, TRABALHADORA, ESTUDANTE E MÃE! Estudo de caso com alunas do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG *Campus* Barbacena desenvolvida pela Mestranda Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva sob a orientação da Professora Raquel Quirino, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG, Campus Nova Gameleira, Belo Horizonte. Nesta pesquisa, serão discutidas questões pautadas em Divisão Sexual do Trabalho doméstico e Relações Sociais de Sexo/Gênero, bem como Relações de Gênero na Educação Profissional.

O questionário a seguir é a primeira parte da metodologia que será aplicada para a obtenção dos dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa em questão. Caso seja necessário, a senhora será convidada a participar da segunda etapa da pesquisa, que consistirá em uma entrevista como forma de aprofundamento nas questões que serão abordadas no questionário. Essa entrevista poderá ser presencial ou online, de acordo com a disponibilidade da senhora.

Sua participação possibilitará a realização dessa pesquisa que trará benefícios indiretos às participantes da pesquisa, como mulheres, mães, estudantes, membros da sociedade brasileira que vislumbram a Educação Profissional como oportunidade para ingresso no mercado de trabalho e através dela a obtenção de melhores condições de vida para si e sua família.

As informações fornecidas pela senhora terão sua privacidade garantida pela pesquisadora responsável, não sendo os participantes identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados em qualquer formato.

A pesquisadora responsável fará o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico pessoal assim que a coleta de dados for finalizada; e apagará todo e qualquer registro do questionário e suas respostas na plataforma Google Forms. Após o término da pesquisa, o material permanecerá arquivado de modo seguro, em arquivo digital no computador pessoal da pesquisadora e em pen drive próprio, por pelo menos cinco anos, após os quais serão destruídos.

Em média, a senhora levará sete minutos para responder esse questionário.

Desde já, gratidão pelos benefícios que sua participação trará às mulheres, que são mães e trabalhadoras e vislumbram o curso Técnico em Enfermagem como meio de obterem melhores condições para si e sua família.

A senhora aceita participar da pesquisa?

() Sim () Não

Qual a sua idade?

() < 20

() 20-30

() 31-40

() 41-50

() 51-60

() > 60

Por quanto tempo você ficou afastada dos estudos até ingressar no Curso Técnico em Enfermagem?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ Entre 1 e 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 10 e 15 anos
- ☐ Mais de 15 anos

Por que você escolheu fazer o curso Técnico de enfermagem?

Você acredita que a profissão de enfermagem é predominante feminina?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Qual o seu estado civil ou sua situação conjugal?

- ☐ Solteira/divorciada
- ☐ Casada/União estável

Você tem filhos?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quantos filhos você tem?

- ☐ Um
- ☐ Dois
- ☐ Três
- ☐ Mais de três
- ☐ Nenhum

Quantos filhos são dependentes de seus cuidados?

- ☐ Um
- ☐ Dois
- ☐ Três

- ☐ Mais de três
- ☐ Nenhum ou não tenho filhos

Quantos filhos dependem financeiramente de você

- ☐ Um
- ☐ Dois
- ☐ Três
- ☐ Mais de três
- ☐ Nenhum ou não tenho filhos

Seus filhos residem com você?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Você se considera mãe solo?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tenho filhos

Qual tipo de casa você mora?

- ☐ Mora em residência alugada.
- ☐ Mora em casa financiada.
- ☐ Mora em casa cedida.
- ☐ Mora em casa ocupada.
- ☐ Mora em casa própria

Com quem você mora? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Sogro/sogra
- ☐ Cunhados
- ☐ Pai/ mãe
- ☐ Irmãos
- ☐ Com cônjuge
- ☐ Filhos
- ☐ Outros

Sobre a Instituição que seu(s) filho(s) estuda(m), ou creche, pode-se dizer que:

- ☐ Pública
- ☐ Particular
- ☐ Seu filho é bolsista
- ☐ Não tenho filhos

Seu(s) filho(s) necessitam de gastos extras? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Atividades esportivas
- ☐ Idioma
- ☐ Aula particular de reforço
- ☐ Tratamento médico ou de outra área da saúde.
- ☐ Babá
- ☐ Não

Você paga alguém para te ajudar com as atividades domésticas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em média, quantas horas semanais você costuma dedicar ao cuidado com os/as filhos/as e afazeres domésticos?

- ☐ Até 10 horas
- ☐ Até 20 horas
- ☐ Até 30 horas
- ☐ Mais de 30 horas
- ☐ Não tenho filhos

Qual é a renda de sua família?

- ☐ Não tem renda
- ☐ Até meio salário mínimo
- ☐ Um salário mínimo
- ☐ Dois salários mínimos
- ☐ Três salários mínimos
- ☐ Mais de três salários mínimos

Você exerce alguma atividade remunerada?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Durante o seu horário de trabalho e estudo, onde (ou com quem) ficam seus filhos(as)? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Familiares
- ☐ Babá/ empregada doméstica
- ☐ Creche/ escola
- ☐ Sozinhos
- ☐ Não tenho filhos

Qual o tipo de vínculo que você tem nesse trabalho?

- ☐ Trabalho formal (carteira assinada/ contrato temporário/funcionária pública)
- ☐ Trabalho informal (sem contrato de trabalho/sem carteira assinada)

Qual a sua renda bruta mensal neste trabalho?

- ☐ Até meio salário mínimo
- ☐ Mais de $\frac{1}{2}$ e até 1 salário mínimo
- ☐ Mais de 1 salário mínimo e até 2 salários mínimos
- ☐ Mais de 2 salários mínimos e até 3 salários mínimos
- ☐ Mais de 3 salários mínimos

Qual a sua jornada habitual de trabalho semanal?

- ☐ Menos de 15 h
- ☐ Mais de 15 e até 20 h
- ☐ Mais de 20 e até 25 h
- ☐ Mais de 25 e até 30 h
- ☐ Mais de 30 e até 40 h
- ☐ Mais de 40 e até 44 h
- ☐ Mais de 44 horas

Qual o principal mantenedor da renda do seu grupo familiar?

- ☐ Você
- ☐ Cônjuge
- ☐ Pai /mãe
- ☐ sogro/ sogra
- ☐ outros

Você e seu grupo familiar passam por problemas financeiros?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Você recebe ajuda financeira para se manter no curso?

- ☐ Não
- ☐ Sim, de parentes/amigos/Auxílio Permanência

Na maioria das vezes, como faz para se alimentar quando passa o dia em atividades do curso?

- ☐ Fica sem comer/Traz o lanche de casa
- ☐ Utiliza o Restaurante do IF/Utiliza a cantina/Outros

Como você costuma ir para as aulas ou estágio?

- ☐ A pé/ bicicleta
- ☐ Ônibus/Van Moto/Carro próprio

Apesar de você estar matriculada em uma instituição pública, os gastos com o curso impactam sua renda familiar?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Você se vê como uma aluna participativa no curso?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quais dessas dificuldades interferem significativamente na sua vida ou no contexto acadêmico? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Não tenho dificuldades
- ☐ Tarefas relacionadas ao cuidado com os filhos
- ☐ Escassez de tempo para estudar e realizar as atividades acadêmicas
- ☐ Atribuições com o trabalho doméstico
- ☐ Dificuldade de planejamento/organização do uso do tempo
- ☐ Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros)
- ☐ Dificuldades financeiras
- ☐ Dificuldade de aprendizado
- ☐ Falta de disciplina / hábito de estudo
- ☐ Distância da casa até o IF ou local de estágio curricular
- ☐ Carga horária excessiva de trabalho remunerado
- ☐ Carga excessiva de trabalhos acadêmicos
- ☐ Relação professor (a) – estudante

Quem realiza o trabalho doméstico e de cuidado com os filhos em sua casa? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Seu cônjuge
- ☐ Você
- ☐ Empregada doméstica
- ☐ Sua mãe ou sogra
- ☐ Seu pai ou sogro

- ☐ sua irmã/cunhada
- ☐ Seu irmão ou cunhado
- ☐ Seu filho
- ☐ Sua filha

Na sua casa predomina a divisão sexual do trabalho doméstico, na qual o trabalho doméstico bem como o de cuidado é responsabilidade da mulher?

- ☐ Sim
- ☐ Não

O fato de você dedicar grande parte do seu tempo aos estudos do curso de Enfermagem gerou/gera problemas na convivência conjugal ou com familiares?

- ☐ Sim
- ☐ Não

O que você vê como aspectos facilitadores para a sua permanência no curso? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Não vejo aspectos facilitadores
- ☐ Apoio dos familiares no cuidado com os filhos
- ☐ Apoio da creche/escola no cuidado com os filhos
- ☐ Apoio do IF em relação a condição de estudante e mãe
- ☐ Relação com os professores
- ☐ Relação com o colegas
- ☐ Esforço pessoal
- ☐ Identificação com o curso
- ☐ Assistência estudantil

O que você sugere que possa ser feito para apoiar a permanência dos estudantes com filhos na IF Sudeste MG *Campus* Barbacena?

APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA		
CATEGORIA DE ANÁLISE	PERGUNTAS	OBJETIVO
Motivações para escolha de um curso técnico	Por que você escolheu o curso técnico subsequente ao invés de uma graduação?	Identificar e analisar as motivações dessas mulheres pela procura de um curso técnico,
Motivação pela escolha do curso Técnico em Enfermagem	Por que você escolheu o curso Técnico em Enfermagem? Como você se vê depois de formada?	Identificar se a feminização da enfermagem interferiu na escolha pelo curso.
Vivência das múltiplas jornadas e estratégias de luta e resistência	Como você organiza seu dia para dar conta das suas múltiplas jornadas? Fazer o curso Técnico em Enfermagem causou dificuldades em sua vida familiar e/ou profissional? Quais? Você se considera uma estudante participativa no curso? Por quê? Como você se sente nesse processo formativo? Você tem alguma dificuldade em relação a alguma disciplina ou atividade do curso? O que você faz para superar essas dificuldades?	Analisar como essas estudantes articulam o trabalho remunerado, com o trabalho doméstico e de cuidado com os filhos e da sua casa e a sua vida estudantil, bem como suas estratégias de lutas e resistência

APÊNDICE 3 - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA



INSTITUTO FEDERAL
Sudeste de Minas Gerais

IF SUDESTE MG – REITORIA
Rua Luz Interior, 360, Bairro Estrela Sul - CEP 36030-713 – Juiz de Fora
– MG Tel.: (32) 3257-4101 – e-mail: gabinete@ifsudestemg.edu.br



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA EM COPARTICIPAÇÃO DE PESQUISA

Em atendimento à CARTA Nº 0212/CONEP/CNS da COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, de 21 de outubro de 2010), como representante legal da instituição Instituto Federal Do Sudeste De Minas Gerais, coparticipante do projeto de pesquisa intitulado: **MULHER, TRABALHADORA, ESTUDANTE E MÃE! Estudo de caso com alunas do curso Técnico em Enfermagem do IFsudeste-MG Campus Barbacena** que tem como instituição proponente o CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET-MG) e como pesquisadora responsável Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva, declaro que:

- I. Temos conhecimento e daremos cumprimento às normas éticas vigentes no Brasil no que concerne às fases da pesquisa que serão executadas nas nossas dependências, descritas no projeto de pesquisa;
- II. Garantiremos a infraestrutura para a realização segura das fases da pesquisa em nossas dependências;
- III. Iremos ler o parecer ético do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CEFET-MG e nos manifestaremos oportunamente em caso de alguma dúvida ou discordância suspendendo a participação de seres humanos em nossas dependências até o saneamento de tais dúvidas ou discordâncias, em qualquer momento da pesquisa.
- IV. Concedemos, *a priori*, a autorização para a realização do projeto de pesquisa e assumimos, também, *a priori*, a corresponsabilidade pela realização da pesquisa nas nossas dependências. Essa autorização pode ser revogada em caso de óbice ético em qualquer fase da pesquisa em nossas dependências.

_____ de _____ de 2023

Documento assinado digitalmente
 ALCIMARA AUXILIADORA ANDRADE DE PAULA
Data: 24/08/2023 15:26:44 -0300
Verifique em <https://validar.jfi.gov.br>

Responsável institucional

APÊNDICE 4 - TCLE–QUESTIONÁRIO APLICADO VIA GOOGLE FORMS

Projeto CAAE, aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em 16___ de ___05___ de 2024.

Prezada,

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do CEFET-MG, de acordo com as exigências da Resolução CNS 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Antes de você responder as perguntas relacionadas ao estudo, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE-e) para sua leitura e consentimento.

Seja bem-vinda!

TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE-e)

Prezada aluna do curso Técnico em Enfermagem, você está sendo convidada a participar da primeira etapa da pesquisa intitulada: **MULHER, TRABALHADORA, ESTUDANTE E MÃE: Estudo de caso com alunas do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG Campus Barbacena**. O objetivo do estudo é compreender como as estudantes do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG *Campus* Barbacena, vivenciam a maternidade, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e a vida estudantil. O tempo estimado de resposta ao questionário será de aproximadamente 20 minutos.

Este convite se deve ao fato de você fazer parte dos alunos do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste- MG *Campus* Barbacena matriculados para os anos letivos 2022 a 2023 e 2023 a 2024.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva, RG – MG 11.897.939, professora efetiva do IF Sudeste MG *Campus* Barbacena, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, sob a orientação da Professora Raquel Quirino.

Sua participação será muito útil para o andamento da pesquisa por auxiliar no aprofundamento do tema pesquisado.

Após o recebimento do questionário, a pesquisadora realizará a análise das respostas que contribuirão para a seleção das candidatas que participarão da segunda etapa da pesquisa citada.

Os riscos envolvidos na resposta ao questionário podem originar-se no fato da participante se sentir constrangida em responder algumas questões, já que questões são relacionadas a vida estudantil, divisão sexual do trabalho doméstico, atuação feminina no provimento financeiro de sua família. Diante disso há que se considerar que, durante o desenvolvimento da investigação/entrevista, cansaço ou aborrecimento ao responder as questões propostas, desconforto, fadiga, medo de não saber responder, vergonha com relação às perguntas, dúvidas em relação à quebra de anonimato, entre outros, podem ocorrer.

Para minimizar esses riscos, serão discutidos os benefícios desta investigação para elucidação e diminuição de danos, de modo a buscar o envolvimento de todas.

A pesquisa possibilitará a princípio a visibilidade das mulheres que são mães, trabalhadoras e estudantes, em seguida possibilitará identificar as dificuldades dessas mulheres em relação à dinâmica do processo formativo, podendo contribuir para a elaboração de políticas institucionais que favoreçam a permanência dessas estudantes no referido curso e até mesmo de outros cursos da instituição.

A pesquisadora reforça, que nenhum constrangimento será gerado e que na análise dos dados as participantes serão identificadas por pseudônimos e não pelos seus nomes, preservando o sigilo durante a pesquisa.

Os seguintes aspectos serão rigorosamente observados e respeitados nesta investigação: (I) garantia da liberdade de se recusar a participar e/ou retirar o consentimento de participação em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa, sem a implicação de quaisquer prejuízos; (II) garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa fornecidos pela participante; e (III) garantia de participação voluntária, sem custo algum para a participante.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. A pesquisadora reitera que a participante não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa e o seu nome e/ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua autorização expressa.

A pesquisadora tratará as participantes com base em padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e as informações serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e científicos, garantindo a elas:

- A plena liberdade para decidir sobre sua participação sem prejuízo ou represália, de qualquer natureza;
- A plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália, de qualquer natureza. Nesse caso, os dados colhidos de sua participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados, a menos que você autorize explicitamente o contrário;
- O acompanhamento e a assistência, mesmo que posteriores ao encerramento ou a interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário, sempre que requerido e relacionado à sua participação na pesquisa, mediante solicitação à pesquisadora responsável;
- O acesso aos resultados da pesquisa;
- O ressarcimento de qualquer despesa relativa à participação na pesquisa por exemplo, custo de locomoção até o local combinado para a entrevista se por sua opção essa for presencial, inclusive de eventual acompanhante, mediante solicitação a pesquisadora responsável;
- A indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;
- O acesso a este Termo.

Qualquer dúvida ou necessidade – neste momento, no decorrer da sua participação ou após o encerramento ou eventual interrupção da pesquisa – pode ser dirigida à pesquisadora por e-mail: rita.aguiar@ifsudestemg.edu.br, telefone (32) 99867-1762.

Desde já agradecemos! Aceita participar dessa pesquisa?

() Sim () Não

APÊNDICE 5 - TCLE-ENTREVISTA

Projeto CAAE, aprovado pelo Sistema CEP/CONEP, em ____ de ____ de 2024.

Prezada aluna do curso Técnico em Enfermagem nos períodos letivos 2022 a 2024, você está sendo convidada a participar da segunda etapa da pesquisa intitulada: **MULHER, TRABALHADORA, ESTUDANTE E MÃE: Estudo de caso com alunas do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG Campus Barbacena.**

Este convite se deve ao fato de você fazer parte dos alunos do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste- MG *Campus* Barbacena matriculados para os anos letivos 2022 a 2023 e 2023 a 2024 enfermagem e já ter participado da primeira fase desse estudo por meio do questionário *online*. O Critério de inclusão utilizado para essa entrevista foi: estar matriculada no Curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG Campus Barbacena, para os anos letivos 2022 a 2024, ser trabalhadora remunerada formal ou informalmente e ter filhos que residam com você e são seus dependentes financeiros e/ou de seus cuidados.

Sua participação será muito útil para o andamento da pesquisa por auxiliar no aprofundamento do tema pesquisado. O tempo médio para a realização da entrevista é de, aproximadamente, 60 (sessenta) minutos, que poderá ser realizada *online* por meio da ferramenta *Google Meet* ou presencialmente sendo local e horário definidos anteriormente de acordo com a disponibilidade da entrevistada.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva, RG – MG 11.897.939, professora efetiva do IF Sudeste MG *Campus* Barbacena, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, sob a orientação da Professora Raquel Quirino.

Durante a entrevista presencial, será realizada a captura do som para o desenvolvimento da pesquisa. Caso a participante se sinta desconfortável em autorizar a gravação do som, no início da entrevista, será proposto que a pesquisadora escreva fielmente extratos de suas respostas às questões.

Após a coleta de dados, as entrevistas serão transcritas e tratadas, qualitativamente, com o objetivo de contribuir para esclarecimento da questão de pesquisa que é: *como as alunas do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG Campus Barbacena que são trabalhadoras e mães, vivenciam essa múltipla jornada, se dividindo entre o trabalho remunerado, o trabalho doméstico, cuidado com os filhos e a vida estudantil?*

Os riscos envolvidos na pesquisa podem originar-se no fato da participante se sentir constrangida em participar da mesma, já que durante a entrevista, conversaremos sobre maternidade e a vida estudantil, divisão sexual do trabalho doméstico, atuação feminina no provimento financeiro de sua família. Diante disso há que se considerar que, durante o desenvolvimento da investigação/entrevista, cansaço ou aborrecimento ao responder as questões propostas, desconforto, fadiga, medo de não saber responder, vergonha com relação às perguntas, dúvidas em relação à quebra de anonimato, entre outros, podem ocorrer.

Para minimizar esses riscos, serão discutidos os benefícios desta investigação para elucidação e diminuição de danos, de modo a buscar o envolvimento de todas.

A pesquisa possibilitará a princípio a visibilidade das mulheres que são mães, trabalhadoras e estudantes, em seguida possibilitará identificar as dificuldades dessas mulheres em relação à dinâmica do processo formativo, podendo contribuir para a elaboração de políticas institucionais que favoreçam a permanência dessas estudantes no referido curso e até mesmo de outros cursos da instituição.

A pesquisadora reforça, que nenhum constrangimento será gerado e que na análise dos dados as participantes serão identificadas por pseudônimos e não pelos seus nomes, preservando o sigilo durante a pesquisa.

Essa pesquisadora gostaria destacar mais uma vez a importância de a participante explicitar, na medida do possível, suas vivências sobre o assunto, pois todas as percepções sobre o mesmo são valiosas para o estudo em questão.

Os seguintes aspectos serão rigorosamente observados e respeitados nesta investigação: (I) garantia da liberdade de se recusar a participar e/ou retirar o consentimento de participação em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa, sem a implicação de quaisquer prejuízos; (II) garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa fornecidos pela participante; e (III) garantia de participação voluntária, sem custo algum para a participante.

A participação neste estudo não implica em nenhum tipo de procedimento ou ação que gere custo, assim como não se considera o recebimento de qualquer tipo de vantagem financeira. Apesar disso, caso sofram eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, as participantes da pesquisa terão assegurado o direito à indenização correspondente. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. A pesquisadora reitera que a participante não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa e o seu nome e/ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua autorização expressa.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), será encaminhado às participantes por e-mail. Após a assinatura do TCLE, uma cópia assinada pela pesquisadora será encaminhada via e-mail ou entregue, em caso de entrevista presencial, à participante da pesquisa e outra será impressa e arquivada, para efeito de registro da documentação da pesquisa, junto à pesquisadora. Os dados e os instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, sendo após esse período.

Caso você opte por esta entrevista ser online, esta será agendada de acordo com a sua disponibilidade e contará como instrumento de coleta de dados a plataforma *Google Meet*, da empresa **Google**. A plataforma e a empresa têm uma boa reputação, mas a pesquisadora responsável não tem controle de como a empresa **Google** utiliza os dados que colhe dos pesquisados que participam da entrevista. A pesquisadora tomará todos os cuidados para proteção dos dados. Contudo, apesar de confiarmos na política de confidencialidade da empresa, não podemos garantir a inviolabilidade dos dados. A política de privacidade da empresa está disponível em <https://support.google.com/a/answer/7582940>. Se você não se sentir seguro quanto às garantias da empresa Google quanto à proteção da sua privacidade, você deve cessar a sua participação, sem nenhum prejuízo. Caso concorde em participar, será considerado anuência (consentimento) quando entrar na sala virtual para realização da entrevista, em que a mesma será gravada e o consentimento será obtido em viva voz durante a gravação. Nesse momento, também será solicitada por viva voz a anuência para autorização do uso da voz e da imagem conforme documento encaminhado juntamente com o TCLE. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a mestrandas e sua professora orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS no 466/12.

A pesquisadora tratará as participantes com base em padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e as informações serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e científicos, garantindo a elas:

- A plena liberdade para decidir sobre sua participação sem prejuízo ou represália, de qualquer natureza;
- A plena liberdade de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou represália, de qualquer natureza. Nesse caso, os dados colhidos de sua

participação até o momento da retirada do consentimento serão descartados, a menos que você autorize explicitamente o contrário;

- O acompanhamento e a assistência, mesmo que posteriores ao encerramento ou a interrupção da pesquisa, de forma gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário, sempre que requerido e relacionado à sua participação na pesquisa, mediante solicitação à pesquisadora responsável;
- O acesso aos resultados da pesquisa;
- O ressarcimento de qualquer despesa relativa à participação na pesquisa por exemplo, custo de locomoção até o local combinado para a entrevista se por sua opção essa for presencial, inclusive de eventual acompanhante, mediante solicitação a pesquisadora responsável;
- A indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;
- O acesso a este Termo.

Qualquer dúvida ou necessidade – neste momento, no decorrer da sua participação ou após o encerramento ou eventual interrupção da pesquisa – pode ser dirigida à pesquisadora por e-mail: rita.aguiar@ifsudestemg.edu.br, telefone (32) 99867-1762.

Sendo assim, agradecemos a atenção e seu tempo dispendido nesta comunicação solicitamos que, caso concorde em participar da pesquisa, preencha os dados abaixo e retorne este documento assinado para os procedimentos de praxe.

Autorização/consentimento à participação na pesquisa:

Nos termos aqui explicitados, eu, _____, declaro ter sido informada e concordo em participar da pesquisa, fornecendo as informações necessárias para contribuir com a proposta investigativa descrita anteriormente.

Nome do responsável pela pesquisa: Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva

E-mail: rita.aguiar@ifsudestemg.edu.br

Telefone: (32) 99867-1762

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

Comitê de Ética em Pesquisa / Cefet-MG

Sala do CEP/Cefet-MG | Prédio Principal | Campus Gameleira

Avenida Amazonas, 5855. Bairro Gameleira

Belo Horizonte/MG. CEP: 30510-000.

Tel.: +55 (31) 3379-3004

E-mail: dppg-cep@cefetmg.br

Site: <https://www.cep.cefetmg.br/>

Belo Horizonte/MG, _____ de _____ de 2024.

Assinatura para a obtenção do consentimento | Participante

Assinatura do Pesquisador | Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva

APÊNDICE 6 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ E/OU IMAGEM

Eu, _____ de posse do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO da pesquisa intitulada **MULHER, TRABALHADORA, ESTUDANTE E MÃE! Estudo de caso com alunas do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG Campus Barbacena**, após ter ciência e entendimento quanto aos riscos e benefícios que essa pesquisa poderá trazer e dos métodos que serão usados para a coleta de dados; e por estar ciente da necessidade da gravação de voz e/ou gravação da entrevista via Google Meet, AUTORIZO, por meio deste termo, que a pesquisadora **Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva** utilize gravação de voz e/ou imagem de minha pessoa para fins EXCLUSIVOS da referida pesquisa científica e com a condição de que esse material, na sua forma original, não seja divulgado. Nessas condições, apenas o material derivado do original poderá, nos termos desta autorização, ser divulgado em meios científicos, tais como, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos em periódicos, congressos e simpósios ou outros eventos de caráter científico-tecnológico– no sentido de preservar o meu direito ao ANONIMATO e demais direitos, como definido na regulamentação ética da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil.

As filmagens e gravações de voz ficarão sob a propriedade e a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa. Terão acesso aos arquivos somente a mestrande **Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva** e sua orientadora Professora **Dra. Raquel Quirino**.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora citada em garantir-me que:

1. A transcrição da gravação de minha voz me seja disponibilizada, caso a solicite;
2. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui tratada e outras publicações científicas dela decorrentes;
3. A minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação científica das informações geradas pela pesquisa;
4. A utilização das informações geradas pela pesquisa para qualquer outra finalidade não especificada no TCLE somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. Os dados coletados serão armazenados por 5 (cinco) anos, sob a responsabilidade do(s) pesquisadora responsável pela pesquisa; e, após esse período, serão destruídos;
6. A interrupção de minha participação na pesquisa poderá ser feita a qualquer momento, sem nenhum ônus, mediante mera comunicação ao(à) pesquisador(a) responsável, que, nesse caso, deverá providenciar a devolução (e adoção de medidas condizentes com essa situação) do material relacionado a esta autorização.

Valido esta autorização assinando e rubricando este documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

_____, ____ de _____, ____
Local e data

Nome completo do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome e Rubrica do Pesquisador Responsável

APÊNDICE 7 - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

Eu, Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva, aluna Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG, declaro que participarei como pesquisadora responsável no projeto intitulado **MULHER, TRABALHADORA, ESTUDANTE E MÃE! Estudo de caso com alunas do curso Técnico em Enfermagem do IF Sudeste MG Campus Barbacena**, sob minha responsabilidade. Declaro ter ciência dos aspectos éticos contidos na Resolução CNS nº 466/2012, Resolução CNS nº 510/2016 e Norma Operacional CNS nº 001/2013.

Comprometo-me a:

- (i) anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais (item 3.3.c da Norma Operacional CNS nº 001/2013);
- (ii) divulgar os resultados do estudo para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos (item 3.4.1.14 da Norma Operacional CNS nº 001/2013);
- (iii) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante da pesquisa (item XI.2.g da Resolução CNS nº 466/2012);
- (iv) retornar aos participantes da pesquisa os benefícios dela resultantes, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa (item 3.3.d da Norma Operacional CNS nº 001/2013);
- (v) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob minha guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa (item IV do Art. 28da Resolução CNS nº 510/2016).

Belo Horizonte, de de 20....
Local, data.

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE OLYMPE DE GOUGES (1791)

Declaração dos direitos da mulher e da cidadã

Art. 1º. A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no bem comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e principalmente a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de qualquer soberania reside, essencialmente, na Nação, que é somente a reunião da mulher e do homem: nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que de si não emane expressamente.

Art. 4º. A liberdade e a justiça consistem em devolver tudo que pertença a outrem. Assim, o exercício dos direitos naturais da mulher é limitado apenas pela tirania perpétua que o homem lhe impõe; esses limites devem ser reformados pelas leis da natureza e da razão.

Art. 5º. As leis da natureza e da razão lutam contra ações nocivas à sociedade: tudo que não é combatido por essas leis, sábias e divinas, não pode ser impedido, e ninguém pode ser obrigado a fazer o que elas não ordenam.

Art. 6º. A Lei deve ser a expressão da vontade geral. Todas as Cidadãs e Cidadãos devem concorrer pessoalmente ou através de representantes para sua formação; ela deve ser a mesma para todos: todas as Cidadãs e todos os Cidadãos, sendo iguais perante a lei, devem ser igualmente admitidos a quaisquer funções, cargos e serviços públicos, segundo suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e talentos.

Art. 7º. Nenhuma mulher será exceção; ela será acusada, presa e detida nos casos determinados pela lei. As mulheres devem obedecer a essa lei, rigorosamente, assim como os homens.

Art. 8º. A lei somente deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada às mulheres.

Art. 9º. Toda mulher declarada culpada sofrerá o rigor da lei.

Art. 10º. Ninguém deve ser oprimido por suas opiniões, também fundamentais. A mulher temo direito de subir ao cadafalso e deve ter o mesmo direito de subir à tribuna, desde que suas manifestações não atrapalhem a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11º. A livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos mais preciosos direitos da mulher, pois essa liberdade garante a legitimidade dos pais para com os filhos. Toda cidadã pode, portanto, falar livremente: “eu sou mãe de uma criança que te pertence”, sem que um preconceito bárbaro a force a dissimular a verdade; exceto para responder pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei.

Art. 12º. A garantia dos direitos da mulher e da cidadã necessita de um poder público. Essa garantia deve ser instituída para a fruição de todos e não para a utilidade particular daquelas a quem ela é confiada.

Art. 13º. Para a manutenção do poder público e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem são iguais; ela participa de todas as tarefas impostas, de

todas as tarefas exaustivas; ela deve, portanto, ter a mesma participação na distribuição de vagas, empregos, cargos, funções e na indústria.

Art. 14°. As cidadãs e os cidadãos têm o direito de constatar, por si mesmos ou por seus representantes, a necessidade da contribuição pública. As cidadãs só podem aderir a ela com a admissão de uma divisão igualitária, não apenas na riqueza, mas também na administração pública, e determinar a alíquota, a faixa de imposto, a cobrança e a duração do imposto.

Art. 15°. A massa de mulheres, aliadas aos homens através da contribuição, tem o direito de exigir prestação de contas a todo agente público de sua administração.

Art. 16.º Qualquer sociedade em que a garantia de direitos não é assegurada nem a separação de poderes determinada não tem Constituição: a Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua elaboração.

Art. 17.º As propriedades são de todos os sexos, reunidos ou separados; elas são para cada pessoa um direito inviolável e sagrado; ninguém dele pode ser privado, como um verdadeiro patrimônio da natureza, exceto quando a necessidade pública, legalmente estabelecida, evidentemente o exigir, sob a condição de uma justa e prévia indenização.

Fonte: Gouges (1791, apud Rocha *et al.*, 2020).